

DUARTE NUNO DA CUNHA PERNES

O Mercúrio Português: uma análise do discurso

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2012

DUARTE NUNO DA CUNHA PERNES

O Mercúrio Português: uma análise do discurso

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2012

DUARTE NUNO DA CUNHA PERNES

O Mercúrio Português: uma análise do discurso

Trabalho apresentado à
Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de mestre em
Ciências da Comunicação na
vertente de Jornalismo

Resumo

O *Mercúrio Português*, um jornal publicado durante o século XVII, foi um dos periódicos que marcou, de um modo indubitável, a actividade informativa em Portugal durante a época marcada pela Guerra da Restauração entre Portugal e Espanha e que viria a restituir a independência do reino português.

A análise que agora se apresenta salienta precisamente a correlação entre o contexto histórico vigente e a função e produção noticiosas do *Mercúrio*. Esta afirmação é ilustrada, principalmente, pela temática subjacente a este jornal seiscentista que se centrou, sobretudo, no conflito luso-castelhano, privilegiando por poucas vezes a exposição e reflexão sobre outros assuntos. Saliente-se também que, quando se fala de contexto histórico, está a referir-se não só a sua vertente social e política, como a jornalística. O jornalismo conheceu também no século XVII uma evolução considerável por todo o continente europeu, evolução à qual o *Mercúrio* não foi alheio.

O objectivo primacial deste trabalho é, resumidamente, o de oferecer uma perspectiva o mais ampla possível sobre o *Mercúrio Português*. Para tal, foram estabelecidos uma série de parâmetros analíticos, justificados pela actualidade dos seus pressupostos no campo da investigação jornalística.

Abstract

The *Mercúrio Português*, a Portuguese paper of the 17th century, marked in an impressive way the information in Portugal during the war of Restauração between Portugal and Spain, which restored the Portuguese independence.

The following analysis wants to show the correlation between the current historical context and the function of the written production of *Mercurio*'s news. The main theme of this newspaper is the military conflict between the two Iberian countries, rarely mentioning other subjects. The historical context is faced not only as a social and political matter, but also as a journalistic one. There has been a substantial increase in journalism during the 17th century and *Mercúrio* followed this tendency.

The principal goal of this work is to offer a perspective as large as possible on *Mercúrio Português*, and so some analytical parameters have been established according to the theories in the journalistic investigation field nowadays.

Agradecimentos

Aos professores que me acompanharam durante a minha formação académica, pelos seus ensinamentos, motivação, rigor e exigência e em especial ao Professor Doutor Jorge Pedro Sousa pela sua orientação, disponibilidade e apoio à realização deste trabalho.

À minha família que sempre me incentivou e apoiou ao longo do meu percurso pessoal e académico.

Índice

Introdução.....	11
I – Contexto histórico	13
1. História política e militar	13
1.1. O domínio filipino.....	13
1.2. A restauração da independência.....	19
1.3. A consolidação da Restauração – a guerra com Castela.....	21
2. História cultural	29
2.1. As Universidades: Coimbra e Évora.....	29
2.2. Bibliotecas e livrarias.....	30
2.3. António Vieira, figura ímpar da época da Restauração	31
2.4. A imprensa periódica	33
II – A imprensa periódica europeia no século XVII.....	38
1. Os antecedentes.....	38
2. As primeiras publicações periódicas de cariz noticioso	40
2.1. A <i>Gazeta “da Restauração”</i>	44
2.2. Os <i>Mercúrios</i>	45
2.3. Publicações posteriores ao <i>Mercúrio Português</i>	48
III – Análise ao discurso do <i>Mercúrio Português</i>	50
1. Metodologia utilizada na análise ao discurso do <i>Mercúrio Português</i>	50
1.1. Definição da amostra.....	51

1.2. Perguntas de investigação	51
1.3. Autores principais para a realização do estudo	52
2. O autor do <i>Mercúrio Português</i>	52
3. O <i>Mercúrio Português</i>	56
4. A objectividade dos relatos no <i>Mercúrio Português</i>	59
5. As fontes no <i>Mercúrio Português</i>	61
6. A noticiabilidade no <i>Mercúrio Português</i> segundo Galtung e Ruge	65
6.1. Frequência do acontecimento	67
6.2. Força e amplitude de um acontecimento	69
6.3. Transparência	70
6.4. Correspondência com as expectativas	71
6.5. Proximidade	71
6.6. Referência a nações de elite	72
6.7. Importância social dos indivíduos	76
6.8. Diversidade temática do noticiário	78
6.9. Continuidade noticiosa	80
6.10. Inesperado	81
6.11. Personificação	84
6.12. Negativismo	85
7. A noticiabilidade no <i>Mercúrio Português</i> , segundo Nelson Traquina	87
7.1. Morte	88

7.2. Conflito.....	90
7.3. Disponibilidade	91
7.4. Concorrência	92
7.5. Dramatização.....	94
8. Os outros temas do <i>Mercúrio Português</i>	96
8.1. A Restauração e a política.....	97
8.2. As colónias e o comércio	99
8.3. As festas	103
8.4. As obras públicas	104
8.5. A religiosidade	105
9. A visão do mundo no <i>Mercúrio Português</i>	107
9.1. A dualidade discursiva entre Portugal e Espanha	108
9.2. Legitimidade real aos olhos do <i>Mercúrio Português</i>	109
Conclusão	114
Bibliografia.....	117

Introdução

A presente dissertação pretende estabelecer um estudo sobre o discurso do jornal seiscentista *Mercúrio Português*. Este periódico começou a ser publicado no início do ano de 1663, tendo conhecido a sua última edição quatro anos mais tarde, em Julho de 1667. Estas datas impõem, de igual modo, os limites temporais pelos quais se regeu a seguinte análise.

As motivações que ditaram esta escolha e impulsionaram o estudo prendem-se com uma razão fundamental: a perspectiva histórica em conciliação com os estudos jornalísticos. Como de seguida se perceberá, é impossível dissociar o processo informativo que o *Mercúrio* expôs, do contexto histórico em vigência e de todos os seus múltiplos aspectos. Por outro lado, o Jornalismo – enquanto disciplina de estudo – contém a sua própria História e esta é fundamental para que se perceba como foi possível chegar aos pressupostos contemporâneos que determinam, entre outras coisas, o processo de selecção e produção noticiosa.

Além disso, o desafio de efectuar um estudo sobre um jornal seiscentista com base em ideias concebidas, em muitos casos, na hodiernidade, despertou, numa primeira abordagem, um sentimento misto de expectativa e entusiasmo. Por um lado, e após um primeiro contacto com a matéria em si, criou-se a interrogação sobre se existiria algum elo de ligação entre aquilo que hoje se encontra patenteado num qualquer órgão de comunicação jornalístico e um periódico seiscentista. Paradoxalmente, esta questão despertou uma maior vontade e curiosidade em aferir não somente os pontos em comum do *Mercúrio* com os meios actuais de informação, como as diferenças principais entre eles (a visão do mundo oferecida pelo periódico e os objectivos implícitos à sua publicação).

Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos fundamentais que, por sua vez, se subdividem em vários pontos de análise. No primeiro capítulo, será privilegiado o contexto histórico no qual o *Mercúrio Português* foi divulgado. Como em cima foi aclarado, tal é indispensável para que melhor se entendam as motivações do *Mercúrio* e o seu enquadramento do mundo. Começou por se explanar a crise de sucessão real em

que mergulhou Portugal, abrindo caminho ao domínio filipino que faria desencadear a Guerra da Restauração. Como complemento, deu-se igualmente conta da conjuntura cultural vivida na época, assim como o papel de António Vieira na causa restauradora. Para terminar, de forma a fazer uma ponte temática para o segundo capítulo e para a acção do *Mercúrio Português*, foi feita menção do estado da imprensa periódica à época.

O segundo capítulo destina-se a fazer uma abordagem à história do jornalismo na Europa durante o século XVII. Nesse sentido, principiou-se esta unidade por expor os antecedentes da imprensa europeia da dita época, passando-se depois para um levantamento das principais publicações na altura, bem como da sua origem. Recentrando a pesquisa na realidade lusa, foi efectuado um breve retrato do que foi a *Gazeta da Restauração* e realçado o aparecimento dos “mercúrios” no continente europeu.

O terceiro capítulo, destinado à análise do discurso do *Mercúrio Português*, constitui o cerne desta tese. Por essa razão, optou-se por descentrar a definição metodológica da pesquisa, bem como a sua amostra e perguntas de investigação, da introdução. A explicação relativa ao seu conteúdo e ao modo como ele foi apresentado, foi aí exposta.

Para finalizar, procedeu-se ao levantamento das conclusões. Estas foram estabelecidas em função das ideias que foram avançadas nos capítulos que se seguem e procuraram reafirmar resumidamente as respostas para as perguntas de investigação efectuadas. Saliente-se, neste aspecto, o facto de serem reiteradas igualmente ideias como a intrínseca ligação entre o processo de produção informativa e o seu contexto histórico-social e os objectivos que levaram à colocação das questões de investigação.

I – Contexto histórico

1. História política e militar

1.1. O domínio filipino

Na sequência da morte do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, Portugal viu-se a braços com uma crise sucessória, já que o Desejado morrera sem descendência. Sucedeu-lhe o tio-avô, o Cardeal D. Henrique, filho de D. Manuel I, que também não tinha descendentes. Logo começaram a perfilar-se os seguintes candidatos ao trono: Filipe II de Espanha, neto de D. Manuel, pois era filho da imperatriz D. Isabel, primeira filha de D. Manuel, casada com Carlos V; D. António Prior do Crato, filho de D. Luís, segundo filho varão de D. Manuel; D. Manuel Felisberto, duque de Sabóia, filho de D. Beatriz, segunda filha do Venturoso; D. Rainúncio, príncipe de Parma e bisneto de D. Manuel; D. Catarina de Bragança, filha do Infante D. Duarte, filho mais novo de D. Manuel, e Catarina de Médicis, rainha-mãe de França, que alegava ser descendente directa de D. Matilde, esposa de D. Afonso III. D. Catarina de Bragança invocava o “benefício da representação” para manter os direitos que teria o seu pai, se fosse vivo.

Os candidatos estrangeiros, com excepção de Filipe II, cedo foram afastados, ficando apenas como candidatos fortes e com sérios apoios em Portugal, Filipe II, Catarina de Bragança e o Prior do Crato. A pretensão de D. António era seriamente ameaçada pela sua bastardia. Então,

Principiou a correr o boato, espalhado pelos amigos, de que o infante D. Luís casara secretamente com Violante Gomes, único meio de vencer a resistência da formosíssima donzela. (Peres *et al.*, 1933, p.188)

Mas, o cardeal-rei, preferindo como sua sucessora D. Catarina de Bragança, tudo intentou para que a ilegitimidade do sobrinho fosse estabelecida. Tendo conhecimento de que o Prior do Crato conseguira secretamente uma sentença, de Frei Manuel de Melo, que o considerava “filho legítimo do dito senhor infante dom Luís e da dita senhora dona Violante, nascido de legítimo matrimónio.” (Peres, 1933, p. 189),

solicitou ao papa Gregório XIII uma bula que lhe permitisse ser juiz na causa da legitimação do sobrinho e poder revogar a sentença da legitimidade do Prior do Crato. Tal afirmação era defendida no capítulo CVIII da *Chronica de ElRei D.Sebastião*, de Frei Bernardo da Cruz:

(...) mas por que el-rei entendia quanto o senhor dom António trazia o tento porto em haver o reino, e solicitava por todas as vias, e já tinha havido uma sentença, que era filho legítimo do infante dom Luís, e dele somente se temiam as discórdias que podiam causar guerras, movido de grande zelo de justiça determinou cortar-lhe seus intentos, e impossibilitá-lo em suas pretensões, para o qual impetrou do papa Gregório 13 uma bula de motu-proprio com comissão para ser juiz na causa da legitimidade do senhor dom António (...) (pp. 425-426)

Igualmente se defende o mesmo no capítulo XLIX da *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique*, do Pe. Álvaro Lobo (p. 92). No entanto, Peres (1933, p. 189) contesta estas afirmações:

Pois a verdade é outra, inteiramente outra. O cardeal pediu instantemente ao pontífice a promulgação dum breve, cometendo-lhe o conhecimento da causa do pretenso casamento do infante D. Luís, muito antes da sentença de Fr. Manuel de Melo. O pedido seria feito em Dezembro de 1578, quando D., Henrique desterrou o sobrinho, pois o motu-proprio de Gregório XIII data de 3 de Fevereiro de 1579.

Em fins de Julho, ficou concluído o processo da ilegitimidade de D. António Prior do Crato que se via, assim, preterido pelo tio na sucessão ao trono português. Mas o Prior do Crato não desiste e, após a morte de D. Henrique, continua a fazer diligências para ver reconhecido o seu direito ao trono. Na sequência de negociações frustradas entre D. Catarina de Bragança e Isabel I de Inglaterra e Henrique III de França, D. António recolheu a simpatia dos dois monarcas para a sua causa. (Peres *et al.*, 1933, p. 210-211). Chegou a ser aclamado rei em Santarém, a 19 de Junho. A 20, escreveu às cidades e vilas do reino, comunicando-lhes a sua aclamação e, a 21, partiu para Lisboa, sendo aclamado em todas as terras por onde passava e entrando na capital no dia 23. E, apesar da miséria e da peste que deixara as ruas desertas,

Encheram-se, porém, nesse dia duma multidão ansiosa de vitoriar D. António, que no meio dos aplausos do povo se encaminhou à catedral. Descansou depois nos Paços da Ribeira; e daqui

passou à câmara, onde se procedeu, solenemente, à cerimónia da aclamação. (Peres *et al.*, 1933, p. 219)

Os governadores, afectos a Filipe II de Castela, fugiram da cidade e, a 29 de Junho, Rodrigo Rodrigues, fidalgo da casa de Bragança, apresentou-se a Filipe II, em Badajoz, com uma proposta de acordo de D. Catarina de Bragança. A duquesa desistiria das suas pretensões ao trono, a favor do primo, mediante várias mercês.

A 28 de Junho de 1580, o exército espanhol transpôs o rio Caia e dirigiu-se a Estremoz onde chegou a 1 de Julho. O alcaide, após alguma hesitação rende-se ao rei espanhol. Assim, após os breves reinados do Cardeal D. Henrique e de D. António, Prior do Crato, o país passa a ser governado, em 1580, por Filipe II de Espanha, I de Portugal. A este rei espanhol seguem-se outros dois, respectivamente, Filipe II, III de Espanha, e Filipe III, IV de Espanha.

O descontentamento com a ocupação espanhola começa cedo a manifestar-se, com as tentativas de D. António – apoiado por parte da nobreza, do clero, do povo e do rei Henrique III de França – de reconquistar o trono português. A Ilha Terceira resiste entre 1580 e 1583, aclamando o Prior do Crato como rei legítimo. A coroa enviou, então, uma esquadra comandada por Pedro de Valdez que estava encarregado de aguardar a frota de D. Lopo de Figueiroa, para, juntos, atacarem a ilha. Mas Valdez, ansiando pela glória, resolveu atacar a baía da Salga, perto da vila da Praia, a 25 de Julho de 1581. Mas um artifício curioso impediu a vitória dos espanhóis, apesar de os defensores da ilha serem em muito menos número. Nas palavras de Serrão (1979, p. 28):

Foi o caso de Frei Pedro da Madre de Deus ter aconselhado o governador a juntar as cabeças de gado para as lançar contra o inimigo. Formaram-se assim manadas de bois enfurecidos que, em louca correria, apanharam o inimigo de surpresa, fazendo mais de 700 mortos. Muitos castelhanos procuraram a salvação na fuga, mas nesse dia o próprio mar, sempre tranquilo na baía da Salga, quis compartilhar da fúria dos defensores, vomitando ondas encapeladas sobre os atacantes e convertendo as águas em “tinta de sangue”.

No entanto, apesar do entusiasmo que esta vitória veio trazer aos defensores da ilha, em Junho de 1583, uma armada poderosa partiu de Lisboa, comandada por três generais, D.

Lopo de Figueiroa, D. Francisco de Bouadilla e D. Juan de Sandoval. A armada fez escala na ilha de S. Miguel e, a 24 de Julho, a Terceira foi cercada. Foram mandados a terra dois mensageiros para proporem a rendição da ilha, mas o governador, conde de Torres Vedras, recusou a proposta e preparou-se para resistir (Serrão, 1979, p. 32). Os franceses, comandados pelo comendador De Chastes – que viera com uma expedição, enviado por Henrique III de França, para auxiliar na defesa da ilha – aceitaram negociar com o inimigo e a ilha teve de render-se no fim de Julho. O governador e muitos habitantes foram degolados, pagando com a vida a sua fidelidade à causa de D. António.

Após alguns anos miseráveis, em França, o Prior do Crato recebeu uma oferta de asilo da rainha Isabel I de Inglaterra que lhe prometia auxiliá-lo a reconquistar Portugal. D. António partiu para Londres, em 15 de Agosto de 1585. Para aí convocou os seus partidários e, durante os anos de 1586 e 1588, começou a esboçar-se um projecto de uma expedição a Lisboa que só foi adiada por causa da Invencível Armada.

O projecto da Inglaterra destinava-se a colocar D. António no trono. Uma forte armada inglesa, comandada por Francis Drake e pelo general Norris, largou de Plymouth, em princípios de maio de 1589. À sua passagem pela Corunha, a esquadra “fez uma razia, medida que foi desastrosa, pois impediu o ataque de surpresa a Lisboa” (Serrão, 1979, p. 39). A esquadra inglesa, em cuja nau capitânia vinha o Prior do Crato, partiu da Corunha e, enquanto Drake e D. António seguiam para a baía de Cascais, um corpo de infantaria e cavalaria dirigiu-se, por terra, a Peniche para pôr cerco a Lisboa.

Mas nada correu como previsto. Alertado por um companheiro de D. António, que era um agente disfarçado de Filipe I, o vice-rei espanhol, o Cardeal Alberto, tomara fortes medidas para a defesa da cidade. Apesar do ataque inglês, a cidade não se rendia. Os possíveis apoiantes do Prior do Crato tinham sido presos ou enviados para fora de Lisboa e a população, receando o saque inglês, abandonou a cidade. Assim, não se verificou o levantamento do povo esperado pelo rei exilado e pelos ingleses. Entretanto, na armada, que continuava ao largo de Cascais, surgiram vestígios de peste e nem os protestos de D. António puderam evitar que o almirante inglês desse a operação como perdida.

D. António regressou então a Inglaterra e viria a morrer em Paris no dia 25 de Agosto de 1595, “sem que lhe fosse dada a consolação de morrer em Portugal” (Serrão, 1979, p. 41).

Os três reis espanhóis nunca viveram em Portugal e foram nomeando sucessivos governadores ou vice-reis. A 23 de Dezembro de 1634, chega a Lisboa, nomeada Vice-Rei de Portugal, por Filipe III, seu primo, a Duquesa de Mântua, D. Margarida de Sabóia. Mas o verdadeiro governante do país era Miguel de Vasconcelos, nomeado pelo mesmo rei para o cargo de Secretário de Estado. Miguel de Vasconcelos defendia os interesses de Espanha em Portugal e desenvolveu uma política odiosa que o tornou detestado pelos Portugueses.

Na sequência de uma alteração às formas de tratamento para com os nobres, por influência de Miguel de Vasconcelos que tinha ressentimentos contra a nobreza, muitos fidalgos abandonaram a corte e partiram para os seus domínios. No início de 1635, a nobreza protestou directamente contra o domínio espanhol e contra o Secretário de Estado.

O descontentamento cresce e a hostilidade para com a monarquia filipina começa a manifestar-se contra medidas tomadas pelos governantes. Filipe III, para tentar salvar a posição externa da Espanha, só pensava em aumentar impostos. Em 1635, por exemplo, exige às Câmaras um subsídio para socorro do Brasil. Ainda no mesmo ano, lança o imposto do real d'água que consistia no pagamento de um real por cada arrátel de carne e, outro, por cada canada de vinho que se vendia ao público. O produto do imposto ia todo para a coroa (Serrão, 1979, p. 126).

A situação de pobreza que se vivia no país era muito grave e, um pouco por todo o lado, as povoações reagiram violentamente a esta medida régia. Por exemplo, em Arcozelo, Trás-os-Montes, o povo fechou o corregedor numa casa para não terem de pagar o imposto. Em Viana do Castelo, a população invadiu a Câmara e forçou o corregedor a parar com a cobrança.

Estes protestos, por vezes quase com o cariz de motins, mostram a má vontade do povo de muitas regiões para com o domínio castelhano; até nobres se recusavam a pagar os tributos.

O ódio contra os Filipes aumenta, tanto mais que os homens de confiança de Margarida de Sabóia eram espanhóis e o Secretário de Estado era muito mal aceite pela nobreza. Novas medida tributárias vinham aumentar a contestação. Em Évora, em 1637, estalam motins na sequência da obrigação de proceder ao inventário de todas as fazendas do reino, com vista ao lançamento de novos impostos. Os dois procuradores da Câmara de Évora dirigiram-se ao corregedor, pedindo a suspensão do inventário, mas este ignorou-os e ameaçou-os com a prisão. Os procuradores vieram a uma janela gritar e o povo acorreu em massa à casa do corregedor que, com medo da população, fugiu pelo telhado, indo acoitar-se na casa do Cónego Luís de Miranda Henriques. O povo, enfurecido, saqueou-lhe a casa (Serrão, 1979, p. 130).

A fúria do povo crescia em Évora e, a dada altura, surge, como orientador da revolta, um deficiente mental, tratado carinhosamente pela população como “o Manuelinho de Évora”. Evidentemente que os verdadeiros instigadores do motim se escondiam atrás deste personagem popular. Pensa-se que o verdadeiro mentor da agitação tenha sido o jesuíta Sebastião de Couto.

Entre 1637 e 1639, os motins alastraram a novas terras alentejanas e, depois, ao Algarve e ao Norte, num movimento de contestação generalizada que desembocaria na revolução de 1640. O desemprego e a pobreza cresciam com a falta de dinheiro que afectou a vida económica. Filipe IV queria deitar mão aos recursos do Império Português para compensar o desastre da Guerra dos Trinta Anos. Arregimentava soldados portugueses para o exército espanhol e obrigava os nobres mais importantes a residir junto da corte espanhola.

Entretanto começa a delinear-se um movimento para libertar Portugal do domínio espanhol e pôr no trono D. João, Duque de Bragança, que, em 1639, tinha sido nomeado general de mar e terra de Portugal. É interessante notar que a responsabilidade de D. João IV neste movimento parece, por vezes ambígua. Conta Francisco Ribeiro da Silva:

(...) em uma carta de 1637 a Gonçalo Soeiro de Azevedo, seu procurador na vila de Sousel, o duque não se mostra nada interessado em que houvesse motins na dita vila. Recomenda ao procurador que use a sua influência para aquietar o povo, uma vez que constava que aí tinha havido motins ou esperanças de os haver e que o povo queria soltar os presos, queimar cartórios, livros e papéis da Câmara – “não sendo cousa de que possam tirar bem nenhum particular nem o povo utilidade alguma.” “Não haja mais excessos e que o povo conheça quão mal lhe está a tratar de fazer, que só lhe convém a quietação que eu folgarei que eles tenham.” Mas em 1637 outra atitude seria estrategicamente errada. (Silva, 2009, p. 26)

Também o Cardeal Richelieu desejava a Restauração de Portugal e incentivava a rebelião “como forma de aliviar a pressão militar que sofria por parte da Espanha em várias frentes” (Ramos, Monteiro e Sousa, 2010, p. 304). A França atacou as fronteiras de Navarra e da Catalunha, obrigando o monarca espanhol a manter aí um forte contingente militar, tanto mais que na Catalunha grassava um forte sentimento separatista.

A 7 de Junho de 1640, a Catalunha revolta-se finalmente, apoiada por tropas francesas. Filipe IV vê-se obrigado a mobilizar exércitos em todos os seus reinos, incluindo Portugal. Foi ordenado aos nobres que se apresentassem, sob pena de perderem todos os seus bens e serem considerados traidores. Alguns não obedeceram e, entre eles, estava o duque de Bragança que ficou em Portugal. Afastando a atenção e os efectivos militares de Portugal, a revolta da Catalunha foi um factor decisivo no eclodir da Restauração (Serrão, 1979, p. 137).

1.2. A restauração da independência

O processo de restauração da independência foi desencadeado pela nobreza. Um testemunho da época afirma que “os fidalgos mancebos desta terra são os que fizeram o negócio” (Carta de Gaspar Leitão de Melo ao cabido de Coimbra, Lisboa 6 de Dezembro de 1640, pub. Manuel Lopes de Almeida, *Notícias da Aclamação e Outros Sucessos*. Coimbra. 1940. P. CVI cit. in Serrão 1979, p.139). Com efeito, temendo que os seus parentes em guerra na Catalunha não regressassem, e receando represálias se voltassem a fugir a outra possível mobilização por parte da Espanha, os conjurados ansiavam resolver definitivamente a própria situação e a do país (Serrão, 1979, p. 139).

Desencadeada pela nobreza, a Restauração rapidamente se tornou nacional e se estendeu a todo o território, porque correspondia a um amor à independência e a uma consciência nacional que não desaparecera com os sessenta anos de ocupação castelhana.

Nos finais de Junho de 1639, D. João, duque de Bragança, governador-geral das armas de Portugal, encontrava-se em Almada quando foi visitado por vários nobres que lhe manifestaram o seu desespero pela opressão do governo filipino e lhe apresentaram o plano para a conjura que permitiria repor a independência portuguesa: os nobres presentes, os seus amigos e familiares e todos os descontentes aclamariam D. João, em Lisboa, entrariam no Paço e matariam o odiado Miguel de Vasconcelos. Queriam que o plano fosse executado imediatamente. O duque dissuadiu-os, fazendo-lhes ver que ainda não era o momento para agir. Após várias tentativas para convencerem o futuro rei, os fidalgos conspiradores enviaram Pêro de Mendonça a Vila Viçosa, em Outubro de 1640, para tentar acabar com as indecisões de D. João IV, mas foi João Pinto Ribeiro, representante do Duque de Bragança em Lisboa, que em 21 de Novembro trouxe de Vila Viçosa o assentimento de D. João. (Peres *et al.*, 1933, p. 279-280). Quanto à dificuldade encontrada pelos conjurados para convencerem D. João, Joaquim Veríssimo Serrão (1980, p. 14) não concorda com a interpretação da atitude do rei como indecisão e afirma:

A aparente indecisão do duque encobria, desde a primeira hora, uma vontade firme de triunfo, servindo plenamente o desejo dos conjurados. Não era D. João o chefe de uma revolta, mas a figura a quem cabia exercer a realeza, tendo de estar acima da organização militar que lhe abria as portas do trono. Assim lhe foi possível ser a “alma” de um movimento que, aparentemente, não tinha “cabeça”, mas que ele dirigia do seu palácio de Vila Viçosa, sem correr um forte risco de suspeição por parte da duquesa de Mântua. A sua maior qualidade foi a prudência com que soube refrear entusiasmos e não comprometer uma vitória que sentia ao seu alcance.

Finalmente, a revolta foi marcada para 1 de Dezembro de 1640 e, no dia combinado, de manhã, por volta das 9 horas, os conjurados e os seus seguidores dirigiram-se ao Paço da Ribeira e irromperam pelas salões, enquanto o Padre Gonçalo da Costa disparava vários tiros para anunciar a revolta e levar o povo a correr para o Terreiro do Paço. Escondido num armário, Miguel de Vasconcelos foi baleado e o seu corpo, ainda com sinais de vida, foi atirado pela janela e, caído na rua, foi atacado pelo povo que

extravasava o ódio que tinha ao Secretário de Estado, fiel servidor de Castela. A duquesa de Mântua ainda tentou impor-se, mas rapidamente compreendeu que não podia alterar o rumo dos acontecimentos e recolheu aos seus aposentos. E D. Miguel de Almeida, conde de Abrantes, da varanda principal do palácio, proclamou a libertação de Portugal e a realeza do duque de Bragança como D. João IV. Nesse mesmo dia, cercou-se o Castelo de S. Jorge cuja guarnição se rendeu e puseram-se fora de acção os galeões espanhóis fundeados no Tejo. Atacaram-se também as fortalezas da barra que, alguns dias depois, se entregaram. Não houve alteração da vida quotidiana e nenhuma violência foi exercida contra os castelhanos.

1.3. A consolidação da Restauração – a guerra com Castela

D. João IV chega a Lisboa, sem nenhum aparato, a 6 de Dezembro, e começa imediatamente a governar, nomeando embaixadores, promulgando leis urgentes e resolvendo questões militares. Aliás, o problema militar era o mais importante porque estava em causa a independência do reino. O rei constituiu, a 11 de Dezembro, o Conselho de Guerra, formado por dez experientes militares, que começa a trabalhar no Paço, preparando propostas que submetiam à aprovação do rei e recebendo deste decretos e resoluções, com vista à elaboração de projectos de guerra, nomeações de oficiais, reconstrução de fortificações, etc. A constituição deste conselho foi da máxima importância já que:

A primeira e mais tormentosa dificuldade com a qual os restauradores se defrontaram foi, (...), a virtual inexistência de um exército, na dupla vertente de soldados e de comandos aptos para os dirigirem. (Ramos, Monteiro e Sousa, 2010, p. 309)

A cerimónia do juramento do novo monarca ocorreu a 15 de Dezembro, no Terreiro do Paço. O discurso que se tinha de proferir nestas ocasiões ficou a cargo do jurista, e mais tarde diplomata, Dr. Francisco de Andrade Leitão que afirmou ser da maior justiça a coroa portuguesa caber a D. João já que, em 1580, a duquesa Catarina se vira espoliada pela força militar de Filipe II contra toda a razão e todo o direito. O governo espanhol fora, assim, um governo tirânico até que a nobreza saísse da modorra em que estivera

mergulhada durante sessenta anos para de novo restituir à Casa de Bragança o que lhe tinha sido usurpado.

Concluído o discurso do desembargador Francisco de Andrade Leitão, o soberano pronunciou a fórmula do juramento, prometendo bom governo, recta aplicação da justiça, observância fiel dos bons costumes e dos privilégios, graças e liberdades, que os monarcas seus antecessores houvessem concedido ou confirmado. (Peres *et al.*, 1934, p.12)

Seguidamente, após todos os fidalgos presentes terem feito o seu juramento de fidelidade ao novo rei, formou-se um cortejo em direcção à Sé, com paragem no Largo do Pelourinho onde foram entregues ao rei as chaves de Lisboa e onde, num discurso proferido pelo vereador Francisco Rebelo Homem, se considerava D. João como legítimo descendente e verdadeiro sucessor de D. Afonso Henriques, o rei natural por que os portugueses nunca tinham deixado de aspirar durante a ocupação castelhana.

A 28 de Janeiro de 1641 reúnem-se os representantes dos três Estados para a realização de Cortes convocadas por D. João IV. Esta reunião teve grande importância pelo apoio que deu ao rei para defender a Restauração. No ano seguinte, novas Cortes se reuniram para pedir mais sacrifícios que custeassem as despesas da guerra contra Espanha.

Apesar do clima favorável à Restauração, uma parte da nobreza e alguns bispos mostraram-se contra o movimento. Muitos estavam em Madrid e outros para lá se dirigiram por não acreditarem no sucesso da revolta. Em Madrid considerava-se a Restauração uma rebelião e D. João IV um traidor. Pensava-se que a resistência desapareceria quando os exércitos de Filipe IV atacassem Portugal.

Entretanto a Duquesa de Mântua, recolhida em Xabregas, começou a receber descontentes que se preparavam para uma contra-revolução com centro de operações em Madrid. Na capital espanhola viviam fidalgos parentes dos conjurados que se recusaram a regressar a Lisboa e a aceitar o perdão do rei pois tinham uma profunda inveja senhorial à Casa de Bragança e esperavam ter a ganhar com o fracasso do movimento restaurador (Serrão, 1980, p. 28).

A conspiração de 1641 destinava-se a assassinar o rei e a convencer os seguidores de D. João IV de que era impossível resistir ao poderio de Castela. A finalidade dos conjurados era a de manter a situação de privilégio de que gozavam antes de 1640. Com efeito, à frente da conspiração estava Sebastião Matos de Noronha, arcebispo de Braga, que era um dos principais instigadores e um dos grandes aliados de Castela cuja corte lhe dera enormes regalias. Por sua vez, o marquês de Vila Real era senhor da segunda casa mais importante do reino, a dos Meneses, e não ficara muito agradado ao ver a ascensão do primo, o Duque de Bragança, a rei de Portugal, tanto mais que não tinha sido posto ao corrente do movimento restaurador. Este facto já o colocava em desvantagem porque não fora um dos restauradores. Não estivera presente no juramento de D. João IV, o que fora interpretado como sinal de descontentamento. Por outro lado, também ele fora agraciado por Filipe IV que lhe concedera o ducado de Caminha. Por fim, Pedro de Baeça, cristão-novo que foi o grande financiador da conspiração, era personagem importante nos financiamentos da corte filipina e, por influência do rei castelhano que lhe reconhecia os serviços prestados, obtivera, em 1639, o hábito da Ordem de Cristo para si e seus descendentes (Xavier e Hespanha, 1993, pp. 384-385). Alguns dos conspiradores foram supliciados e mortos e outros, como o arcebispo de Braga, foram feitos prisioneiros. O castigo serviu de exemplo a outros que fossem favoráveis ao governo espanhol.

O esperado ataque castelhano surgiu no Alentejo que, desde 1641, o monarca mandara guarnecer militarmente, já que era a zona mais vulnerável do reino por ser o principal domínio da Casa de Bragança e, do ponto de vista geográfico a entrada natural para a foz do Tejo.

O conde de Monterrey atacou Campo Maior e Olivença. A primeira praça resistiu, apesar dos poucos meios, mas o ataque a Olivença foi muito violento e em seu socorro acudiram cavaleiros de vários lugares do mestrado de Avis, afastando o perigo.

Em 1642, os espanhóis atacaram Alcoutim e Castro Marim, no sotavento algarvio, mas também aí o perigo passou. Mas as primeiras campanhas surgiram no Alentejo. Em 1644, os castelhanos concentraram uma notável força militar em Badajoz. Do lado português, D. António Luís de Meneses, governador de Cascais, foi encarregado de

recrutar homens em Coimbra para irem para o Alentejo. Também todos os cavalos do Ribatejo seguiram para Elvas. O marquês de Torrecusa atacou a praça de Ouguela, mas não levou a melhor sobre os seus 45 defensores, comandados pelo capitão Pascoal da Costa. Reagindo ao ataque castelhano, Matias de Albuquerque invadiu algumas terras da Estremadura espanhola. O mesmo Matias de Albuquerque dirigiu-se ao Montijo, mas os castelhanos não quiseram o confronto aí, preferindo o lugar de Lobon, a cerca de cinco léguas de Badajoz. No dia 26 de Maio, os dois exércitos encontraram-se e, apesar do maior número de cavaleiros espanhóis e de os Portugueses estarem quase a perder a batalha, com as intervenções de Henrique de Lamorlay, capitão da guarda, e de D. João da Costa, general de artilharia, o comandante Matias de Albuquerque conseguiu pôr em fuga o exército inimigo. A batalha do Montijo deu novo ânimo ao ideal da Restauração e a notícia divulgou-se imediatamente por via diplomática (Serrão, 1980, pp. 30-31).

Entre 1645 e 1650, as escaramuças entre os dois exércitos continuaram com vitórias e derrotas para ambos os lados. Os espanhóis conquistaram o forte de Santo António, junto à ponte de Olivença, e sitiaram a vila. Mas o corpo de estudantes da Universidade de Coimbra, chefiados pelo reitor, Manuel Saldanha, defendeu a praça de Elvas e juntou-se ao próprio rei, em Montemor-o-Novo, onde o monarca se encontrava a dirigir as operações. Entretanto os dois exércitos acusavam a fadiga e a guerra ofensiva limitava-se a pequenas incursões ao longo das fronteiras. D. João IV recorre de novo às comarcas, à nobreza e ao clero para que contribuíssem para o esforço da guerra ou não seria possível continuar a defender o reino.

Nesse período, a Espanha saía da Guerra dos Trinta Anos, esperando poder concentrar o seu poderio militar em Portugal. Assim, até 1656, a coroa portuguesa pôde desenvolver o esforço militar e financeiro necessário a assegurar a vitória na guerra da Restauração. D. João IV mandou fortificar vilas e castelos, arranhou gente para os defender, preparando a resistência aos Espanhóis (Serrão, 1980, p. 33)

O restaurador morreu, de gota e de litíase, no dia 8 de Novembro de 1656. No seu testamento, datado de seis dias antes, entregara a regência a sua mulher, D. Luísa de Gusmão, uma vez que o seu sucessor, o príncipe D. Afonso, tinha apenas 13 anos.

No início de 1657, os espanhóis começaram a preparar-se para invadir Portugal: a artilharia reunia-se em Badajoz e armazenavam-se alimentos e corria a voz de que Filipe IV vinha a Mérida para dirigir um poderoso exército contra Portugal. No início de Abril, o inimigo atacou em força Olivença que caiu na posse dos Castelhanos, o mesmo acontecendo a Mourão. Perante a ameaça que recaiu sobre a zona do Guadiana, a coroa nomeou como chefe do exército Joane Mendes de Vasconcelos que reconquistou Mourão e cercou Badajoz. Por outro lado, no Minho, D. Álvaro de Abranches conseguira dominar o ataque a Valença mas não conseguiu impedir a construção de um forte espanhol, forte de S. Luís Gonzaga, na parte terminal do curso do rio Minho.

A guerra intensificou-se novamente em meados de 1658. A coroa fez um enorme esforço para restaurar os castelos e fortalezas das linhas de fronteira que, com a guerra, tinham ficado em muito mau estado. Finalmente o exército espanhol, comandado por D. Luís de Haro, primeiro ministro de Espanha, cercou Elvas, cuja praça era governada por D. Sancho Manuel. Na opinião de Peres (1933, p. 84), a praça era governada por Joane Mendes de Vasconcelos, mas este foi afastado do comando e o seu lugar ocupado por André de Albuquerque. Uma noite este general de cavalaria conseguiu sair da vila sitiada e, atravessando as linhas inimigas, foi organizar um exército de socorro, em Estremoz, deixando a governar a praça o mestre de campo general do Alentejo, D. Sancho Manuel.

Os espanhóis conquistaram as colinas de S. Francisco e da Graça e, daí, ameaçavam a vila. O cerco durou três meses e foi extremamente difícil para os Portugueses, que possuíam menos efectivos e não os podiam refrescar. A peste veio agravar a situação, fazendo cerca de trezentos mortos por dia. O exército português procurou distrair o inimigo com surtidas a cavalo, enquanto esperava os reforços do conde de Cantanhede.

O exército do conde D. António Luís de Meneses reuniu-se em Estremoz. Juntaram-se-lhe várias guarnições de praças vizinhas. A batalha deu-se nos campos de Elvas, a 14 de Janeiro de 1659 e foi a primeira grande vitória da Restauração.

Chegaram os portugueses defronte das linhas de Elvas a 13. Com uma descarga de artilharia preveniram a guarnição da praça de que estavam ali. Foi imenso o júbilo na cidade. Sancho

Manuel e os seus oficiais vestiram galas. Entretanto o exército de socorro formava em ordem de batalha. (...) Ao alvorecer do dia 14, um nevoeiro bastante cerrado não permitiu aos espanhóis reconhecerem a disposição do exército do Conde de Cantanhede. (...) Mas, mal o nevoeiro se dissipou, a infantaria portuguesa avançou num ímpeto magnífico, apanhando os terços espanhóis de surpresa, e ainda desordenados, muitos deles saindo à pressa dos quartéis. (...) A artilharia da praça varria o campo inimigo, auxiliando o avanço do exército português, que conclamava “Vitória! Vitória!”. (...) A luta durou muitas horas mas sempre favorável. Caíram outros dois fortins em poder dos nossos. E Cantanhede mandou cercar os outros dois, um dos quais era o forte da Graça. Ao anoitecer, o resto das tropas entrava em Elvas, num estrugir de vitória. Os dois chefes, o conde de Cantanhede e Sancho Manuel abraçavam-se. Tinham vencido o orgulhoso ministro e valido de Filipe IV. (Peres *et al.*, 1934, pp. 85-86)

A vitória das Linhas de Elvas veio moralizar a nação que estava desfalcada em gente e recursos. O comandante da praça, D. Sancho Manuel, foi agraciado com o título de conde de Vila Flor.

Mas a guerra não fora ainda ganha, pelo que a coroa, desde 1661, continuou a providenciar a defesa. Levou a cabo várias medidas para evitar a venda de armas de fogo por parte dos soldados de anteriores campanhas, confirmou o uso do papel selado que era obrigatório em muitas diligências da justiça da fazenda e da guerra. Os proventos resultantes destas medidas eram uma receita muito importante para se fazer frente aos custos da guerra. Mas, no Porto, surgiram protestos e, como os mesteirais apoiaram as manifestações, foi extinta a Casa dos Vinte e Quatro. Em Dezembro de 1660 uma carta de lei proibiu a saída do reino sem autorização régia. Todas as pessoas que o fizessem seriam privadas de cidadania e honras. Com estas medidas, pretendia-se poder continuar a sustentar a guerra de defesa do Reino (Serrão, 1980, p. 50).

No princípio de 1661 sabe-se que os espanhóis se preparam para nova invasão. Numa carta a D. Luísa de Gusmão, o conde de Atouguia disse informava a corte e pedia dinheiro para fortificar as praças da fronteira e obter mais armas e munições (Carta do conde de Atouguia a D. Luísa de Gusmão, *in Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-rei D. Afonso VI cit. in Serrão, 1980, p. 51*). Os alemães já tinham mandado, em apoio de Portugal, o conde de Schomberg, um grande general do tempo. As intenções espanholas eram penetrar profundamente no Alentejo para daí chegarem à foz do Sado, cercar a capital e render a cidade pela fome. A corte tomou medidas

extremas para fazer face à iminente invasão. Na primavera de 1663, o exército espanhol invade Portugal. A 6 de Maio, o exército inimigo, comandado por D. João de Áustria, avança na direcção de Estremoz e dirige-se a Évora que se entrega a 22 do mesmo mês. Os portugueses reconheceram que se exigia uma batalha decisiva, já que a tomada de Évora abria as portas ao avanço sobre Lisboa. Os dois exércitos confrontaram-se no campo do Ameixial, no dia 8 de Julho e, após dura batalha, os portugueses puseram em fuga os espanhóis que se dirigiram a Badajoz. O exército português cercou então Évora, para de lá expulsar a guarnição espanhola. A cidade acabou por se render uma semana mais tarde.

O exército vitorioso preparou-se então para reconquistar Évora. Veio juntar-se-lhe o exército de reforço, que havia sido organizado pelo Marquês de Marialva em Aldegalega e que trazia numerosos voluntários. Foi um cerco em forma, mas apenas durou oito dias. O Conde de Sertirana, governador da praça, capitulou a 24 de Junho. A guarnição porém ficou prisioneira até meado de Outubro. (Peres *et al.*, 1933, pp. 94-95)

Tinha-se conseguido evitar, mais uma vez, o fracasso da Restauração, mas o perigo subsistia. Era necessário reforçar a fronteira de Almeida porque, com base em Cidade Rodrigo, o conde espanhol de Ossuna queria conquistar aquela praça, por surpresa, enquanto fazia estragos em muitos lugares de Ribacoa. Em resposta, Pedro Jacques de Magalhães, governador de armas da província de Almeida, entrou em Castela e saqueou a povoação de Sobradillo. O conde Ossuna insistiu e atacou, a 3 de Julho de 1664, Castelo Rodrigo que era a chave da defesa da Beira duriense. O governador de armas de Almeida reagiu e, com um exército menor, no campo das Salgadas combateu o inimigo e saiu vitorioso.

No ano seguinte, os espanhóis voltaram a atacar o Alentejo com um grande exército. Mas os portugueses estavam preparados. As principais fortalezas tinham sido reconstruídas, vieram reforços da Beira e de Trás-os-Montes e, para que o exército espanhol não pudesse abastecer-se de mantimentos, deu-se ordem para que as colheitas agrícolas fossem recolhidas nos castelos.

A 22 de Maio, os castelhanos saíram de Badajoz e atravessaram o Caia no dia 7 de Junho. Vila Viçosa foi cercada no dia 9. O castelo tinha pouca protecção e a Vila era um

ponto-chave na comunicação entre Borba, Alandroal e Terena. Além disso, era em Vila Viçosa que se situava o Paço dos Duques de Bragança. No dia 17, o marquês de Marialva vai ao encontro do inimigo e acampa perto de Estremoz, em Montes Claros. O exército espanhol dirige-se para o local. Travou-se uma violenta batalha, a cavalaria castelhana acabou por retirar e os Portugueses tiveram uma grande vitória. Tinha-se medo que houvesse incursões castelhanas no norte do país e, por isso, o conde de Schomberg, com alguns regimentos de tropas estrangeiras dirigiu-se para lá, enquanto o governador de armas de Almeida, Pedro Jacques de Magalhães e os condes de S. João e de Miranda se encarregavam de guarnecer as fronteiras do Minho.

Os dois reinos aspiravam à paz. A Inglaterra vinha a intervir, desde 1666, no sentido de pôr termo à guerra. As grandes potências também estavam interessadas na paz entre Portugal e Castela: a França porque queria assegurar a importância na Europa que a Guerra dos Trinta Anos lhe concedera; a Inglaterra porque queria alargar o seu poderio naval e ultramarino.

O tratado de paz entre os dois países foi celebrado em Madrid, no dia 5 de Janeiro, sendo ratificado em Lisboa, a 13 de Fevereiro de 1668. Reinavam em Portugal e Espanha D. Afonso VI e Carlos II, respectivamente. Os delegados portugueses não se preocuparam em defender os interesses de Portugal, gravemente prejudicado pela guerra. Entregou-se Ceuta aos Espanhóis, o que Joaquim Veríssimo Serrão considera um grave erro político (Serrão, 1980, p. 58).

Com o Tratado de Madrid, as duas nações ibéricas comprometiam-se a auxiliarem-se mutuamente contra os seus inimigos, dando-se mutuamente liberdade de comunicação, por mar e pelos rios navegáveis, e liberdade de comércio. O rei de Inglaterra, Carlos II, ratificou o acordo e ficou como mediador e garante da paz.

Estava terminada a guerra da Restauração.

2. História cultural

De 1640 a 1668, viveu-se um período de grande vigor cultural. Procurou-se justificar a Restauração como um movimento que definia um profundo anseio nacional. No entanto, a separação política de Castela não apagou o hispanismo da cultura portuguesa. A literatura falava frequentemente duas línguas, o que não causa admiração se se tiver em conta que muitos nobres, magistrados e religiosos tinham frequentado os Estudos Gerais de Salamanca ou Alcalá, estando, por isso, ligados à Espanha por laços intelectuais e de amizade. A literatura e o teatro hispânicos tinham formado muitos Portugueses; assim, a Restauração não implicou uma ruptura cultural (Serrão, 1987, p. 150).

Os escritores da época eram militares, religiosos e diplomatas que escreveram essencialmente obras de carácter histórico ou de apologia jurídica. As suas obras, em que se faz o elogio de D. João IV, são importantes pois configuram um testemunho contemporâneo dos acontecimentos, tornando-se valiosas fontes noticiosas ou documentais. Destacam-se autores como Diogo do Couto (*Diálogo do Soldado Prático que trata dos enganos e desenganos da Índia*, 1612), D. Francisco de Melo (*Epanáforas de Vária História Portuguesa*, 1660), Manuel Severim de Faria (*Notícias de Portugal*, 1655), Francisco Suarez (*Defensio Fidei Catholicae Adversus Anglicanae Sectae Errores* 1613), Duarte Ribeiro de Macedo (*Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino*, 1675), António de Sousa Macedo (*Flores de Espanha, Excelências de Portugal*, 1631) e o Padre António Vieira, autor de inúmeros sermões – dedicados ao combate da escravatura e da Inquisição e à defesa dos Índios e das Companhias – e de uma vasta correspondência com várias personalidades políticas e religiosas do seu tempo.

2.1. As Universidades: Coimbra e Évora

A Universidade de Coimbra foi informada, por carta de 3 de Dezembro de 1640, da aclamação de D. João IV. Rapidamente se organizou um corpo de estudantes que começou a treinar-se nas artes da guerra, tendo o reitor, Manuel de Saldanha, ficado encarregado de arranjar voluntários e angariar contribuições monetárias para o esforço da luta contra Castela.

Como já se referiu, os estudantes participaram na primeira defesa de Elvas. Mas, apesar do tempo gasto na guerra da Restauração, a vida cultural da Universidade não diminuiu: os impressores e livreiros ao serviço da Universidade continuaram a imprimir obras, fizeram-se trabalhos de beneficiação nos edifícios da Universidade. A biblioteca recebeu a visita do diplomata sueco João Frederico Trisendorf, encarregado pela rainha Cristina da Suécia de examinar as bibliotecas do reino. D. João IV ordenou ao reitor que o recebesse e pusesse à sua disposição a biblioteca. Provavelmente o visitante comprou ou foram-lhe oferecidos alguns exemplares ou manuscritos, como se depreende da carta do rei para o reitor.

Os estudantes da Universidade de Évora também tinham contribuído muito para a causa da Restauração, lutando na Batalha do Montijo e, mais tarde, ajudando a levantar o cerco de Elvas. As orações de sapiência proferidas, desde 1641, pelos mestres jesuítas, estavam cheias de elogios ao rei e de amor pela pátria. Também nesta academia se realizaram obras de alargamento da Universidade, nomeadamente a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, o início da enfermaria e as oficinas colegiais. Pensa-se que a Universidade de Évora tenha influenciado a decisão de D. João IV na escolha de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal (Serrão, 1980, pp. 166-168)

2.2. Bibliotecas e livrarias

D. João IV amava os livros e a música. Em 1648, com receio de um saque por parte dos castelhanos, mandou transferir a biblioteca do paço de Vila Viçosa para Lisboa. Quando os seus emissários iam a França para obter ajuda para a guerra da Restauração, o rei pedia-lhes que adquirissem “livros e papeis” de música. Tentou até conseguir cópias de manuscritos na biblioteca do Escorial.

O Restaurador mandou imprimir, em França, um livro, em latim, da autoria de Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo: *O Manifestum pro Regno Lusitaniae*. Nessa obra de 1647 - que era a tradução de um *Manifesto*, escrito em italiano, em 1642, pelo Dr. Pantaleão Rodrigues Pacheco, novo bispo de Elvas – fazia-se a defesa dos direitos

de D. João IV à coroa de Portugal. Outras *Relações* dos acontecimentos militares, principalmente o da batalha do Montijo, já tinham sido enviadas para França, para que o conde da Vidigueira as traduzisse e mandasse publicar. O Rei ofereceu muitos livros, impressos em Portugal, ao primeiro-ministro francês, o Cardeal Mazzarino (Serrão, 1980, p.169).

Como a política filipina começou a lançar por toda a Europa manifestos e opúsculos em que se considerava o duque de Bragança como um traidor e rebelde e o movimento da Restauração como uma usurpação dos direitos legítimos de Castela, a coroa portuguesa começou a prestar atenção ao movimento literário português e europeu, procurando minimizar os efeitos contrários da política espanhola. Assim, as obras vindas do estrangeiro eram objecto de vistoria no porto de Lisboa e organizavam-se listas desses livros, exercendo os ministros do Desembargo do Paço uma censura prévia do que entrava em Portugal. Aliás, essa censura aplicava-se também ao que se publicava em Portugal, como aconteceu com as *Oitavas Rimas*, de André Rodrigues de Matos, contra o povo de Évora. Atribui-se ao primeiro ministro de D. Afonso VI, o terceiro conde de Castelo Melhor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, a ordem ao Desembargo “para não dar licença sem consulta, a obras em que se envolvam cousas de Estado ou reputação pública” (Silva, J. J. Andrade. Decreto de 14 de Agosto de 1663, in *Collecção Chronologica de Legislação Portuguesa (1657 – 1674)* p. 89. cit in Serrão, 1980).

2.3. António Vieira, figura ímpar da época da Restauração

António Vieira, padre da Companhia de Jesus, foi uma figura de proa da cultura portuguesa da época. Nasceu em Lisboa, no dia 6 de Fevereiro de 1608 e, ainda muito jovem, embarcou com a família para a Baía onde fez os seus primeiros estudos, entrando em 1623 na Companhia de Jesus. Ordenou-se sacerdote em 1643. Era Mestre em Artes e foi professor de Humanidades. Em 1641 veio em missão ao reino para prestar a obediência do Brasil ao novo rei. A sua vivacidade e os seus dotes de orador encantaram D. João IV que o escolheu como pregador da corte. D. João IV confiou-lhe várias missões diplomáticas, por exemplo na Holanda e na França (Serrão, 1980, p. 175).

O Padre Vieira foi um acérrimo defensor do movimento da Restauração e procurou angariar fundos para a causa da independência junto dos cristãos-novos. O facto valeu-lhe o ódio da Inquisição. Entre 1652 e 1661 esteve novamente no Brasil, exercendo a sua actividade de Missionário no Maranhão e no Pará. Assumiu a defesa dos índios, explorados pelos colonos, e defendeu a sua liberdade. São deste período alguns dos seus mais famosos sermões como, por exemplo, o de Santo António aos peixes. Regressado a Portugal, incompatibilizou-se com os jesuítas, começou a defender uma visão profética da História de Portugal, na sequência da sua teoria do V Império, o império do Espírito Santo, império não material, de que Portugal seria a cabeça. Em 1659, escreve *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*, defendendo a “segunda vida” de D. João IV que regressaria para conduzir o país ao triunfo do V Império.

Com a morte de D. João IV em 1656, António Vieira perdera um amigo e um protector, passando a ser *persona non grata* no reino. Mas, com a regência de D. Pedro, o jesuíta recuperou a sua posição de privilégio, embora sempre mal visto pela Inquisição. Refugiou-se em Roma e, entre 1669 e 1675, deslumbrou a cúria papal e os romanos com os seus sermões, conseguiu a protecção directa do Papa e retomou a sua luta contra o Santo Ofício cuja actuação e influência considerava prejudicial para o equilíbrio da sociedade portuguesa.

Quando regressou a Portugal, fê-lo com um breve pontifício que o tornava intocável pelo tribunal da Inquisição, só dependendo do tribunal romano. Mas, no reino, veio encontrar um acolhimento frio pois o regente estava, na altura, de muito boas relações com o Santo Ofício. O Padre António Vieira regressou, então, ao Brasil onde faleceu a 18 de Julho de 1697, tendo ainda visto a publicação do primeiro volume dos seus *Sermões*.

Durante sessenta e dois anos, o “imperador da língua portuguesa” manteve uma intensa actividade política, religiosa e literária. Escreveu sermões, cartas, tratados, relatórios diplomáticos, notas de viagem. A sua obra é um verdadeiro monumento à cultura seiscentista (Serrão, 1980, p. 176).

2.4. A imprensa periódica

A imprensa periódica portuguesa surgiu com a Restauração. Em Novembro de 1641 apareceu a *Gazeta* “da Restauração” que tinha como objectivo noticiar “as novas todas, que houve nesta Corte, e as que vieram de várias partes” (Biblioteca Nacional de Lisboa. *Fundo Geral*. 522 vermelho. cit In Serrão, 1980). Embora não fosse publicada com uma periodicidade constante, nas palavras de Jorge Pedro de Sousa (Sousa *et al.*, 2011, p. 54):

(...) pode considerar-se uma publicação periódica no sentido de que foram publicados sucessivamente (perlo menos) 37 números ao longo de seis anos, entre Novembro de 1641 e Setembro de 1647 (...), possibilitando ao público o consumo de novas informações com alguma regularidade.

A *Gazeta* era o órgão informativo da Restauração e impressa na oficina de Lourenço de Anvers, tendo periodicidade mensal. Continha muitas notícias vindas do estrangeiro, mas também dava muitas informações sobre o reino. De acordo com Jorge Pedro Sousa (Sousa *et al.*, 2011, p. 314), no primeiro período da publicação, de Novembro de 1641 a Julho de 1642, cerca de 47% das matérias não envolviam portugueses; no segundo período, de Outubro de 1642 a Setembro de 1647, cerca de 10% das notícias eram de fora do reino, permitindo a quem estava afastado do país ficar a par da governação e da vida da corte, como se pode confirmar com os seguintes exemplos:

Gazeta do Mês de Dezembro de 1641

Foi sua majestade visitar os armazéns da Armada Real.

D. Fernando Teles de Faro foi nomeado capitão-mor da vila de Campo Maior.

Morreu o conde de Odemira.

Da cidade de Elvas fugiu um soldado estrangeiro cavaleiro. Foram no seu alcance e colheram-no escondido num mato, perto do caminho de Badajoz. Trouxeram-no outra vez para o corpo de guarda e (...) o enforcaram.

Gazeta do Mês de Julho de 1642

No princípio deste mês escreveu-se na Província do Alentejo que no dia de São João vieram os inimigos a Olivença e que os nossos os fizeram retirar com a morte de muita gente.

António Teles da Silva foi governar o estado do Brasil.

Veio El-Rei nosso Senhor da sua quinta de Alcântara com toda a Casa Real.

Algumas notícias, segundo Sousa (2011, p. 115), eram pura fantasia. Mas, e na opinião do mesmo autor, possivelmente tal facto não era intencional, antes se pode atribuir à credulidade dos redactores que acreditavam no que ouviam e liam.

Mas a divulgação das notícias, se mantinha vivo o patriotismo tão importante na altura, nem sempre servia os interesses da diplomacia portuguesa e, por vezes, divulgava informações nem sempre coincidentes o que vinha afectar a política em curso. Foi suspensa de Agosto a Outubro de 1642, só voltando a aparecer com notícias do estrangeiro: *Gazeta Primeira do mês de Outubro de Novas fora do Reyno*. Nas suas páginas pretendia transmitir-se o modo favorável com que a Restauração era vista no estrangeiro. A sua publicação foi definitivamente suspensa em 27 de Setembro de 1647.

Com o conde de Castelo Melhor no governo, surge, dezasseis anos depois, uma nova publicação: o *Mercurio Portuguez*. De evidente influência francesa, era dirigido pelo estadista e diplomata Dr. António de Sousa Macedo. O jornal apareceu no período mais difícil das lutas da Restauração, quando se impunha infundir a esperança e a crença na vitória, no espírito do povo português.

António Macedo pretendia que as outras nações, principalmente a França, exercessem pressão sobre Castela para que aceitasse a restauração da independência portuguesa e deixasse de lutar contra Portugal. Para isso, logo nos primeiros parágrafos do *Mercúrio* (1663), António de Sousa de Macedo indicava o propósito da fundação do mensário:

Mercúrio Português, Janeiro de 1663

Para servir ao bem público de Europa com novas certas da guerra entre Portugueses e Castelhanos (única hoje entre Cristãos) se dispõem Mercúrio, se antigamente Lígio ou Selénio, e há poucos anos Francês, feito já Português; (...)

Era também um objectivo do seu autor que o país não ignorasse o que ia acontecendo nos povos vizinhos, já que havia uma opinião pública atenta ao que se passava para lá dos Pirenéus.

À medida que a Restauração se ia consolidando com as vitórias portuguesas, as notícias do reino ocupavam um espaço cada vez mais significativo no jornal e as novas da guerra eram complementadas com referências à vida política, económica, social e cultural do país.

Entretanto, na corte vivia-se uma época de intrigas e convulsões internas. Com efeito, o exercício da realeza por D. Afonso VI era polémico e deu origem a uma grave crise política. Este rei sucedera ao pai, D. João IV, em virtude da prematura morte do seu irmão mais velho que morrera aos dezanove anos de uma infecção pulmonar. Mas D. Afonso VI padecia de uma doença que o diminuía física e intelectualmente. Após a morte do pai é aclamado rei mas, como não tinha ainda catorze anos, a regência fica entregue à mãe D. Luísa de Gusmão. O futuro rei rodeava-se de amigos pouco recomendáveis, de baixa estirpe, entre os quais dois irmãos mercadores, de origem italiana, António e João Conti, que agregavam a si um grupo de rapazes desordeiros. A rainha acabou por ordenar a expulsão dos jovens. Depois, D. Luisa de Gusmão, diante de D. Afonso VI, numa sessão de censura pública, perante inúmeros fidalgos, Tribunais, Senado da Câmara e Casa Dos Vinte e Quatro, leu um documento em que apelava ao príncipe para que se aplicasse “com cuidado e desvelo nos negócios públicos, gastando o tempo em ocupações dignas da sua real pessoa” e fazia alusões “à gente de inferior qualidade” que criava divisão entre os de alta linhagem e faz “na Corte outras perturbações prejudiciais” (Ameal, 1949, p. 400).

Apareceram, então, junto de D. Afonso VI, alguns jovens cortesãos, como os condes de Castelo Melhor e de Atouguia, que convencem o rei de que o sucedido é o primeiro passo de uma conjura contra ele, com o fim de o desprestigiar, conservar D. Luísa de Gusmão na regência do reino e, mais tarde, entregar o poder a D. Pedro. Os conselheiros do rei agiam “não porque lhes conviesse a vida escandalosa deste, mas porque sentiam que o favor régio estava ao seu alcance logo que ele tomasse o poder.” (Serrão, 1980, p. 46).

D. Afonso dirige-se à Quinta de Alcântara e, aí, convoca várias personalidades importantes e altos funcionários e declara solenemente a sua intenção de assumir o governo do reino. Levando o rei para Alcântara e para lá convocando a nobreza, o

conde de Castelo Melhor, cérebro desta manobra, consegue retirar ao Paço da Ribeira o centro das decisões políticas a afasta a rainha da vida pública. A rainha escreve ao príncipe, manifestando a sua estranheza por tal atitude, assegurando-lhe que não lhe desagradará abandonar a governação e convidando-o a regressar ao Paço para que tudo se efectue em paz. D. Afonso responde à mãe, dizendo-lhe que, dada a situação difícil do reino a quer libertar do fardo que sobre ela pesa. Trocam-se ainda várias cartas que não resolvem nada. As ruas de Alcântara enchem-se, entretanto de populares que aclamam o novo rei (Ameal, 1949, p. 401). Em 23 de Junho de 1662, a regente entrega definitivamente o poder a D. Afonso VI e no seu testamento, datado de 26 de Fevereiro de 1666, D. Luísa de Gusmão declarou o seu filho mais velho como seu herdeiro e testamenteiro.

O *Mercúrio* publicou-se de Janeiro de 1663 a Julho de 1667. Nesse ano, o Infante D. Pedro zangou-se com o irmão, D. Afonso VI, e foi para Queluz. Seguidamente um episódio em que esteve envolvido o autor do *Mercúrio*, foi o rastilho que fez despoletar a crise que levaria à demissão do conde de Castelo Melhor. Segundo a rainha, D. Maria Francisca de Sabóia, o Secretário de Estado respondera-lhe com pouca deferência, pelo que ela exigia a sua demissão. D. Luís de Vasconcelos e Sousa defendeu D. António de Macedo e este, após alguns dias de afastamento, manteve-se em funções. A nobreza adversária de Castelo Melhor – o conde de Ericeira, o marquês de Marialva, o conde de Sarzedas, o de Vila Flor, etc. – empreendeu diligências para afastar o ministro. O Infante D. Pedro acusou Castelo Melhor de o querer envenenar para conquistar simpatias entre os três Estados, e dirigiu “cartas contra ele a diversas instituições, entre as quais o Senado da Câmara e a Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, que lhe deram o seu apoio” (Ramos *et al.*, 2010, p.335). O conde de Castelo melhor teve conhecimento deste movimento e deu ordem para que os alcaides e meirinhos da corte passassem a andar guardados por oito homens armados e ordenou ainda que a cavalaria ficasse de prevenção. Perante estes factos, o príncipe D. Pedro exigiu o afastamento do ministro, ameaçando o rei de que se tal não se verificasse seria ele, D. Pedro, a abandonar o reino. D. Afonso VI acabou por ceder às pressões da nobreza e entregou a solução da questão a uma junta de letrados partidários de D. Pedro. No entanto, D. Afonso VI ainda conseguiu uma carta de segurança para o seu ministro, tendo o infante prometido

guardar “a pessoa e honra do conde e não intentar contra ela coisa que as ofenda.” (Serrão, 1980, p. 199).

Com a queda de Castelo Melhor, o rei fica sozinho e chama de novo Sousa de Macedo, mas a rainha D. Maria Francisca, sempre sujeita a pressões por parte do embaixador de França, insurge-se fortemente. D. Pedro, à frente de numerosos fidalgos e soldados, impõe ao rei a demissão do secretário. Com a queda de António de Sousa de Macedo, o *Mercúrio*, ainda sob a sua direcção, publica um número em Dezembro de 1666, onde o secretário caído em desgraça se despedia dos seus leitores:

Mercúrio Português, Dezembro de 1666

Despede-se dos leitores, agradecida ao aplauso com que os afectos e entendidos liam seus escritos e faz notório que por agora os não prosseguirá e que se houver outrem que o faça por curiosidade, ou zelo da pátria, se lhe deverá louvor ou repreensão do que escrever (...)

No ano seguinte foram ainda publicados mais sete números, sem no entanto se conhecer o seu autor.

II – A imprensa periódica europeia no século XVII

1. Os antecedentes

A partir do século XV, uma série de factores políticos, económicos, culturais e outros fizeram aumentar consideravelmente o interesse pela informação. O Renascimento e a Reforma, os Descobrimentos portugueses e espanhóis deram origem a uma grande curiosidade sobre o que se passava no mundo, e os progressos das trocas comerciais e bancárias levaram a um desenvolvimento das trocas de informação. A invenção da imprensa por Gutenberg, em 1438, veio possibilitar a reprodução rápida do mesmo texto. Mas a imprensa periódica impressa só surge quase um século após a invenção da tipografia. Antes disso surgiram vários tipos de escritos de informação como as notícias manuscritas – que surgem esporadicamente na Alta Idade Média e se consolidam nos séculos XIV e XV –, as folhas volantes impressas: *gazetas* (ou *corantas*, em Itália; *relationes* em latim, *occasionnels*, em França; *zeitungen*, na Alemanha), os *pasquins* e os *libelos*.

Em Portugal, a primeira folha noticiosa manuscrita conhecida foi a *Notícia da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina*, composta por duas páginas com informações sobre a destruição da Armada Invencível. Tem a data de 19 de Outubro de 1588 (Sousa, 2008, p. 9). No século XVII surgem outras folhas manuscritas, uma delas escrita por José de Alcalá e que dá informações sobre o tempo em Lisboa no dia 4 de Fevereiro de 1603. Seguiram-se-lhe outras e uma, de 18 de Outubro de 1612, noticia um grande temporal em Lisboa em que se afundaram várias embarcações, tendo-se perdido grande quantidade de navios. Outras se sucederam entre 1640 e 1643. Segundo José Tengarrinha (1989, p. 27), essas folhas

Cumprem uma função social importante, pois são o único veículo informativo de que então se dispõe, tendo mesmo a preocupação (não seguida pelas folhas congéneres do século XVIII) de dar notícias não apenas sobre os acontecimentos estrangeiros, mas também do país.

A primeira folha volante impressa de que há notícia em Portugal é a *Relação do lastimoso Naufrágio da nau Conceição Chamada Algaravia A Nova de Que Era*

Capitão Francisco Nobre a Qual Se Perdeu nos Baixos de Pero dos Banhos em 22 de Agosto de 1555. Foi impressa em Lisboa, na oficina de António Álvares, publicada provavelmente em 1556.

As *relações* tinham a forma de um livro, com frontispício frequentemente ilustrado, com pequeno número de páginas, sem publicação regular e descrevendo, sem comentar mas com muitos pormenores, apenas um acontecimento, embora o grau de veracidade fosse muitas vezes reduzido. A *Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal e mais Províncias do Ocidente e Oriente, etc.*, foi durante bastante tempo considerado como o primeiro jornal Português. A primeira – de Março de 1625 a Setembro de 1626 – foi impressa em Lisboa em 1626 e reimpressa em Braga em 1627; a segunda – de Março de 1626 a Agosto de 1627, foi impressa em Évora em 1628. Mas, e porque não eram publicadas periodicamente, estas relações, da autoria de Manuel Severim de Faria, não obedecem a uma das características dos jornais: a periodicidade (Tengarrinha, 1989, p. 30). No entanto, como afirma Jorge Pedro Sousa (Sousa *et al.*, 2007, p. 48) as *Relações* de Severim de Faria:

(...) podem ser consideradas antepassadas dos actuais jornais (inclusivamente, continuam a existir colectâneas anuais e plurianuais de notícias). Aliás, a ausência de periodicidade regular das Relações poderá dever-se não somente às intenções ou possibilidades do autor mas também às limitações técnicas, uma vez que o processo tipográfico era bastante lento; aos imperativos legais, que retardavam a circulação da publicação; e ainda à dificuldade e irregularidade das comunicações.

De 1625 em diante, proliferaram as folhas volantes, algumas com o intuito de acender os ânimos dos portugueses contra o domínio filipino. Eram divulgadas clandestinamente e o seu efeito era tão eficaz que o rei castelhano, na Carta Régia que dirige, em 26 de Janeiro de 1627, a Cristóvão Soares, chanceler-mor do reino, ordena que as relações “se não possam imprimir sem as licenças ordinárias, e que antes de as dar se revejam e examinem com particular cuidado” (*Correspondência do Desembargo do paço*, de 1627 a 1628, *cit. in* Tengarrinha, 1989).

As *gazetas* eram pequenos cadernos de quatro, oito ou dezasseis páginas, por vezes ilustrados com gravuras de madeira, em que se contavam acontecimentos importantes –

batalhas, funerais de figuras da corte, festas, etc. Os *pasquins* afastavam-se da narração de factos de importância documental e relatavam crimes, catástrofes, acontecimentos extraordinários, fenómenos sobrenaturais. Os *libelos* tinham textos que alimentavam as polémicas religiosas da Reforma e da Contra-Reforma e, posteriormente polémicas políticas. De certa forma, e como afirmam Albert e Terrou (1990, p.6):

Esses três tipos de folhas volantes ilustravam, pois, desde a sua origem as três principais funções do jornalismo: a informação sobre os factos da actualidade, o relato dos pequenos eventos do dia-a-dia, a expressão das opiniões.

Na Alemanha, aparecem cronologias com periodicidade semestral ou anual, relatando os principais acontecimentos – as *Messrelationen*, da autoria de Michael von Aitzing. Ainda em França, Palma de Cayet publicou as *Chronologies novennaires*, de 1589 a 1598, depois as *Chronologies septennaires*, de 1598 a 1604. Entre 1611 e 1648, estas *Chronologies* passaram a ser anuais, saindo com o título de *Mercure François*.

2. As primeiras publicações periódicas de cariz noticioso

No final do século XVI, em Fevereiro de 1597, é lançada na cidade alemã de Augsbur, por Samuel Dilbaum, uma publicação mensal, do tipo das *cronologias*. Em 1605, surge, em Anvers, um periódico bimensal, o *Nieuwe Tijdinghen (Notícias de Antuérpia)*. Foi publicada pelo impressor flamengo Abraham Verhoeve e era de redacção bilingue (francês e flamengo). Em Estrasburgo e Wolfenbütel, no ano de 1609, publicam-se dois semanários. Um pouco por toda a Europa começaram a publicar-se folhas deste tipo. A título de exemplo, referem-se as cidades de Basileia (1610), Berlim (1617), Praga (1619), Amesterdão (1620). No mesmo ano, tinham começado a circular em Londres folhas holandesas, mas, em Maio de 1622, Nicholas Bourne (ou Nathaniel Butter, uma vez que o referido impressor assina N. B.) e Thomas Archer lançam o *Weekely News from Italy, Germany, Hungaria, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries* constituído, essencialmente, por notícias traduzidas do estrangeiro (Quintero, 1996, p. 49). Por seu lado, a cidade de Florença, em Itália, é o berço das primeiras gazetas periódicas italianas que surgem em 1636. No entanto, já em 1597, Carlo Gigli aí imprimira uma publicação semanal, com o privilégio do Grande Duque (Quintero,

1996, p. 49). Quatro anos depois, é a vez de Roma. Em Madrid, a primeira *Gaceta* aparece em 1661. Na Rússia, só em 1703, foi criada, por Pedro o Grande, a primeira folha russa.

Uma das *Gazetas* europeias mais importantes foi a de Théophraste Renaudot, um doutor em medicina, nascido em Loudun, em 1586, protegido de Maria de Medici. Homem de viva inteligência, muito viajado, desenvolveu inúmeros projectos de cariz filantrópico entre os quais a criação de um dispensário gratuito para os pobres. Figura polémica viu-se envolvida em muitos processos judiciais que lhe dariam um grande prazer (Albert et Terrou, 1970, p. 8).

A *Gazette* de Renaudot veio fazer concorrência a uma publicação do livreiro francês Louis Vendosme, que surgira em Paris, em 1631, com o título de *Nouvelles ordinaires de divers endroits*. O seu primeiro número surgiu em 30 de Maio de 1631 e é interessante notar que os primeiros cinco números não tinham data. Era publicada com periodicidade semanal e com uma tiragem de 1200 exemplares, desde 1638, e acabou por absorver as *Nouvelles ordinaires* que vieram completar a *Gazette* que passou de oito a doze páginas.

Segundo Albert et Terrou (1970, p. 8-9): “Esses periódicos eram o órgão oficial da corte e publicavam exclusivamente notícias, sobretudo do exterior.” Com efeito, Richelieu servia-se da gazeta para, sob anonimato, difundir o que queria que a Europa soubesse, e o próprio rei Luís XIII fazia publicar informações sobre os partidos da corte e sobre as questões políticas que o opunham à rainha.

Mas Renaudot não se ficou pela *Gazette*: entre Fevereiro de 1632 e Dezembro de 1633, dedica-se, num suplemento mensal intitulado *Relations des nouvelles du monde*, ao jornalismo de análise e comentário e, após o desaparecimento deste suplemento passa a publicar *Extraordinaires* sobre acontecimentos importantes como batalhas, cercos, festas, cerimónias. Em *Extraordinaires* apareciam narrações detalhadas, estudos históricos, documentos importantes para a história do reinado de Luís XIII e da minoridade de Luís XIV (Mitton, 1943, p. 41). O médico francês cria ainda, a partir de 1632, a *Feuille du Bureau d'adresse*, uma folha de anúncios.

Durante o período da Fronda¹, as publicações de Renaudot defendem o Cardeal Mazarino e a causa do absolutismo. Mazarino nomeia-o director da imprensa que instalara na Orangerie e o seu protegido aceita o cargo, decidindo, num golpe de mestre, abandonar Paris e pôr os seus dois filhos à frente de uma nova publicação, esta, contra o cardeal italiano. Surge, assim, o *Courier français* (Mitton, 1943, pp.43-44).

Ele tinha dois filhos que o substituíam na publicação da gazeta. Optou por os deixar em Paris e pô-los à cabeça do novo órgão que acabava de criar sob o título: Le Courier Français, que custava um soldo, folha parlamentar antimazarínica, “dando todas as notícias verdadeiras do que se tinha passado após o “rpto” do rei, tanto em Paris como em Saint-Germain-en-Laye.” Enquanto o pai apoiava Mazarino, os filhos tomariam corajosamente a defesa do Parlamento. Renaudot afastou assim os invejosos que não teriam deixado de aparecer para substituir a Gazette, já que o hábito deste jornal já entrara nos costumes parisienses.²

As gazetas apresentavam diferenças em relação às outras publicações quer quanto à periodicidade, quer quanto ao tipo de textos nelas contidos e ainda quanto ao aspecto da primeira página. Assim, e segundo Sousa *et al.* (2008, p. 34), as *publicações ocasionais* facultavam uma informação pontual e

(...) muitas vezes enveredavam pela pregação moralista e que nem sempre apresentavam as narrativas sob a forma de textos escorreitos, antes preferindo formatá-los, por vezes, como poesias ou canções (...)

¹ Período de grandes convulsões que marcam a França durante a menoridade de Luís XIV (1643-1661), quando o país estava em guerra com a Espanha. Este período de revoltas evidencia uma feroz reacção ao aumento da autoridade régia, iniciada em França com Henrique IV e Luís XIII e reforçada pelo ministro deste último: Richelieu. Como consequência da Guerra dos Trinta Anos, gera-se uma situação financeira e fiscal muito grave que, acrescentada pelo espírito de vingança dos grandes do reino que tinham sido dominados pelo punho de ferro de Richelieu, conduz a múltiplas oposições parlamentares, aristocráticas e populares.

² Tradução livre do seguinte excerto original: “Il avait deux fils qui le suppléaient dans la publication de la *Gazette*. Il prit le parti de les laisser à Paris et de les mettre à la tête du nouvel organe qu’il venait de créer sous le titre : *Le Courier français*, du prix d’un sol, feuille parlementaire antimazarinique, « apportant toutes nouvelles véritables de ce qui s’est passé depuis l’enlèvement du roi, tant à Paris qu’à Saint-Germain-en-Laye.

Tandis que le père soutiendrait Mazarin, les enfants prendraient hardiment la défense du Parlement. Renaudot écarta ainsi les envieux qui n’auraient pas manqué de paraître pour suppléer la *Gazette*, l’habitude de ce journal étant déjà entrée dans les moeurs parisiennes.”

Por outro lado, os *livros noticiosos* eram vastas compilações de notícias que narravam o acontecido durante grandes períodos temporais.

Já as *gazetas* surgiam com uma periodicidade definida e frequente – geralmente semanal e, posteriormente, bi e tri-semanal, acabando por ser diária –, a sua linguagem noticiosa era simples, desenvolvendo-se numa narrativa cronológica, e os textos normalmente apresentavam a data e o local, bem como, por vezes, referência das fontes. Era evidente a sua intenção informativa. Incluía notícias sobre assuntos variados que versavam sobre a política, o comércio, a ciência, a sociedade e acontecimentos pouco comuns. Essas notícias provinham de vários países e apareciam nas folhas sem obedecerem a uma ordem lógica e paginadas a uma coluna. A sua primeira página continha o título e, por vezes, ilustração. Nela figuravam, também, a data, o local de impressão e o nome do editor.

A certa altura, as gazetas começaram a publicar notícias do dia anterior e tinham profissionais que trabalhavam exclusivamente na sua redação, paginação e impressão. A partir do meio de século XVII, incluía anúncios pagos, o que facilitou a sua aquisição, uma vez que os preços de venda baixavam. Poder-se-á então afirmar que “o jornalismo noticioso é uma invenção europeia dos séculos XVI e XVII, (...)” (Sousa *et al.*, 2008, p. 35).

Em Portugal, surgem, a partir de meados do século XVI, as *relações*, relatos noticiosos sobre certos acontecimentos que assumiam, por vezes, a forma de pequenos livros (Sousa *et al.*, 2009, p. 20). É também a época em que aparecem os primeiros *noticiaristas e memorialistas* que, um pouco na tradição dos cronistas medievais, registavam, acontecimentos, notícias várias. Elaboravam uma espécie de jornais manuscritos que enviavam periodicamente a vários correspondentes, muitas vezes sob a forma de cartas pelo que ficaram conhecidas como *Cartas Novas*, *Cartas de Novidades* ou *Cartas de Novas Gerais*. Estas publicações permitiam, por um lado, a difusão, nacional e internacional, dos acontecimentos mais importantes na Europa, por outro a divulgação de “novas ideias, descobertas e invenções.” (Sousa *et al.*, 2009, p. 20).

2.1. A *Gazeta “da Restauração”*

Entre 1641 e 1647, publica-se o primeiro periódico português: a *Gazeta “da Restauração”*, conhecida também simplesmente por *Gazetas*, onde, de acordo com o título do seu primeiro número, se pretendia relatar as “*Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*”. “*Da Restauração*” é uma designação que apenas tem como função remeter para o período histórico em que se publicou. Esta publicação foi considerada uma publicação periódica pois, ainda que os intervalos temporais entre os vários números não fosse constante, ela publicou-se entre Novembro de 1641 e Setembro de 1647, com alguma regularidade. Aliás, e segundo Eurico Gomes Dias na sua obra *Olhares sobre o Mercúrio Português*,

O carácter inovador e de maior impacto propugnado pelas *Gazetas* foi tornarem periódica uma informação que até aí se apresentava desconexa, confusa e irregular, à mercê dos acontecimentos ou da vontade política, religiosa, económica e social, imposta ou não, aos redactores e impressores, sempre sujeita aos ditames da censura instituída. (p. XXXIV)

A primeira edição da *Gazeta* anunciava que ela teria uma periodicidade mensal, criando os primeiros hábitos de leitura que viriam a caracterizar a imprensa periódica (Dias, 2010).

É suspensa entre Julho de 1642 e Outubro do mesmo ano, por causa de uma decisão legal que proibia a publicação de periódicos “com notícias do Reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas” (*cit. in Sousa et al., 2009, p. 21*). Possivelmente a suspensão foi um acto de censura precisamente pelo facto da verdade de certas notícias não ter agradado ao poder real. Depois da sua publicação ter sido retomada com novo nome, a gazeta difundiu poucas notícias de Portugal, inserindo no seu cabeçalho “*De novas fora do reino.*” Esporadicamente, surgiam notícias sobre a guerra da Restauração e as missões diplomáticas portuguesas, de acordo com a conveniência do mesmo poder que a censurara. Como se verifica, o jornalismo sempre incomodou o poder que procura censurá-lo e *in extremis* silenciá-lo, tornando muitas vezes difícil a aquisição das publicações sobrecarregando-as com taxas, se elas se publicavam. Aliás, a existência de um público muito reduzido, já que o grau de

alfabetização era baixíssimo, aliado à sobrecarga das taxas, foi, segundo Tengarrinha (1989, p. 39) o que deu origem a que a *Gazeta* fosse apenas comprada pelas elites:

As Gazetas da Restauração tinham circulação muito restrita, devido não só ao seu elevado preço (...) como ao baixíssimo nível de instrução. Poderemos visionar os seus leitores entre os comerciantes, homens de negócios e outros elementos instruídos da burguesia e a aristocracia ilustrada e mais directamente interessada nas notícias da guerra com Castela.

A *Gazeta* teve como primeiro editor Manuel de Galhegos (1597-1665) (Sousa, 2008), embora possa ter havido outros redactores. (Sousa, 2011)

Algumas gazetas não se limitavam à difusão de notícias de forma mais ou menos objectiva. Algumas enveredaram pelo que seria, mais tarde, no século XVIII e XIX a “*imprensa política de partido*” As suas peças jornalísticas

Incluía também notícias “orientadas” e “seleccionadas” para servirem determinadas causas, excertos argumentativos, opinativos e persuasivos, por vezes simplesmente propagandísticos (...) (Sousa *et al.*, 2008, p. 35).

Tal acontecia com as gazetas holandesas e até com as publicações portuguesas da Restauração que estavam empenhadas em contribuir para libertar Portugal do domínio castelhano. Outras tinham objectivos religiosos e de moralização.

Após o fim da publicação da *Gazeta*, foram sendo postas a circular, até 1663, folhas volantes com notícias da guerra da restauração.

2.2. Os *Mercúrios*

Para além das *gazetas*, surgem em vários países da Europa – Alemanha, Holanda, França – publicações com o nome de *mercúrio*, nome inspirado no deus Mercúrio, o mensageiro dos deuses. Em França, em 1611, surge o primeiro volume do *Mercurie françois*, um volume anual em que Palma Cayet relatava sob a forma de resumos cronológicos, os principais eventos que tinham tido lugar em França e no estrangeiro, a partir de 1605. O *Mercurie galant*, publicado em 1672, por Donneau de Vizé, era um jornal “de notas sociais e variedades” (Albert et Terrou 1990, p. 17), e foi ele que “(...)

na realidade definiu e consolidou um tipo de publicação frívola, mundana e galante (que nos nossos dias continua a existir)” (Quintero *et al.*, 1996, p. 156). Rapidamente se tornou uma folha marcadamente literária cuja fórmula foi muito imitada na Europa. Em 1724 passa a chamar-se *Mercure de France*. Em Espanha, surge, em 1738, o *Mercurio Histórico y Político* de Salvador José Mañer. Segundo Quintero (1996, p. 278):

Ocupava-se da informação política e militar, aspectos de literatura económica, algumas coisas históricas, literatura mundana e aquilo a que poderíamos chamar “novidades” europeias. A partir de 1784, o seu nome passou a ser mercúrio de España.

Os *mercúrios* tinham características diferentes das *gazetas*. Na opinião de Tengarrinha (1989, p. 41):

As características dos mercúrios apresentavam-se cada vez mais distintas das das gazetas, podendo dizer-se que aqueles estavam para estas como as revistas estão para os jornais, na actualidade.

Em Portugal, o mais importante é o *Mercúrio Português*, periódico mensal, impresso em Lisboa, em 1663, na oficina de Henrique Valente de Oliveira. O seu redactor foi, como já mencionado atrás, António de Sousa de Macedo.

Durante o século XVII, surgem ainda outros *mercúrios* portugueses com características próximas da de outros jornais europeus com a mesma designação. Em 1643, com impressão em Paris de Antoine de Sommaville, publica-se *Le mercure Portugais ou relations politiques de la fameuse révolution d'État arrivée en Portugal depuis la mort de D. Sébastien jusque au couroinnement de D. Jean IV*. Esta publicação teve apenas sete números, sendo o último de 4 de Abril do mesmo ano. Em relação à autoria desta publicação ela é atribuída por José Ramos Coelho (1894, s. p.) a Manuel Fernandes Vila-Real que terá sido encarregado pelo conde da Vidigueira de a organizar e dirigir. O conde dava a Vila-Real as notícias enviadas pelo governo português e ele

(...) ornava-as, corrigia-as; resumia-as, ampliava-as, anotava-as, conforme a conveniência; e um francês, a quem o Conde pagava o seu trabalho, punha-as na sua língua. (Ramos Coelho, 1894, s. p.)

Ainda segundo Ramos Coelho, *Le Mercure Portugais* é dedicado ao conde da Vidigueira e apresenta como autor Chestonières de Grenaille que poderá ser um pseudónimo de Vila-Real ou o nome do francês que traduzia as notícias. Com efeito, na bibliografia de François de Grenaille, sieur de la Chatounière (1616 – 1680), aparece a indicação de que é da sua autoria “*Le Mercure portugais, ou Relations politiques de la fameuse révolution d’Estat arrivée en Portugal, depuis la mort de D. Sébastien jusques au couronnement de D. Jean IV, à présent régnant*. Paris, A. de Sommaville et A. Courbé 1643” (Warszawski, 2008).

Há ainda um outro *mercúrio*, de 1645, intitulado *Mercurius Ibernicus Que relata Algunos Casos Notables Que Sucedieran en Irlanda despues Que Tomó las Armas por Defender la Religion Católica*, publicado em Lisboa, na oficina de Domingos Lopes Rosa, e de que se conhece apenas um número (Tengarrinha, 1989, p. 42). Não se sabe nada sobre o seu autor, embora se possa constatar que ele seria português ou residente em Portugal. Foi publicado e sujeito a taxas com todas as licenças e procedimentos burocráticos em vigor na época (Dias, 2010, p. XLI). O seu objectivo foi o de narrar acontecimentos “prodigiosos” ou “milagrosos” ocorridos na Irlanda ocupada pelos protestantes ingleses. Esses “prodígios” e “milagres” eram vistos como intervenção divina a favor dos católicos irlandeses. Na opinião de Eurico Dias (2010, p. XLII),

Verifica-se ainda uma defesa notável da veracidade dos acontecimentos relatados e uma procura constante da fundamentação teológica das suas afirmações. Ou seja, para explicar determinado fenómeno religioso ou episódio histórico, o autor teve uma preocupação em apresentar as obras de referência e as fontes de informação que julgou serem credíveis, apontando, inclusive, várias testemunhas residentes em Lisboa e que teriam presenciado certos episódios relatados.

Por motivos que não se conhecem, o *Mercurius Ibernicus* cessou a sua publicação, mas deu a conhecer aos leitores alguns factos relativos à história da Irlanda e os seus problemas à época.

No panorama das publicações periódicas portuguesas no século XVII, surgem ainda duas que importa referir. A primeira é a misteriosa *Gazeta do Parnaso Prologética* de cuja existência não há certezas e que poderá ter sido publicada em Lisboa por volta de meados de 1649. Segundo Eurico Gomes Dias (2010, p. XLII), o que se sabe sobre este

periódico é o que resulta dos estudos do bibliófilo Augusto Xavier da Silva Pereira. A *Gazeta* seria um elogio a D. João IV e à causa da Restauração e focaria temáticas mitológicas com forte conotação política.

A segunda publicação é uma *relação*, designada como “terceira” e “quarta”, que narra as vitórias portuguesas sob o comando do general D. Sancho Manuel de Vilhena, 1º conde de Vila Flor, na zona de fronteira entre os fortes de Almeida e Ciudad Rodrigo. De autoria desconhecida, a *relação* terá aparecido pouco antes do *Mercurio Portuguez*, publicada por Domingos Carneiro, em Lisboa, e terá tido uma grande divulgação. Terá sido publicada com o patrocínio régio, por intervenção do conde de Castelo Melhor. Verifica-se que os acontecimentos de 9 e 10 de Agosto de 1662 – os combates de Travanca, Paredes de Coura – foram noticiados rapidamente, a 22 do mesmo mês. Tal facto mostra bem como era importante, para o moral da sociedade portuguesa, desgastada por uma guerra longa e que exigia sacrifícios, noticiar e fazer a propaganda das vitórias conseguidas. Além disso, também essas notícias se revestiam de importância para a classe política pois vinham assegurar a justeza das políticas seguidas e das estratégias militares utilizadas, para além de proclamarem a superioridade do exército português face ao castelhano. Nas palavras de Eurico Dias (2010, p.XLIV),

Face ao desgaste sentido por toda a sociedade portuguesa, a notícia de vitórias era sempre um excelente tónico para levantar a moral, a credibilidade das políticas e do conjunto das estratégias militares.

O periódico dedica-se principalmente ao elogio das qualidades militares de D. Sancho Manuel de Vilhena.

Em 1663, quinze anos depois do fim da *Gazeta da Restauração*, surge o *Mercúrio Português*.

2.3. Publicações posteriores ao *Mercúrio Português*

Após o fim da publicação do *Mercúrio*, outras publicações surgiram no contexto de factos históricos. Em 1685 – e referente à luta travada pelos príncipes europeus contra

os turcos que, desde o século XVI, ocupavam uma parte da Hungria – é publicada em Lisboa, na oficina de Miguel Deslandes, numa tradução da edição de Madrid, a *Continuação Histórica do Estado, Sucessos e Progressos da Liga Sagrada contra Turcos formada das cartas que trouxeram os últimos Correios do Norte e Itália*.³

No ano seguinte, surgem a *Relação Histórica Pertencente ao Estado Sucessos e Progressos da Liga Sagrada contra Turcos*, com números que incluem variações no título – *Relação Histórica Tocante ao Estado Sucessos e Progressos da Liga Sagrada contra Turcos* – e impressões em oficinas diferentes: na de Domingos Carneiro e na de Miguel Manescal.

No *Catálogo das Publicações em Série 1641 – 1833* (1985), da biblioteca Pública Municipal do Porto, podem ainda encontrar-se referenciadas outras publicações como: *Notícias Católicas e Políticas de Inglaterra*, publicada em 1687 na oficina de Miguel Deslandes; *Notícias de Constantinopla*, impressa na mesma oficina, em 1688; *Mercurio da Europa*, impresso em Lisboa, na oficina de Domingos Carneiro, em 1689. Esta publicação, que só trazia notícias do estrangeiro, foi o primeiro semanário português: o primeiro número é de 20 de Maio e o segundo (os únicos existentes na Biblioteca Municipal do Porto), de 28 de Maio. O terceiro e último, de 7 de Junho. O seu conteúdo é indicado no título do primeiro número: *Mercúrio da Europa, com as notícias principais não só dos sucessos da Liga sagrada contra os infieis, mas descreve-se o caminho que fez El-Rei da Grã-Bretanha, Jacobo II, defensor da Fé, desde que saiu de Londres a França, até chegar a Irlanda, aonde fica de caminho para vir ao Reino da Escócia, e descrição do Reino de Inglaterra*.

Do mesmo ano de 1689 são ainda *Notícias Gerais da Europa*, impressa na oficina de Miguel Manescal, e *Notícias de Inglaterra vindas pelo Correio da Flandres...*, publicada na tipografia de Miguel Deslandes.

³ Liga Sagrada ou Liga Santa dos Balcãs foi uma aliança defensiva celebrada entre o Império Austro-Húngaro e as potências balcânicas para impedir a expansão do império otomano no sudoeste europeu, nos séculos XVII e XVIII.

III – Análise ao discurso do *Mercúrio Português*

1. Metodologia utilizada na análise ao discurso do *Mercúrio Português*

Antes de se dar início à exposição das diversas variantes de análise ao *Mercúrio Português*, importa estabelecer as premissas pelas quais se partiu para o estudo em causa. Assim, este ponto é dedicado à explanação do método utilizado e que permitiu extrair as considerações múltiplas sobre diversos parâmetros analíticos do periódico.

Desde logo, o método pelo qual se enveredou nesta tese foi o qualitativo. A escolha deveu-se essencialmente à possibilidade de uma análise mais consentânea com os pressupostos interpretativos do jornalismo, uma área vinculada às ciências sociais. Isto mesmo é referido por Isabel Ferin que afirma:

Teoricamente, a pesquisa qualitativa incide em dados não métricos (palavras, textos, imagens, gráficos), utiliza procedimentos indutivo-exploratórios visando a conceptualização e a especulação e fundamentando-se nas correntes interpretativas das Ciências Sociais e Humanas. (Cunha, 2004, p. 8)

Partindo deste pensamento e da amostra definida (que será especificada no tópico seguinte), foram definidas linhas de estudo. Estas linhas procuraram conciliar as particularidades idiossincráticas do jornal com algumas ideias dos estudos jornalísticos da contemporaneidade. Como referência introdutória para a análise, fez-se uma breve nota biográfica sobre o redactor do *Mercúrio Português*, a que se seguiu uma reflexão sobre aspectos gerais do jornal. A partir destas premissas, efectuou-se o estudo discursivo propriamente dito, que principiou com a reflexão sobre a objectividade nos relatos do periódico. A isto foi dada sequência com a observação sobre o modo como o periódico apresentava as suas fontes e, fundamentalmente, de que tipo elas eram. Foram também definidos os valores-notícia pelos quais o *Mercúrio* regeu a sua publicação informativa, tendo por base os preceitos estabelecidos por Galtung e Ruge (ver ponto 6), complementados depois por alguns dos critérios notados por Nelson Traquina (ver ponto 7). Seguiu-se um levantamento dos temas que marcaram a publicação do jornal (para além dos ligados à Guerra da Restauração), por forma a dar uma imagem mais ampla da sua função informativa. O último ponto foi destinado ao enquadramento do

mundo oferecido pelo *Mercúrio Português*, onde acaba por ser realizado um breve resumo de toda a acção do jornal e das suas especificidades informativas. Para fundamentar a perspectiva de enquadramento, ou framing, usou-se a conceptualização histórica de Joaquim Veríssimo Serrão (1980), A. H. de Oliveira Marques (2006) e Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2010).

De forma a consubstanciar e sustentar as ideias manifestadas, foram retiradas transcrições do periódico. Estes excertos visam legitimar e exemplificar aquilo que, a cada momento e em cada área de análise, é afirmado. Importa referir que devido ao facto do jornal apresentar caracteres tipográficos em desuso, foram adoptados aqueles tidos como convencionais. Pretende-se com isto facilitar a apreensão das mensagens passadas pelo *Mercúrio*.

Ainda antes de se passar à análise qualitativa do discurso propriamente dita, far-se-á a definição da amostra. Para além disto serão igualmente apresentadas as perguntas de investigação, assim como os autores que mais contribuíram para o estudo.

1.1. Definição da amostra

Devido ao facto de, para esta tese, ter sido feita a leitura integral de todas as publicações do *Mercúrio Português* e, por conseguinte, todo o periódico ter estado sujeito ao escrutínio investigador, não houve procedimento de amostragem do jornal. No entanto, seleccionaram-se, em termos amostrais, os exemplos que permitiram responder às perguntas de investigação.

1.2. Perguntas de investigação

As questões que nortearam a investigação sobre o *Mercúrio* foram as seguintes:

Quais as finalidades do *Mercúrio Português*?

Estão alguns dos pressupostos contemporâneos do jornalismo espelhados também no *Mercúrio Português*?

Qual a visão do mundo por parte do *Mercúrio Português*?

1.3. Autores principais para a realização do estudo

O facto de não existirem muitas pesquisas directamente relacionadas com a temática em estudo dificultou a recolha de uma bibliografia que estivesse, também ela, ligada ao *Mercúrio Português*. A obra de Eurico Gomes Dias, intitulada *Olhares sobre o Mercúrio Português*, marcou uma excepção e, por isso também, a sua importância para a realização desta dissertação foi fulcral. Para além da obra fazer a transcrição integral do jornal, traz considerações gerais importantes e que foram úteis num primeiro contacto com as especificidades do periódico.

É justo que se refira também os estudos elaborados por Jorge Pedro Sousa *et al*, nomeadamente a sua obra *Gazeta da Restauração* (2011) que, pese embora tratar de um estudo sobre outro periódico, foi de uma extrema utilidade para que fosse tomado o contacto com a realidade da imprensa seiscentista.

Não foram despendidos igualmente os estudos de autores como Galtung e Ruge (1973), Nelson Traquina (1993) e Gaye Tuchman (1978). Nos três primeiros casos, graças aos critérios de noticiabilidade que fizeram notar, no último, devido à sua reflexão sobre a problemática da objectividade em jornalismo.

2. O autor do *Mercúrio Português*

António de Sousa de Macedo nasceu no Porto, a 15 de Dezembro de 1606, filho de Gonçalo de Sousa de Macedo – fidalgo da Casa real, Desembargador de Agravos na Casa da Suplicação, Juiz da Coroa e da Fazenda e Contador-mor do reino – e de D. Margarida Moreira. Os pais eram descendentes de famílias ilustres, naturais de Amarante.

Ainda criança, veio estudar para Lisboa, para o colégio de Santo Antão, dos Padres Jesuítas, onde aprendeu latim, humanidades e filosofia peripatética. Fazia grandes progressos nos estudos e, do colégio jesuíta, passou à Universidade de Coimbra onde se

doutorou, com brilhantismo, em direito civil. Regressou a Lisboa onde foi nomeado desembargador de agravos na Casa da Suplicação, tendo-se distinguido pela sua imparcialidade, justiça e rectidão.

Em 1641, tendo sido D. Antão de Almada escolhido como embaixador de Portugal na corte de Inglaterra, António de Macedo é nomeado secretário da embaixada. O embaixador e o seu secretário defenderam afincadamente a causa de D. João IV e, como o rei inglês, Carlos I, exigisse um documento em que se explicassem as causas e as razões da revolução restauradora, António de Sousa de Macedo enviou, a 12 de Março, uma carta ao secretário de estado do rei inglês. Nessa carta, expunha, detalhadamente e com grande clareza, todos os acontecimentos que tinham conduzido à restauração da independência de Portugal. Publica, ainda, em defesa do direito de D. João IV ao trono português, a obra *Lusitania liberata ab injusta castellanorum dominio, restituto legitimo principi serenissimo Joanni IV, Londrini, 1645* e uma *Carta ao papa Urbano VIII*. O cronista de Filipe IV, Don José Pellizer y Tobar, publicou, em 1641, um manifesto a favor do rei espanhol. Em castelhano, com erudição e lógica, mas também com ironia, o redactor do *Mercúrio* responde a Pellizer. O livro teve duas edições, uma em Lisboa e outra em Paris.

Ainda no mesmo ano, publica, em Londres, o opúsculo *Publico sentimento da injustiça de Allemanha a el rei de Hungria* sobre a prisão do infante D. Duarte, irmão de D. João IV, na Alemanha. O infante D. Duarte tinha ido, em 1634, pôr-se ao serviço do imperador Fernando III da Alemanha e distinguiu-se na Guerra dos 30 anos. Quando, em 12 de Janeiro de 1641, recebeu a notícia da Restauração, escreveu ao irmão dizendo-lhe que ia regressar ao reino. Mas o rei espanhol, por via diplomática, conseguiu que o imperador alemão mandasse prender o infante na fortaleza de Passaw, transferindo-o, depois, para Gratz, no sul da Áustria. Daí, D. Duarte escreve a D. João IV, lamentando-se da prisão injusta. O rei português ordena aos seus embaixadores que tudo façam pela via diplomática para libertar o irmão, mas tudo é em vão, porque a diplomacia castelhana conseguiu que o infante fosse entregue aos espanhóis que o prenderam no castelo de Milão onde viria a morrer em 3 de Setembro de 1649 (Serrão, 1980, p. 35).

Quando Portugal e a Inglaterra assinaram, a 29 de Janeiro de 1642, um tratado de aliança, D. Antão de Almada regressa a Lisboa, ficando António de Macedo em Londres como ministro residente. Entretanto rebentara forte luta entre o monarca Carlos I e o Parlamento e o novo embaixador português, além de se ocupar dos assuntos de interesse para Portugal, auxiliou o mais que pôde o rei inglês. Este escreveu-lhe uma carta, datada de 27 de Fevereiro de 1645, em que lamentava a sua próxima partida para Portugal e declarava que lhe devia muitos favores. Afirmava que a sua gratidão seria eterna e que os reis que lhe sucedessem deviam ter em conta esses serviços, prestando honras aos seus descendentes, quando estivessem em Inglaterra. A lealdade do nosso embaixador para com o rei inglês manifesta-se também no seu protesto contra a lei, promulgada pelo parlamento em 1644, em que se proibia entrada nos portos ingleses a qualquer navio que reconhecesse a realeza de Carlos I.

Após o seu regresso a Portugal, António de Sousa de Macedo foi nomeado embaixador na Holanda, em 1650. A missão era muito difícil porque a Holanda queria manter amizade com todas as nações da Europa e receava a inimizade da Espanha, se tivesse um bom relacionamento com Portugal. Macedo agiu como um excelente diplomata, conseguindo que a Holanda se desembaraçasse habilmente da posição delicada em que se encontrava.

Regressou a Portugal em 1652, tendo conseguido que se continuasse a recuperação de Pernambuco sem se correr o risco de uma guerra marítima com a Holanda. Nos dez anos seguintes, prosseguiu a sua carreira de jurista e descansou da política e da diplomacia. Em 1656 assistiu ao juramento do príncipe D. Afonso, proclamado rei com o título de D. Afonso VI. Quando o jovem monarca assumiu o governo do reino, Castelo Melhor aconselhou-o a nomear António de Sousa de Macedo seu secretário das mercês.

A carreira política do autor do *Mercúrio* vai-se afirmando cada vez mais, tendo sido nomeado, em 1663, secretário de estado e agraciado com as comendas de S. Tiago de Souselas, na ordem de Cristo, e de Santa Eufémia de Penela, na ordem de Avis. Como ministro, teve um trabalho meritório do qual restam dois documentos: a *Proposta que vocalmente fez por mandado de Sua Majestade à junta dos eclesiásticos, catedráticos e*

outras pessoas doutas e ministros de tribunais no convento de S. Francisco de Lisboa em 8 de Março de 1653 e a Relação sumária que tinham passado sob a protecção de se confirmarem por sua Santidade os bispos de Portugal e suas conquistas nomeados por el-rei (António de Sousa de Macedo. In *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, 1904 – 1915).

Com a redacção do *Mercúrio Português*, António de Macedo torna-se jornalista. No artigo que serve de introdução ao primeiro número do jornal, o seu autor queixa-se da falta de escritos sobre as obras dos portugueses:

Mercúrio Português, Janeiro de 1663

Saber os sucessos de outros reinos e províncias não é só curiosidade, mas necessidade aos políticos; (...). Este serviço puderam fazer ao bem comum os Castelhanos melhor que os Portugueses; porque os seus engenhos sempre se aplicaram mais a escrever como os Portugueses só a obrar o que deu matéria aos escritores mais insignes.

O jornal teve uma boa recepção, mas não pôde escapar às críticas. O Padre António Vieira considerava-o pouco verdadeiro, impolítico e mal escrito. Há referências, nem sempre elogiosas, ao *Mercúrio Português* nas Cartas que o Pe. António Vieira escreveu a vários destinatários. Por exemplo, na carta que em 26 de Maio de 1664 dirige a D. Rodrigo de Meneses, em resposta a uma carta do irmão do 1º Marquês de Marialva, referindo-se às palavras do seu correspondente a propósito da campanha contra Castela, diz:

Enfim, Senhor, eu tomara ver este discurso de V. Senhoria impresso com letras de ouro, e que falarão pelo estilo dele os do nosso desgraçado *Mercúrio* tão pouco ponderado no que diz, como no que não diz. (tomo I, p. 158)

Em carta ao Duque de Cadaval, datada de 22 de Agosto de 1665, diz ainda António Vieira:

Da corte há carta em que se escreve a notícia de descontentamentos vários, afora os da impressão, nesta última se despede o *Mercúrio*, mandado que não se escreva mais. Eu lhe sofrera o estilo, com que Deus nos desse muitas ocasiões de escrever vitórias. (tomo II, pp. 132-133)

A má vontade de Vieira reflecte as posições defendidas por ambos nas intrigas políticas e palacianas entre D. Afonso VI, o infante D. Pedro, seu irmão, e a rainha D. Maria Francisca. O Padre António Vieira defendia os interesses do infante, enquanto António de Macedo era fiel secretário do rei. Na sequência das intrigas que levariam à abdicação de D. Afonso VI, o seu secretário é afastado e termina a sua escrita do *Mercúrio*.

Mas nem sempre as referências do Padre Vieira ao *Mercúrio Português* são desprestigiantes. Assim, na carta de 2 de Janeiro de 1664, ao Marquês de Gouveia, o jesuíta, referindo-se às notícias que o marquês lhe transmitia sobre a superioridade dos generais e exército portugueses sobre os castelhanos, na campanha do Alentejo, escrevia:

Quererá Nosso Senhor dar-lhe o bom sucesso que prometem, para que Mercúrio tenha larga matéria de espriar a eloquência. (tomo II, p. 52)

Em 1660, sobe ao trono de Inglaterra o rei Carlos II. Macedo escreve-lhe uma carta de felicitações, em latim, que o rei muito agradece. Foi, também, o cronista dos festejos que se fizeram aquando do casamento da infanta D. Catarina, irmã de D. Afonso VI e de D. Pedro, com o rei inglês: publicou, sob anonimato e em castelhano, a *Relacion de las fiestas que se hizieron em Lisboa com la nueva del casamiento de la serenissima infanta de Portugal dona Catalina com el-rei de la Gran-Bretanha*.

António de Sousa de Macedo morreu, a 1 de Novembro de 1682, no seu palácio no largo do Poço Novo e foi sepultado na igreja do convento de Jesus, na capela do Senhor Jesus da Misericórdia, capela que ele mesmo fundou.

3. O *Mercúrio Português*

O *Mercúrio Português* surge, como já foi referido, em Janeiro de 1663, em Lisboa, na oficina de Henrique Valente de Oliveira, com uma periodicidade mensal e um preço que variava entre 5 e 10 reis. Para além dos números normais de cada mês, o periódico inclui dois números extraordinários: um de Junho de 1664, em português, e outro de Junho de 1665, em castelhano. Ambos relatam vitórias obtidas pelos portugueses sobre

os castelhanos. Embora cronologicamente não o seja, António de Sousa de Macedo é considerado “o primeiro jornalista português” porque, na opinião de Tengarrinha (1989, p. 41),

(...) foi na verdade ele o primeiro quem pela versatilidade da sua cultura e pelo seu estilo directo e conciso, apresentou uma verdadeira constituição de jornalista, ainda não visível em Manuel Galhegos.

Aliás o próprio autor do *Mercúrio* tem disso plena consciência pois, no último número ainda redigido por ele, afirma:

Mercúrio Português, Dezembro de 1666

Simples e corrente foi o estilo de Mercúrio, ajustando-se sempre com a maior certeza que pôde alcançar, sem afectar locuções altas que desdissessem a sinceridade de uma pura narração.

Para além das notícias sobre a guerra entre Portugal e Castela, o jornal incluía outras informações sobre outras temáticas (ver ponto 8), tanto de Portugal como do estrangeiro, e, no dizer de Artur Anselmo (1988),

(...) ocupava-se de assuntos triviais da vida quotidiana, como as partidas e as chegadas, as notícias da Corte ou das obras públicas (em Maio de 1665 descreve-se a inauguração da Rua Nova do Almada em Lisboa). (p. 5 e 15)

No entanto, ia mais longe do que o fora a *Gazeta* pois manifestava uma clara intenção política e propagandística. Na opinião de Eurico Gomes Dias (2010, p. XLV),

(...) o *Mercurio Portuguez* foi, na sua essência, um “tributo” ao Soldado português, esse elemento anónimo que constitui o suporte cimeiro da portugalidade.

O periódico foi elaborado de acordo com as normas formais da primeira gazeta portuguesa e, tal como esta, representou os primeiros esforços para fazer vingar a causa restauradora, aquele traduziu a expressão política oficial dos últimos anos da Guerra da Restauração. Ambos os jornais são óptimas fontes históricas para quem quiser estudar esse período da História de Portugal.

Embora com fortes marcas panegíricas – uma vez que a questão fulcral do periódico era “a salvaguarda e continuidade de Portugal na História, por desígnio da divina Providência” (Dias, 2010, p. XLIX) – o *Mercúrio Português* manteve sempre critérios de objectividade e respeito pela verdade. Aliás, essa preocupação é claramente expressa pelo seu autor no texto que serve de introdução ao primeiro número.

Mercúrio Português, Janeiro de 1663

(...) nem pelo ser ficará suspeito no que relatar, como não ficarão Júlio César, e outros no que de si escreveram; antes o receio desta suspeita o fará mais acautelado para que, seguindo a natureza do seu Planeta, se não desvie dos raios de sol da verdade sob pena de perder o crédito, pois se esta se pode por breve espaço eclipsar, em fim não se pode escurecer.

António de Sousa de Macedo recorria a várias fontes históricas para fundamentar os acontecimentos narrados e, nas últimas palavras do primeiro número, reitera a veracidade do que narra:

Mercúrio Português, Janeiro de 1663

Neste mês de Janeiro não houve outra facção ou recontro, e porque não pareça que só se hão de referir os de vantagem para Portugal, promete *Mercúrio* debaixo da verdade, que tem protestado, que sempre irá referindo todos os que forem de consideração, posto que algum (o que Deus não permita) suceda contrário; e com esta promessa, pede que se não dê crédito aos que ele não relatar, como a supostos, e inventados.

Cada número procurava oferecer notícias, organizadas cronologicamente, dos principais acontecimentos que tinham lugar durante um mês inteiro, embora sem preocupações de encadeamento (Sousa, 2010, p. 10). Tais notícias permitiam retratar a sociedade contemporânea e tornavam a leitura do jornal mais agradável do que se nele apenas se referissem episódios políticos e militares.

Depois de 1667, e durante os sete últimos números, o redactor e a equipa editorial passaram a ser outros que ainda não puderam ser identificados. Nas palavras de Eurico Gomes Dias (2010, p. L):

Quanto ao redactor anónimo poder-se-á afiançar que, sem dúvida, terá sido alguém da confiança do primeiro redactor e por ele instruído, sem deixar de ser alguém próximo do poder régio, apesar

das crescentes divergências de D. António de Sousa de Macedo com o “partido” do infante D. Pedro e que conduziriam ao estíolar abrupto da publicação de *Mercurio Portuguez*.

No entanto, e apesar das diferenças de estilo – mais cheio de ornamentos, ao gosto da época barroca – as notícias permaneceram fluentes e dignas de crédito.

A contextualização política, social e jornalística do período em que o *Mercúrio Português* foi publicado é portanto indispensável para que melhor se possa entender o carácter idiossincrático do jornal.

Com efeito, a análise exposta nos próximos parágrafos é indissociável das especificidades temporais de então. Contudo, este estudo é feito também à luz de pressupostos conceptuais comumente partilhados nos estudos jornalísticos contemporâneos.

4. A objectividade dos relatos no *Mercúrio Português*

Pese embora Sousa Macedo ter sentido necessidade de, por diversas vezes, reiterar a actividade informativa do *Mercúrio* como função primacial do periódico – como é referido nos parágrafos acima redigidos – nem sempre os temas foram tratados com imparcialidade e distanciamento em relação às ocorrências. A respeito disto, Gaye Tuchman referiu-se a esta necessidade de invocação da objectividade como garante da credibilidade da actividade informativa. Segundo este autor, a objectividade tende a ser usada como argumento de defesa para uma eventual polémica em volta de uma matéria noticiada e como ritual estratégico (Tuchman, *in* Traquina *et al.*, 1993, p. 74). A ligação já relatada de António de Sousa Macedo à coroa portuguesa faz com que se levantem questões relativamente à objectividade e fiabilidade das narrações patentes no *Mercúrio*.

Com efeito, foram feitos relatos um tanto exagerados sobre as incidências políticas e militares da Restauração. Invariavelmente, ao longo das publicações do periódico, apareciam alusões ao exército português e ao movimento restaurador, por vezes hiperbolizadas. Repare-se a título de exemplo nos seguintes casos:

Mercúrio Português, Fevereiro de 1663

Não houve neste mês de Fevereiro outro reencontro, que já tenho prometido e torno a prometer que nenhum haverá de substância próspero, ou contrário que não relate e assim torno a pedir que não se dê crédito ao que inventarem as gazetas castelhanas.

Mercúrio Português, Junho de 1663

Graças a Deus que os sucessos deste mês de Junho foram tais que nem as gazetas de Castela se podem atrever a disfarçá-los, nem os ânimos pior affectos deixarão de os crer.

É interessante realçar, na primeira transcrição, a preocupação – uma vez mais – do redactor em referir a independência informativa do periódico, procurando demarcá-lo da causa restauradora. No entanto, e posta esta nota introdutória, é feita seguidamente uma tentativa de descredibilização da imprensa castelhana, com o apelo aos leitores do *Mercúrio* para que desvalorizassem as *novas* provenientes de Castela (algo que sucedeu igualmente noutra passagem que será exposta no tópico seguinte).

No segundo trecho, regista-se novamente a menção aos jornais castelhanos. Desta vez a intenção foi a de exaltar os feitos do exército português que, a julgar pela descrição feita, foram de tal ordem que não restou à imprensa de Castela outra alternativa que não fosse relatá-los, deixando subentendido que essa não era a prática corrente nos jornais espanhóis.

Atente-se agora em mais dois excertos retirados do *Mercúrio*, estes de cariz diferente dos anteriores:

Mercúrio Português, Setembro de 1663

Em dezanove, ou vinte, Pedro Jaques de Magalhães Mestre de Campo general da Província da Beira, entrou nos campos de Cidade Rodrigo e trouxe trezentos homens, recolhendo-se sem perda alguma e se o inimigo não tivera notícia da entrada antecipadamente, se fizera uma presa mais considerável.

Mercúrio Português, Outubro de 1663

O inimigo tendo notícia destas preparações, tratou com todo o cuidado da defensiva de Galiza, convocando com exortações toda a sorte de gente e fortificando a cidade de Tui e outras partes que poderiam ser invadidas e como para as fortificações arruinava casas e ruas inteiras, começou-se a sentir com excesso um prejuízo não visto até então naquela parte.

Aqui são efectuados relatos bélicos em ambas as situações. Note-se, no primeiro caso, a menção de Sousa Macedo ao facto de Pedro Jacques de Magalhães ter entrado em terras castelhanas (Cidade Rodrigo, concretamente) e de lá ter saído sem nenhuma baixa entre os seus homens. Contrariamente, do lado castelhano, segundo o *Mercúrio*, os danos só não foram de maiores proporções graças a um aviso prévio do ataque das tropas portuguesas.

A segunda transcrição começa logo com a utilização do vocábulo “inimigo” que serve como designação para as forças espanholas. É de salientar o uso de uma palavra com uma conotação marcadamente negativa e que não apenas designa como qualifica uma das partes envolvidas na guerra. Neste caso, aquela que se opunha ao movimento de restauração da independência com o qual António de Sousa Macedo estava identificado. Ainda na segunda passagem, veja-se a preocupação por parte do autor em referir, à semelhança do que havia feito no primeiro trecho, as dificuldades atravessadas pelos espanhóis que, segundo se pode ler, para garantir a defesa da cidade de Tui tiveram de destruir as suas próprias ruas e casas.

Em ambos os trechos há a destacar a exaltação dos avanços conseguidos pelo exército português, por oposição às derrotas averbadas pelas forças castelhanas, o “inimigo”, como por várias vezes a elas se referiu Sousa Macedo.

Por todo o *Mercúrio Português* se encontram excertos como os que acima foram transcritos. O periódico não conseguiu afastar-se por completo das convicções políticas do seu redactor, muito embora a preocupação em afirmar um compromisso total com a veracidade dos factos tenha sido por diversas vezes manifestada. O desígnio informativo do *Mercúrio* foi conseguido, mas tendo em conta a leitura de passagens como as que em cima foram transcritas, o cumprimento da sua função objectiva e imparcial é discutível.

5. As fontes no *Mercúrio Português*

As informações trazidas no *Mercúrio Português* são explicadas essencialmente pela privilegiada posição de António de Sousa Macedo em relação à Casa Real de Bragança, fruto do seu estatuto já atrás mencionado.

Nalgumas edições do periódico são publicados documentos (cartas, na maioria das vezes), cuja dose de confidencialidade atesta a relevância do estatuto de Sousa Macedo e a importância dada ao *Mercúrio*.

Mercúrio Português, Março de 1665

Chegou-nos de Madrid um papel intitulado, Voto do Marquês de Carracena, que serve de loa para a guerra desta campanha e representa ao vivo o corpo e a alma de todos os castelhanos em palavras, arrogâncias, vaidade e o ódio, com que destinam a vingança ao desterro e à morte tudo o que de Portugal puderem alcançar.

Mercúrio Português, Setembro de 1665

Depois chegou-nos uma cópia da seguinte carta que escreveu a el Rey e dizia assim:

Haviendo passado muestra, he hallado, 12 mil 622 infantes y 6484, cavallos, en estos entran los que estavan sobre el Castillo, que se retiraron a su salvo aunque con confusión, pues dejaron la artilleria y carruage, menos las cavalgaduras, sin que el enemigo diese priva por que no quedó para ello; tambien entra la gente que havia llegado a esta plaza despues que yo sali; com que hallo que en muertos y prisioneros faltan 4 mil infantes y mil cavallos y D. Diego Correa está prisionero y sus dos tenientes D. Melchior Puerto a Carrero su sobrinho y Tarriati Torres-Vedras prisionero; y los dos ingenieros franceses monsieur de la Lalande y monsieur de Langres. De D. Gaspar de Haro no he podido saber hasta ahora. Diós guarde.

Mercúrio Português, Janeiro de 1667

Recompilação do que continha a carta del rei de Inglaterra de 14 de Outubro de 1666 feita em resposta da que havia recebido dos estados de Holanda de 16 de Setembro, sobre a oferta da paz que o mesmo rei lhes havia feito em 14 de Agosto do mesmo ano.

A primeira transcrição dá conta da chegada de um documento escrito pelo Marquês de Carracena no qual este faz os seus votos para a guerra entre Portugal e Castela. O manuscrito é depois transcrito na íntegra. No segundo trecho, é também mencionada e reproduzida uma cópia de uma carta – que terá chegado à redacção do *Mercúrio* – dirigida ao rei e escrita também pelo Marquês de Carracena. Por fim, a terceira passagem dá nota da missiva do rei de Inglaterra para o estado da Holanda. O periódico faz uma descrição pormenorizada do seu conteúdo.

Assim se constata que a causa das muitas informações a que o *Mercúrio Português* teve acesso se ficou a dever à posição privilegiada do seu redactor. A defesa do movimento

restaurador, inerente às convicções de Sousa Macedo, é também elucidativa sobre o modo como o jornal acedeu a alguns dos conteúdos publicados. A posição de António Sousa Macedo fez dele um privilegiado em termos de fontes informativas. Mesmo nos dias de hoje, se reconhece a importância da posição do informador, como explica Nelson Traquina:

(...) Também no campo jornalístico opera a convenção da «credibilidade da autoridade», ou seja, «quanto mais alta é a posição do informador melhor é a fonte de credibilidade. Algumas pessoas, pela posição que ocupam, sabem mais que outras pessoas; daí devem ter acesso a mais factos e, então, a sua informação deve ser, em princípio, mais correcta. (Traquina *et al.*, p. 172)

Para lá desta realidade, Sousa Macedo recorre, de um modo explícito, a fontes informativas provenientes de gazetas de outros países. Os periódicos internacionais assumem, neste capítulo, uma importância grande, nomeadamente no que diz respeito a notícias sobre acontecimentos além-fronteiras. Alguns desses acontecimentos assumiam mesmo implicações directas no movimento restaurador em que Portugal estava envolvido.

Além do mais, o autor do *Mercúrio Português* recorre por diversas vezes a textos informativos de outras nações com o propósito de exaltar as vitórias portuguesas ou de desmentir alegadas informações incorrectas transmitidas por gazetas estrangeiras. Repare-se, de seguida, nas transcrições retiradas do *Mercúrio* que ilustram e sustentam o que nos dois parágrafos anteriores foi referido:

Mercúrio Português, Abril de 1663

No princípio deste mês de Abril, chegaram a esta corte relações impressas em castelhano e gazetas em francês com a substância delas, referindo haver entrado na cidade do Porto socorro de oito mil soldados ingleses: haver os castelhanos pela Galiza alcançado sobre Lapella grandes vitórias: em Alentejo uma muito notável de um exército português em 21 deste Janeiro passado sobre Jurumenha e outras patranhas nunca imaginadas e sem qualquer fundamento.

Mercúrio Português, Abril de 1665

Torna Mercúrio a advertir (porque algum tempo tem faltado nesta advertência) que os castelhanos não cessam de espalhar novas erradas. Tal é o que se imprimiu este ano nas gazetas de Itália, de que o príncipe de Montesarchio havia tirado do rio de Lisboa seis navios portugueses vindos do Brasil, ricamente carregados, e dois navios holandeses e um francês, com fazendas de

contrabando. Sendo que o tal príncipe é tão prudente, que não se atreve a aparecer nos nossos mares e a sua fraca bolsa sente bem, que não teve ele a fortuna de fazer presa.

Mercúrio Português, Setembro de 1665

Contudo vemos impressas gazetas de Veneza, Liorne, Génova e outras partes de Itália com patranhas, dos sucessos, determinações e avisos de Castela tão disparatados que resulta em grande descrédito daquelas nações dar-se ouvidos a coisas semelhantes, sem se desenganarem de que tudo quanto vai de Castela é mera ficção.

Estas transcrições retratam com precisão as fontes de que Sousa Macedo se serviu para expor as informações sobre acontecimentos provenientes de outras nações. No essencial, todas elas tinham dois objectivos: informar por um lado e desacreditar Castela por outro.

Se, no primeiro trecho exposto, a notícia é puramente descritiva e informativa, nos que se lhe seguem o *Mercúrio Português* retoma a desvalorização feita a tudo aquilo que fosse oriundo de Espanha, aqui com particular incidência para os seus periódicos. Atente-se, neste contexto, aos excertos retirados de Abril e Setembro de 1665. Ambos fazem o desmentido das informações divulgadas por periódicos italianos com base em informações transmitidas pelas hostes castelhanas que seriam, no entender de Sousa Macedo e do *Mercúrio Português*, ficcionadas.

As alusões ao que os periódicos estrangeiros noticiavam, serviam essencialmente como complemento informativo relativamente à Guerra da Restauração. No entanto, elas também aportavam conteúdos noticiosos estreitamente ligados a assuntos internos de outras nações. Prova disto é a seguinte passagem datada de Março de 1667:

Mercúrio Português, Março de 1667

Acabou-se o mês de Março, sem que os aprestos militares dos nossos contrários tivessem maiores operações, das que davam as suas mesmas vozes e nos vieram a desenganar que só contra o vento, onde soavam, se deviam de formar tão numerosos exércitos e tão grandiosa armada. Com mais alguma verdade são os que se preparam na Europa, conforme as gazetas que vieram impressas assim de Paris, como de Amsterdão; pois não há príncipe, como elas relatam, que não esteja prevenido esta Primavera.

O recurso a fontes internacionais – neste caso, e como vem referido, a gazetas francesas e holandesas – foi fundamental para que fosse dada a conhecer a realidade vivida além-fronteiras. O excerto transcrito serve como introdução a uma série de relatos sintetizados pelo *Mercúrio* (alguns dos quais serão abordados mais em pormenor adiante, no ponto dedicado à relevância das nações envolvidas, a propósito dos critérios noticiosos de Galtung e Ruge) e que dão conta de diversos acontecimentos em vários reinos do continente europeu.

Como conclusão para este ponto, é possível afirmar-se que, até na relação do periódico em estudo com as fontes utilizadas, houve uma tentativa explícita de contribuir e fomentar para a causa de Bragança junto dos leitores. À semelhança do que foi focado no tópico anterior, o jornal deixa transparecer um apoio às forças portuguesas e à sua coroa. Isto por oposição à crítica e desvalorização quase constantes daquilo que por Castela era transmitido a gazetas de outros países ou aos seus próprios periódicos. No ponto 6.4, dedicado à concorrência que o *Mercúrio Português* enfrentou por parte da imprensa castelhana, será evidenciada mais em pormenor esta disputa com as gazetas espanholas.

6. A noticiabilidade no *Mercúrio Português* segundo Galtung e Ruge

Uma das vertentes jornalísticas em análise prende-se com o conceito de valor-notícia introduzido por Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge. No entender de Ruge e Galtung (Traquina *et al.*, 1993, p.63-67), os principais critérios para que uma determinada ocorrência ou acontecimento ganhem o estatuto de notícia são:

- Frequência do acontecimento: se um dado acontecimento ocorrer num momento recente e de forma recorrente, mais facilmente ganhará relevância noticiosa.

- Força e amplitude de um acontecimento: quanto mais forte for um acontecimento maiores são também as hipóteses de se tornar notícia.

- **Transparência:** se um acontecimento for, ou pelo menos parecer, claro e o seu significado não deixar lugar a dúvidas de interpretação, também aí as suas probabilidades de serem foco de atenção jornalística aumenta.
- **Correspondência com as expectativas:** se uma determinada mensagem entra em consonância com aquilo que é expectável pelos receptores, também aí poderá tornar-se notícia.
- **Proximidade:** um acontecimento que ocorra num local próximo do emissor informativo, ou que culturalmente se aproxime do padronizado faz com que o seu carácter noticioso ganhe força.
- **Importância social dos indivíduos:** quanto mais o acontecimento diga respeito e envolva directamente pessoas tidas como indivíduos de elite, mais provável se torna a sua publicação noticiosa.
- **Referência a nações de elite:** neste caso, a única variação para o ponto anterior é a relevância, não das personalidades envolvidas, mas dos países intervenientes que quanto mais importantes forem, mais propiciarão o surgimento de notícias sobre eles relacionada.
- **Diversidade temática do noticiário:** um acontecimento relativo a um tema que não tenha sido noticiado, mas que acrescente algo em termos temático ao noticiário poderá ser privilegiado.
- **Continuidade noticiosa:** algo que tenha ganho previamente carácter noticioso, continuará a tê-lo, ainda que o seu impacto e intensidade sejam menores.
- **Inesperado:** algo que esteja fora do expectável, que seja insólito e fuja a esquemas mentais pré-concebidos, quer pelos jornalistas quer pelo público, será em princípio realçado a nível noticioso.
- **Personificação:** tende a ser noticiada uma história que seja pessoalizada, que se centre na acção de um ou mais indivíduos.

- Negativismo: uma ocorrência cujas consequências sejam negativas tem tendencialmente mais relevo que uma com contornos positivos.

Para lá destes aspectos, interessa frisar outro dos pontos sacramentais do jornalismo e cuja intemporalidade é patenteada no *Mercúrio Português*, a actualidade, que de algum modo se poderá inserir no primeiro factor de noticiabilidade mencionado, o da frequência dos acontecimentos. É segundo estes pressupostos, incluídos nos estudos de Galtung e Ruge, que se passará em seguida a estabelecer uma análise, cruzando-os com o conteúdo noticioso do *Mercúrio Português*.

Assim, e numa primeira abordagem mais superficial, parece ser pacífico afirmar que o conteúdo informativo do *Mercúrio* se encaixa nos pontos avançados pelos dois autores noruegueses. Algo que só ajuda a sustentar a ideia de que os relatos noticiosos do século XVII continham marcas estilísticas que ainda hoje permanecem válidas.

Esta ideia associada à intemporalidade dos critérios de noticiabilidade foi notada por Mitchell Stephens e teve eco através de outros autores, como Jorge Pedro Sousa (Sousa, Jorge Pedro. 2008. *Os Estudos Jornalísticos após 1950: a consolidação de um campo científico*).

A linha de critérios de noticiabilidade proposta por Galtung e Ruge, em traços gerais, mantém a sua actualidade e pertinência, talvez porque como Stephens (1988) notou, os valores notícia são historicamente estáveis (...) (Sousa, 2008, p.19).

6.1. Frequência do acontecimento

Relativamente a marcas de actualidade, o *Mercúrio Português* foi, mais uma vez, ao encontro de um dos principais cânones do jornalismo moderno, embora, naturalmente, a imediaticidade das *novas* aí reportadas não tivesse paralelo com casos contemporâneos, até devido à periodicidade do periódico – publicado uma vez por mês, como foi já mencionado.

De resto, Maria Fernanda Casaca Ferreira dá conta desse mesmo facto:

O tema principal do jornal era, como vinha apresentado no próprio título, "as novas da guerra entre Portugal e Castela". Este tema, de grande actualidade e de importância decisiva para o país, empenhou totalmente António de Sousa de Macedo que nele utilizou as suas grandes qualidades literárias. (Ferreira, Mercúrio Português)

A Guerra da Restauração, que marcou indubitavelmente o século XVII português, foi o centro das atenções do *Mercúrio*. Por isto se percebe que o *Mercúrio Português* cumpriu totalmente com a função de actualidade que é hoje imputado a qualquer meio de comunicação jornalístico. A transcrição em baixo apresentada ajuda a entender esta realidade de um modo mais concreto.

Mercúrio Português, Janeiro de 1663

Em 22 deste mês de Janeiro o Conde de S. João Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes, sabendo que o inimigo havia alojado por aquelas partes muita gente do exército que retirara de Entre Douro e Minho e que estava com pouca prevenção, entrou em Castela com setecentos cavalos e quatrocentos infantes escolhidos, pela parte de Monforte, para amanhecer entre aqueles alojamentos, como sucedeu, e investindo os quartéis de Soutochão, Berrande e Arsoa, escaparam muito poucos inimigos de mortos, ou prisioneiros principalmente do regimento de D. Diogo Dense; e entre os mortos foram cinco Capitães de infantaria, & sete ou oito oficiais reformados e vieram prisioneiros, além do grande número dos soldados um Capitão e cinco Alferes; sem que da nossa parte houvesse morto ou ferido, porque o descuido com que estavam não fez resistência; e se naquela manhã não houvera uma grande névoa, fora muito maior o dano do inimigo.

Neste excerto, publicado logo no primeiro número do periódico em Janeiro de 1663, é possível verificar a minuciosidade da informação veiculada, o que de algum modo contribui para justificar a presença constante da actualidade no *Mercúrio*. No presente caso, a preocupação em referenciar a data exacta em que os factos relatados sucederam – 22 de Janeiro, como se pode ler logo na primeira linha – é igualmente ilustrativo da importância que uma narrativa actual constituiu para o jornal.

6.2. Força e amplitude de um acontecimento

Naturalmente que, no decorrer da guerra, os momentos cuja intensidade fosse maior eram noticiados pelo *Mercúrio Português*, à semelhança do que se passa com os jornais de hoje.

No caso deste periódico, os momentos de confrontos e de guerrilha entre as tropas portuguesas e castelhanas, ganhavam uma importância que fazia com que fossem mais facilmente mencionados. Veja-se os seguintes casos:

Mercúrio Português, Maio de 1665

Na Província do Minho, em onze deste mês de Maio, sabendo o sargento-mor Manoel Pereira da Fonseca (que está governando a nossa Praça da Conceição em Galiza) que os da guarnição do forte de Santiago Carrilho costumavam ferragear na Veiga, que chamam da Atalaia; mandou de madrugada meter 8 cavalos em parte donde saíssem a tomar alguns. Vieram vinte soldados do inimigo a ferragear, com guarda de vinte mosqueteiros; deram sobre eles nos nossos oito cavalos, tomaram catorze dos soldados, escapando os mais com algumas feridas e fugiram os vinte mosqueteiros, havendo alguns disparado, sem os nossos receberem dano.

Mercúrio Português, Junho de 1665

De nove à tarde até dezassete pela manhã não cessou o inimigo de dia, & de noite com bombas, baterias e assaltos furiosos por várias partes, sucedendo uns aos outros, sem embargo dos que muitos morriam; porque a maior parte do exercito era de, e não reparava o General em os perder a troco de que não descansassem os poucos sitiados.

Em ambos os exemplos são mencionados momentos de conflito e confrontação, cuja carga dramática é elevada. Algo que demonstra o privilégio que estes acontecimentos tinham no conteúdo noticioso do *Mercúrio Português*.

As notícias em que a “morte” está presente, como é o caso da última transcrição, contribuem para que o tal dramatismo e intensidade aumentem e, portanto, também no *Mercúrio* ganham maior probabilidade de assumir forma noticiosa. Adiante, no ponto 7.1, será focada a presença noticiosa da morte, à luz dos critérios de noticiabilidade expostos por Nelson Traquina.

6.3. Transparência

Como foi referido, a transparência de um acontecimento é fundamental para que dele haja a percepção correcta e a sua divulgação jornalística ocorra. No caso do *Mercúrio Português*, esta questão não é tão pacífica devido ao facto do jornal e do seu escritor, – secretário de estado do governo do conde de Castelo Melhor, como já foi referido – estarem conectados com a Casa Real de Bragança.

Seja como for, logo no primeiro número, pode ler-se uma espécie de compromisso com a veracidade dos factos expostos:

Mercúrio Português, Janeiro de 1663

Neste mês de Janeiro não houve outra facção, ou recontro e porque não pareça que só se hão-de referir os de vantagem para Portugal, promete Mercúrio debaixo da verdade, que tem protestado, que sempre irá referindo todos os que forem de consideração, posto que algum (o que Deus não permita) suceda contrario e com esta promessa, pede que não dê crédito aos que lhe não relatar, como supostos e inventados.

Tal como nos tempos contemporâneos, também o *Mercúrio Português* sentiu, pelo menos, a necessidade de apregoar a clareza interpretativa dos acontecimentos. Mesmo pela forma como estes são relatados se percebe o esforço por uma escrita factual, narrando apenas os acontecimentos cujas interpretações não sofressem enviesamentos substanciais, a ponto de serem confusos para o público. Leia-se a este propósito a seguinte passagem:

Mercúrio Português, Agosto de 1665

Aos vinte e dois deste mês cem cavalos nossos, e quarenta infantes do mesmo Partido foram esperar a recolha que costuma vir da Serra de Gata para Ciudad Rodrigo. Toda a tomaram; e constava de cento e trinta e uma cavalgaduras carregadas de vinhos, azeites e refrescos, com cem homens armados de escopetas, dos quais nenhum escapou morto, ou prisioneiro.

Como pelo excerto se pode perceber, a escrita era na maior parte das vezes descritiva. Isto também ajudava a que a clareza dos acontecimentos fosse transmitida de um modo entendível e de fácil apreensão.

6.4. Correspondência com as expectativas

Neste aspecto, todos os dados que estivessem ligados aos acontecimentos da Guerra da Restauração eram susceptíveis de serem noticiados pelo *Mercúrio Português*.

Os avanços e recuos do exército português e castelhano, a acção dos intervenientes, as tréguas no conflito, a acção da corte, ou o número de baixas, armas e prisioneiros noticiados no *Mercúrio* vinham ao encontro do que os seus leitores esperavam. Por isso, o *Mercúrio Português* raramente fazia oscilar a sua tipologia de temas noticiosos (adiante será efectuada uma análise mais exaustiva à diversidade temática do jornal).

Mercúrio Português, Maio de 1663

Já neste tempo marchava o nosso exército com dez para onze mil infantes e perto de quatro mil cavalos a socorrer a praça e sabendo no caminho a entrega dela, tomou sitio acomodado a impedir os com bois e a retirada do inimigo, pois não era factível ir pelejar com ele dentro da cidade, como pedia a impaciência dos soldados.

Mercúrio Português, Junho de 1663

Morreram do nosso exército coisa de trezentos homens, em que entrou um mestre de campo dos auxiliares, um coronel inglês cinco capitães de cavalos, um deles francês, seis capitães de infantaria, saíram feridos quase quatrocentos dos quais morreu daí a quatro dias com sentimento geral de todo o reino o general da cavalaria da província da beira Manuel Freire de Andrade, valoroso e bizarro soldado.

6.5. Proximidade

O factor de proximidade é também uma presença incontornável na justificação da publicação de determinados acontecimentos no *Mercúrio*. De algum modo, este relaciona-se de forma directa com a relevância que a nação, ou as nações envolvidas têm no *Mercúrio Português*. A sua causa é igualmente explícita e perfeitamente entendível, já que o facto dos acontecimentos relatados no jornal – nomeadamente a Guerra da Restauração – terem decorrido em Portugal ou as suas implicações envolverem o país em causa, levou a um maior realce dessas ocorrências.

Eurico Gomes Dias fez eco do destaque que desde o início da sua publicação foi dado pelo *Mercúrio Português* ao conflito entre Portugal e Castela:

O 2.º número do *Mercúrio Português* aponta, mais uma vez, as últimas novas das lutas fronteiriças entre Portugal e Espanha, nomeadamente entre o Alto Alentejo e Extremadura espanhola (Dias, 2010, p.LIII).

O *Mercúrio Português* deu sempre um destaque primordial a tudo aquilo que ocorresse dentro do território português, relegando normalmente para segundo plano *novas* provenientes de outros locais. Ao longo de todas as publicações do periódico, as alusões a locais e cidades portuguesas são numerosas, o que se explica pelo facto do jornal ser dirigido e distribuído em território português. Os seguintes trechos ilustram esta constante menção a localidades e lugares portugueses:

Mercúrio Português, Março de 1663

Pela província do Alentejo se licenciava tanto a cavalaria que o inimigo tem em Arronches, que pareceu necessário ao Conde de Vila Flor Governador das armas, refrear aquela ousadia. Ordenou ao Tenente-general Dom João da Silva, que com aquela cavalaria de Elvas e algumas tropas de Campo Maior fosse pela parte de Barbacena a busca-la e que em saindo da praça, a carregasse quanto fosse possível.

Mercúrio Português, Maio de 1663

Em 24 deste mês de Maio à tarde chegou a esta corte de Lisboa a nova da entrega de Évora e divulgando-se no dia 25 pela manhã, foi tal o fervor do povo para a defesa de sua pátria que concorreu tumultuosamente ao Terreiro do Paço clamando todos que queriam ir pelejar com o Castelhana.

6.6. Referência a nações de elite

A intervenção directa de Portugal e Castela na Guerra da Restauração fez com que esta, e todas as suas principais incidências, ganhassem um destaque claro nos relatos expostos. Ou seja, o envolvimento do país ao qual o jornal pertencia e a sua ligação à Casa Real de Bragança foram fundamentais para que este conflito, e os acontecimentos que nele iam decorrendo, tivessem uma divulgação acentuada no periódico.

Seguidamente apresenta-se um trecho do jornal que visa materializar o que acima foi exposto:

Mercúrio Português, Janeiro de 1663

Saber os sucessos de outros Reinos e Províncias, não é só curiosidade, mas necessidade aos Políticos; porque de mais do que se aprende pelos exemplos (que sendo do mesmo tempo, são melhores Mestres) o estado em que acham os outros, principalmente se são vizinhos, ou interessados, e medida por que se regulam, e encaminham os meios de conservação, e vitalidade própria.

Como se pode perceber por esta transcrição, é logo no início do jornal – em Janeiro de 1663 – que é feita uma espécie de declaração de interesses. Algo que pode ser visto como a correspondência para a definição de alguns dos principais critérios de noticiabilidade do *Mercúrio Português*.

Neste caso, é feita a apologia, não apenas da necessidade da informação se centrar em aspectos actuais, como da importância que determinadas nações constituíam para o público. Uma evidência de que a relevância das nações envolvidas influi, também no *Mercúrio*, no destaque dado aos acontecimentos.

Outro exemplo desta realidade pode encontrar-se no excerto de um relato feito no mês de Fevereiro de 1663:

Mercúrio Português, Fevereiro de 1663

Fazia Castela entender às nações estrangeiras, que feita paz com França, acabaria com Portugal em poucos meses; há três anos que a celebrou e desocupada de todas as outras partes, se vê tão embaraçada só com esta, que é sem dúvida, que ainda que os Portugueses sofrem os trabalhos ordinários, a guerra tão continuada, os Castelhanos padecem muito mais sem comparação; do que só em duas coisas (havendo outras) daremos demonstração evidente.

Uma vez mais, é destacado o papel que outras nações assumiam na noticiabilidade do jornal, concretamente, o acordo de paz por parte de Castela com a França e as implicações que tal poderia ter para Portugal, sob o ponto de vista castelhano.

Portanto, a importância de países cuja acção interferisse com os interesses da Casa Real de Bragança e, conseqüentemente, com os intentos portugueses de restaurar a

independência, fazia com que os acontecimentos a eles ligados fossem destacados no *Mercúrio*. Neste caso, para além de Espanha, o *Mercúrio Português* fez menção a França, que implicitamente assumia um papel preponderante neste conflito. Tudo porque, como foi salientado no primeiro capítulo, Portugal procurava o apoio francês que, por seu turno, aspirava à restauração da independência portuguesa com a esperança de que tal enfraquecesse Castela.

Apesar disto, os relatos político-militares do *Mercúrio Português* centraram-se, regra geral, quase exclusivamente na realidade portuguesa e castelhana. Assim, estas duas nações foram as mais destacadas pelo jornal. Nomeadamente em razão das implicações que os acontecimentos neles vividos tinham para as pessoas – não apenas para aquelas que viviam nos locais que eram palco das maiores batalhas, como também para o povo português em geral. O reconhecimento disso é feito pelo próprio *Mercúrio*:

Mercúrio Português, Fevereiro de 1664

Chegaram neste mês novas de Roma muito modernas; e ainda que *Mercúrio Português* não costuma dar as de outras nações, contudo, por ser a que se segue de algumas consequências para Portugal, diz que entre as que se avisam daquela parte é meter el rei cristianíssimo em Itália quinze mil infantes e seis mil cavalos e ele estava de caminho para Leão e se entendia que passaria a Pinherol.

A grande exceção feita pelo jornal nesta lógica de colocar o enfoque na conjuntura política social e bélica de Portugal e Espanha é feita na edição do periódico relativa a Março de 1667. Neste mês, o *Mercúrio Português* apresenta de modo sumário algumas notícias do que mais relevante sucedeu nalgumas nações europeias. As duas transcrições abaixo atestam e comprovam algumas das referências feitas a países estrangeiros:

Mercúrio Português, Março de 1667

A República de Veneza, vendo a grande prevenção do turco, tem mandado embaixadores a todos os príncipes da cristandade, o que chegou a França, foi logo despedido porque a paz que o rei cristianíssimo tem feito com o grão turco, impediu que em público se tratasse dos socorros de França, mas afirmam por certo que com soma considerável de dinheiro socorre este rei aquela república.

Mercúrio Português, Março de 1667

As tropas suecas, que alojavam no Ducado de Breme, não tão-somente persistem ainda nele, como vão crescendo e por não ser o país capaz de tanto, o general Vvrangel quis alojar algumas tropas na Pomerania; este excesso com que crescem as tropas suecas, fez armar o rei da Dinamarca e prevenir aos eleitores de Brandeburgo e Colónia aos duques de Bronzui e Luxemburgo e aos Lansgrave de Hassia, que todos mandaram seus deputados a Brumzvvick, para tratar ou do acomodamento, ou da defesa e o general maior Frederico Alefelt saiu de Copenhaga a visitar as praças marítimas da Noruega.

Para além de ser fulcral perceber a posição estratégica, a nível militar e político de Portugal, o *Mercúrio* não se coibiu de fazer referências à posição interna de Castela relativamente ao conflito armado:

Mercúrio Português, Fevereiro de 1663

E uma, bater Castela certa moeda de cobre, em que há valor intrínseco, acrescentou sete partes de valor extrínseco, para a fazenda Real, sem reparar em que se distribui o Reino, e os vassallos com a muita desta moeda que metem os estrangeiros, pelo ganho excessivo. Outra é que, por Castela estar despovoada de gente, forma seus exércitos pela maior parte de Estrangeiros; os quais, além das grandes despesas com que são conduzidos, fazem guerra a Portugal só três meses da Primavera (que é só o tempo capaz de campear) e os outros nove meses do ano que se fazem aos Castelhanos com seus alojamentos tão rigorosos que não se contentando com ocupar as casas, obrigam os donos a que lhes dê de comer com regalos; com o que os naturais as deixam, e se despovoam lugares inteiros.

Este pequeno trecho, datado de Fevereiro de 1663, demonstra justamente as constantes referências à realidade castelhana. Ao longo de todo o jornal, os acontecimentos ligados a Espanha, principalmente aquelas que se prendessem de forma directa à acção do exército, mereceram destaque por parte do *Mercúrio Português*. Outro excerto que exemplifica isto pode encontrar-se logo no início da publicação de Maio de 1663:

Mercúrio Português, Maio de 1663

Em 6 deste mês saiu de Badajoz o exército Castelhana prevenido em todo o Inverno com grande cuidado, de seis para sete mil cavalos, & doze mil Infantes, a maior parte estrangeiros (trazidos de Alemanha, e principalmente de Itália, não obstante o receio das guerra dela) vinte peças de artilharia de até doze de libra, e um número de carruagem excessivo.

Como se pode ler, a descrição pormenorizada do exército castelhano e da sua estratégia atesta o destaque noticioso que este merecia pela sua importância, proximidade e intervenção na vida dos portugueses.

6.7. Importância social dos indivíduos

Exemplificada que está a presença de determinadas nações – não apenas Portugal – no reportório noticioso do *Mercúrio Português*, importa agora mencionar o destaque dado pelo periódico a determinadas individualidades. O *Mercúrio* destacou, ao longo das suas publicações, aqueles cuja intervenção se revelava importante para o desenrolar dos confrontos entre Portugal e Castela.

Nas seguintes transcrições serão, uma vez mais, referidos alguns exemplos de personalidades que, pelo seu estatuto e influência nos acontecimentos, mereceram um enfoque do periódico. Naturalmente, dado o número vasto de pessoas mencionadas, serão apenas focadas algumas a título exemplificativo.

Mercúrio Português, Julho de 1663

Pela Província da Beira tinha determinado o Duque de Osuna, que governa as Armas daquela fronteira por Castela, fazer diversão a favor de D. João de Áustria; mas, ou a pouca diligência, ou a falta de gente, lhe não permitiu ajuntar poder considerável, se não depois de Dom João de Áustria estar vencido e em Alentejo haverem cessado as Armas.

A acção do duque de Ossuna e de D. João de Áustria foi preponderante no decorrer da guerra, personificando ambas parte da resistência de Castela à investida da Casa Real de Bragança. Neste excerto, publicado em Julho de 1663, o *Mercúrio* realça justamente a intervenção destas duas personalidades na tentativa de retomar o controlo de Portugal. Já no mês anterior, a intervenção de D. João de Áustria – que liderava a resistência castelhana – havia sido focada. Desta feita, o *Mercúrio Português* deu conta do desaire que o nobre espanhol havia sofrido em Évora e da sua retirada para Badajoz, onde procurou reunir reforços de modo a resistir aos avanços das tropas portuguesas.

Meses mais tarde, em Dezembro de 1663, o *Mercúrio* volta a relatar a acção do duque de Ossuna.

Mercúrio Português, Dezembro de 1663

Chegaram ao exército inimigo mil & setecentos homens em dois terços que de Flandes conduzirão o Marquez de Respur, e o Conde Philipe, destinados para a Estremadura, & apontado em Galiza com temporal, ordenou el Rey de Castela que ficassem ali; não se achando ainda com forças para fazer oposição aos nossos por aquela parte; mandou ao Duque de Ossuna Governador das Armas de Castela a velha, que entrasse pela Província da Beira, para chamar em socorro dela alguma gente do Minho.

Uma vez mais, a tentativa de Castela em recuperar o domínio sobre Portugal e a acção do duque de Ossuna é referida e enfatizada pelo jornal em análise. Nesta situação, também a intervenção do rei espanhol é mencionada. Por esta altura, o duque de Ossuna encontrava a resistência portuguesa na zona de entre Douro e Minho. Para lá da acção do duque espanhol, foi relevada pelo *Mercúrio* a interveniência de Pedro Jacques de Magalhães. O então Governador da Beira desempenhou, como é descrito pelo jornal, um papel importante de modo a evitar que o exército castelhano comandado por Ossuna, recuperasse o controlo do território português. Por isso mesmo mereceu realce noticioso neste mês.

Mercúrio Português, Dezembro de 1663

Continuaram os socorros da Estremadura, Leão e outras partes ao Duque, com que fez mais de mil e setecentos cavalos e cinco mil infantes. Então se atreveu a formar um corpo de seiscentos cavalos, e quatrocentos infantes, com que em vinte e cinco deste mês, foi ao lugar da Reygada distante duas lagoas de Almeida ao pé de Castelo Rodrigo, imaginando achá-lo sem oposição, como naqueles dias havia estado, mas como os Castelhanos andam tão desgraçados por todas as partes, sucedeu que na noite antecedente, por ordem do Governador das Armas Pedro Jaques de Magalhães, lhe havia entrado a metade de hum Terço auxiliar de Trás-os-Montes. Este ousadamente saiu a esperá-los em umas paredes que junto do lugar querem imitar um mau reduto; dali se pelejou de sorte, que em algumas avançadas que o inimigo fez, perdeu três Capitães de Infantaria, que levou mortos e alguns soldados e finalmente com grande descompostura se retirou demasiadamente apressado, deixando seis escadas que trazia, alguns cavalos, e prisioneiros. Apressou os mais o sair da praça de Almeida Afonso Furtado (Governador das Armas do partido de Penamacor que tinha vindo ajudar a Pedro Jaques) acompanhado do Tenente general Dom Martinho da Ribera com pouca cavalaria, com que fez frente a todo o exército do inimigo e o obrigou a recolher tudo a si.

No trecho acima exposto há ainda a destacar a menção a Afonso Furtado e Martinho da Ribera que prestaram – como refere a transcrição em cima exposta – auxílio a Pedro

Jacques de Magalhães, evitando o avanço do duque de Ossuna por território português e justificando por isso a menção noticiosa do *Mercúrio Português*.

Ainda dentro deste ponto é pertinente notar o pouco destaque dado às mulheres pelo *Mercúrio*. As publicações deste jornal por poucas vezes se referiram à acção de figuras femininas. No entanto, também aqui a sua relevância e estatuto eram levados em linha de conta. A probabilidade de as mulheres serem aludidas informativamente no periódico era baixa, mas as excepções poderiam ocorrer em função do seu grau de importância na sociedade:

Mercúrio Português, Fevereiro de 1666

Na câmara onde a rainha nossa senhora faleceu foi seu corpo composto por senhoras que a serviam e algumas que a haviam servido e estavam já fora do paço, mas acudiram ali naquela ocasião e elas o meteram num caixão forrado de tela branca (...)

Esta passagem é um excerto do relato efectuado pelo *Mercúrio Português* sobre o funeral da rainha Dona Luísa de Gusmão. O estatuto da pessoa em causa e a sua importância para o reino são justificativos desta menção. No entanto, nem mesmo a rainha teve uma repercussão noticiosa grande neste periódico, as alusões à sua figura foram raras e praticamente só a notícia do seu falecimento fez com que tivesse tido um realce grande nesta publicação.

O enfoque dado a elementos do sexo feminino foi reduzido, o que pode ser explicado pelas características da sociedade seiscentista. Porém, à semelhança do que acontecia com os homens, só as mulheres pertencentes a uma elite social considerada relevante eram mencionadas no *Mercúrio*. De resto, no trecho de cima, é referida a presença de mais mulheres que haviam servido a rainha, mas a sua falta de estatuto social terá levado a que não fossem sequer nomeadas pelo jornal.

6.8. Diversidade temática do noticiário

O *Mercúrio Português* marcou a sua estrutura noticiosa por uma grande univocidade temática. O próprio subtítulo do jornal (*Com as novas da guerra entre Portugal e Castela*) é indiciativo desta uniformidade nos temas trazidos à colação por António de

Sousa Macedo no periódico. O jornal não sofreu por isso uma grande oscilação ao nível temático ao longo das suas publicações, apresentando a Guerra da Restauração como assunto central.

Importa deste modo reforçar a ideia de homogeneidade temática patente no *Mercúrio Português*, com poucas excepções que se pudessem enquadrar fora do âmbito da Guerra da Restauração. Tal justifica-se pela conjuntura de Portugal no século XVII, referida no primeiro capítulo.

No entanto, e apesar dos jornais contemporâneos apresentarem normalmente uma certa diversidade temática nos seus conteúdos, é possível ligar a acção noticiosa do *Mercúrio Português*, neste aspecto, com algumas das normativas do jornalismo da actualidade. Tomando como válida a ideia de que o jornalismo corresponde ao contexto social e político em que se insere e por ele é influenciado, o *Mercúrio* mais não fez do que reflectir este pensamento.

Ao centrar a maior parte dos seus relatos na Guerra da Restauração e nos assuntos de estado a ela ligados, o periódico vai ao encontro não só do tema mais importante para o público de então, como a preceitos ligados a estudos teóricos de jornalismo e de que alguns autores fazem referência, como é o caso de Jorge Pedro Sousa:

A teorização sobre jornalismo que se desenvolveu em Portugal reflecte a evolução do contexto histórico. Aliás, o que se disse sobre Portugal seria válido para qualquer outro país do mundo.
(Sousa, *et al.*, p.4)

A diversidade é, entre todos os pontos citados, a única que não tem uma correspondência directa com os conteúdos noticiosos do *Mercúrio Português*. É possível afirmar-se, como conclusão, que dada a homogeneidade do cariz temático, a composição do noticiário do *Mercúrio* foi também ela bastante regular, raramente desviante no que toca à Guerra da Restauração.

Adiante será dedicada atenção a outros tópicos temáticos do *Mercúrio Português*, para além dos que se prenderam com assuntos bélicos. No entanto, foram excepcionais os

números em que este jornal privilegiou outro tipo de assuntos em detrimento dos acontecimentos ligados à restauração da independência portuguesa.

6.9. Continuidade noticiosa

Dada a especificidade da natureza temática já abordada, o *Mercúrio Português* privilegiou no seu destaque noticioso, os acontecimentos que estivessem ligados às novidades provenientes da Guerra da Restauração.

Deste modo, os assuntos que reforçassem ou dessem sequência ao que já havia sido noticiado, eram mencionados e relevados pelo jornal.

Mercúrio Português, Fevereiro de 1663

Havendo dado notícia no mês de Janeiro próximo passado (em que principiamos esta relação) do modo de governo com que Portugal se acha, parecia conveniente que também a déssemos do estado da guerra; mas porque por menor fora escritura larga, basta dizer, que trabalhando as armas portuguesas e castelhanas há mais de 22 anos estão hoje tão furiosas, como se este fora o primeiro.

Na transcrição de cima é dado um exemplo do modo sequencial como o *Mercúrio* apresenta as *novas* da Restauração. Como é relatado, a partir do que tinha sido escrito no mês anterior ao desta publicação, o jornal continua a sua linha informativa acrescentando dados novos ao que tinha noticiado anteriormente. Neste caso, partindo da situação governamental e financeira de Portugal, passa-se ao retrato da guerra, mas com a preocupação, patente no texto, de não incorrer num desfasamento temático que comprometesse a sua coerência e reduzisse à superficialidade as ocorrências referidas em publicações anteriores. Um exemplo mais claro desta preocupação em dar seguimento aos acontecimentos noticiados pode encontrar-se nos seguintes excertos:

Mercúrio Português, Agosto de 1663

As calmas no mês de Julho (como nele dissemos) obrigaram a que o exército de Alentejo se aquartelasse, não permitiram neste de Agosto outras facções, mais que algumas pequenas correrias, numa das quais se tomaram junto de Jurumenha setenta infantes e alguns cavalos e outros em diversas partes.

Mercúrio Português, Setembro de 1663

No fim de Agosto passado acabou o assento de pão de munição, palha e cevada que os assentistas provinham ao exército e Praças de Alentejo. Do primeiro dia do mês de Setembro em diante, começou a correr pela junta geral do comércio. E porque nesta matéria se fez ao reino o serviço mais importante para a guerra, será bem declarar o que até agora houve e o que de novo se conseguiu neste provimento.

Uma vez mais se percebe a preocupação no encadeamento dos acontecimentos de umas publicações para as outras. Da parte do *Mercúrio Português*, existiu sempre uma tentativa de manter um fio condutor em relação às mensagens divulgadas. Repare-se como, em dois meses consecutivos, os relatos começam justamente por fazer um breve apanhado do que tinha sido escrito no mês imediatamente anterior. Em seguida é efectuado um acréscimo de informação sobre as matérias abordadas precedentemente.

De um modo geral, o *Mercúrio* preocupou-se sempre em relevar tudo aquilo que viesse no seguimento de informações já veiculadas. Algo que pode igualmente constatar-se com os episódios da tomada da cidade de Évora, por parte do exército português, que se deu no mês de Junho de 1663. Neste caso, os vários relatos deste mês incidiram justamente no desenvolvimento dos acontecimentos que permitiram a Portugal restaurar o domínio sobre aquela cidade alentejana. Em Julho do mesmo ano, o *Mercúrio Português* começa com uma menção à principal ocorrência do mês anterior – a vitória em Évora – fazendo eco das implicações que esta reconquista trouxe para as forças portuguesas.

Assim, torna-se perceptível a tentativa deste jornal de dar primazia aos assuntos que trouxessem algo de novo ao que já tinha sido abordado anteriormente.

6.10. Inesperado

No *Mercúrio Português*, situações que possam ser consideradas como inesperadas, não abundam grandemente.

Sabendo que os relatos versavam fundamentalmente os acontecimentos ligados à Guerra da Restauração, factores que noutras circunstâncias poderiam constituir-se como algo

que fugisse à regra são apresentados aqui como situações comuns. Alusões a mortes, batalhas e conflitos que seriam, em princípio, realçados noutros jornais – inseridos noutras conjunturas que não as de um conflito bélico – são tidas pelo *Mercúrio* como normais. Ou seja, apesar de serem noticiados acontecimentos ligados a confrontos, estes são vistos como algo de expectável, dado o contexto político e social do país, de resto já mencionado.

No entanto, nem sempre tudo correspondeu àquilo que se poderia esperar. Disso mesmo deu conta o *Mercúrio Português*:

Mercúrio Português, Setembro de 1663

Sábado, vinte e dois deste mês de Setembro há uma para as suas horas depois do meio-dia, quis fugir o Marquês de Eliche prisioneiro castelhano no Castelo de Lisboa; disse a um dos guardas que tinha, que no dia antecedente ficara com ele uma mulher, que queria sair sem ser conhecida e que lhe pedia que a deixasse ir, sem a destapar. E como os guardas, porque a assistência não cause trato familiar, se lhe mudam vezes cada dia, cuidou este que do passado ficaria a mulher e concedeu-lhe a petição.

Segundo conta o jornal, o Marquês de Eliche terá tentado fugir da prisão, vestindo-se de mulher para passar de um modo discreto e aproveitando as mordomias que o seu estatuto lhe conferia, mesmo sendo prisioneiro. Adiante, o *Mercúrio* acrescenta que o marquês acabou por ser reconhecido mais tarde, sendo novamente capturado e vendo, por isso, gorada a sua tentativa de fuga. A título de curiosidade, o periódico refere também que as pessoas que lhe providenciaram as condições para a saída, assim como o guarda que por ele foi enganado, foram presas.

Este trecho é um exemplo de algo que foge ao normal. Para além disso, traz uma situação excepcional e imponderável, já que não estaria, decerto, nas previsões dos guardas prisionais que algum prisioneiro utilizasse uma vestimenta feminina para tentar disfarçar a sua real identidade e, com isso, tentar a fuga. Três anos após o sucedido com o Marquês de Eliche, deu-se um outro acontecimento que fugiu ao expectável e que foi também noticiado pelo jornal:

Mercúrio Português, Dezembro de 1666

As chuvas que houve neste mês de Dezembro, fizeram cessação de armas nas fronteiras, só temos notícias de que no Partido de Almeida na província da Beira o capitão António Fernandes do Carvalho e o tenente da companhia do general da cavalaria com cem cavalos, foram pelo partido de Segá-verde correr os campos da Inojosa e Lumbrales e trouxeram oitenta boys, quinhentas ovelhas e vinte e cinco cavalgaduras.

No caso acima transcrito, é feita referência à interferência que um factor natural teve nos avanços da Guerra da Restauração. A força com que a chuva se fez sentir naquele mês, como se entende pelo excerto, parou os avanços da guerra. Esta situação não estava nas previsões de nenhum dos exércitos e as suas consequências – o interregno do conflito – tiveram impacto noticioso no *Mercúrio Português* que mencionou o sucedido logo no primeiro parágrafo (exposto em cima) de Dezembro de 1666.

De resto, esta ocorrência imprevista teve um efeito relevante não só no decurso da Guerra da Restauração, como na própria publicação do *Mercúrio* naquele mês. O curto reportório temático do jornal fez com que, com a guerra estagnada, este tivesse uma dimensão mais reduzida do que o habitual, fruto possivelmente das intempéries que se fizeram sentir durante aquela altura.

Novamente em 1663, no mês de Agosto, António de Sousa Macedo narra um episódio de um alegado milagre ocorrido na cidade de Braga. Segundo o redactor do *Mercúrio*, duas mulheres invisuais, a 10 do referido mês, dia de S. Lourenço, terão recuperado a visão, na sequência de orações feitas em honra deste santo. A transcrição encontra-se exposta em baixo no ponto 8.5, dedicado à religiosidade patente no *Mercúrio Português*. Aí serão também tecidas mais algumas considerações sobre a ocorrência em si, razão pela qual a análise aqui feita é mais curta e superficial. Seja como for, também no caso referido no parágrafo de cima se verifica algo excepcional e inabitual e que, graças a isso, foi noticiado pelo periódico setecentista.

Outro caso inesperado e insólito deu-se em Dezembro de 1664, quando o jornal noticiou o aparecimento de um cometa:

Mercúrio Português, Dezembro de 1664

Aos sete ou oito deste mês, começou a aparecer no nosso horizonte, ou a notar-se que aparecia um cometa, de que não fazemos descrição, porque se deixa ver na maior parte do mundo. *Asignis caeli nolite metuere*; que não temamos os sinais do céu; com recorrer a Deus evitou Ninive aquele ameaço que era mais certo. Os astrólogos farão seus juízos; o nosso Mercurio tira agora o seu de não vermos, ou notarmos este cometa (que é uma grande estrela barbada de luzes) senão na véspera, dia oitavo da melhor estrela N. Senhora da Conceição Padroeira de Portugal, onde já se infere o que dela se nos pode prognosticar (...)

O *Mercúrio* interpretou este acontecimento de modo positivo para os interesses portugueses na Restauração. O episódio do cometa foi visto pelo periódico como uma espécie de bom presságio para o desenrolar da guerra.

6.11. Personificação

Ao falar-se da proeminência social de pessoas envolvidas no *Mercúrio Português*, está-se já, de algum modo, a salientar a importância noticiosa que a acção de determinados indivíduos assume na publicação do periódico.

São variados os exemplos de acontecimentos que ocorreram pela acção de uma ou mais pessoas e que foram mencionados no *Mercúrio*. Seguem-se três transcrições que confirmam o que atrás foi afirmado:

Mercúrio Português, Julho de 1666

Enquanto o exército castelhano fugia na parte do Minho, o mestre de campo general dom Baltazar Pantoja, a quem ficara a mão folgada na entrada passada por Trás-os-Montes, fez outra em vinte e um pela mesma província, mas não lhe sucedeu como cuidava.

Mercúrio Português, Setembro de 1666

Dom Manuel Lobo fez presa em duzentos e cinquenta boys; vieram seguindo a presa oitenta paisanos montados em éguas e cavalos, voltou dom Manuel, e os derrotou, tomando quarenta e tantos e os cavalos e éguas em que vinham.

Manuel Travassos recolheu-se com trezentas e cinquenta rezes e trezentos porcos, havendo pegado em mais de oitocentos, mas a maior parte lhe morreu pelo caminho pela grande calma que houve e trouxe mais quarenta e três éguas.

Mercúrio Português, Novembro de 1666

E aos 14, o general da artilharia António Soares da Costa que ali governava, entrou com 440 infantes pagos e mil auxiliares da Guarda e Viseu e 350 cavalos por Val de Polvora passou o Elge e por junto de Trevilho passou a Serra da Gata e aos 15 amanheceu sobre a Vila de Hoyos, que é de mais de setecentos vizinhos em sítio aprazível com muitos pomares; grande número deles de frutas de espinho muito curiosos e regados de abundância de agoas; sem ser sentido mais do que sentinelas da fortificação.

Em todas as situações são noticiadas e destacadas as acções de determinadas individualidades. No primeiro caso, o *Mercúrio Português* faz referência ao general castelhano Baltazar Pantoja e à sua disputa por Trás-os-Montes. Na segunda transcrição são Manuel Lobo e Manuel Travassos os nomes mencionados pelo periódico como merecendo realce noticioso, dada a sua envolvimento nos acontecimentos. Por fim, no último excerto, o *Mercúrio Português* refere a acção de António Soares da Costa e dos seus homens na Guerra da Restauração.

6.12. Negativismo

Tendo conhecimento das ligações de António de Sousa Macedo à Casa Real de Bragança e ao conde de Castelo Melhor – mencionadas no primeiro capítulo desta dissertação –, aquilo que correspondia a um acontecimento negativo para os interesses portugueses não era revelado com o mesmo entusiasmo e destaque de um positivo. Isto pese embora o facto de também ter havido ocorrências negativas do lado português a serem noticiadas.

No entanto, quando a negatividade das situações sucedidas envolvia as forças castelhanas, a sua noticiabilidade no *Mercúrio* constituiu-se sempre como um dado adquirido. Atente-se às seguintes transcrições:

Mercúrio Português, Outubro de 1663

A grande derrota que os castelhanos padeceram em oito do mês de Junho passado, na famosa batalha do Canal e o muito que poucos dias depois perderam na restauração da cidade de Évora, não lhes deixou para defesa da Estremadura tanto como tinham nas outras províncias. Mas suposto que as calmas e doenças que elas costumam causar em Alentejo e Estremadura no Estio e Outono, impediam que se continuasse por ali a guerra, determinaram os portugueses a seguir à vitória

contra o reino de Galiza e parte de Castela que confina com Trás-os-Montes; porque ainda que o inimigo se achava ali com o mesmo poder que nos anos passados, com tudo o clima dá lugar a campear em todo o tempo que não seja no Inverno.

Mercúrio Português, Novembro de 1663

No fim do mês passado deixamos as terras do inimigo destruídas pela parte de Trás-os-Montes e o conde de S. João governador daquela província passado à de Entre Douro e Minho e junto já em Galiza com o conde de Prado governador desta e reduzido, ou devastado todo aquele circuito, se achava defronte do exército inimigo.

Mercúrio Português, Maio de 1664

O inimigo arruinado pela batalha do ano passado não tem infantaria de substância, porque sete mil homens com que se acha são estrangeiros mal seguros e milicianos violentados. Também está falto no trem da artilharia. O nervo de seu poder são sete mil cavalos, os três mil de pouco serviço, por serem de idade de três anos; que tudo lhe vai falando.

Como se pode inferir pelas expressões apresentadas, expressões a que normalmente se aplica uma conotação negativa como “derrota”, “arruinado”, “devastado” ou “terras destruídas” eram utilizadas de forma a retratar as perdas do lado espanhol.

No mês de Outubro do ano de 1663, é feita ainda referência à derrota castelhana em Évora que havia acontecido, como se pode ler, em Junho de 1662. Além do mais, o *Mercúrio Português* destaca ainda as consequências dessa derrota, referindo pelo meio as doenças que entretanto grassavam abater e as suas implicações. Um mês depois, em Novembro, novamente a menção daquilo que havia sucedido em Outubro com o exército da coroa espanhola.

Por fim, no que toca aos excertos escolhidos, em Maio de 1664, nova referência à crise castelhana. Desta feita, segundo é relatado, as forças espanholas encontravam-se afectadas e desprovidas de homens capazes em número e em qualidade para fazer frente ao movimento de restauração português.

Não faltam por todo o *Mercúrio Português* casos como os que acima foram expostos. Aquilo que de negativo houvesse para os lados de Castela, tinha não apenas uma menção noticiosa, como também um enfoque bem visível.

A velha máxima jornalística de que as más notícias são as boas notícias, do ponto de vista informativo, é aplicável também no *Mercúrio*, principalmente se essas más *novas* fossem para o lado da nação vizinha.

7. A noticiabilidade no *Mercúrio Português*, segundo Nelson Traquina

Para lá dos critérios de noticiabilidade notados por Galtung e Ruge, também Nelson Traquina se debruçou sobre as razões que dão azo a que algo mereça tratamento noticioso. Mauro Wolf (1995, pp.175-180) estabeleceu normas pelas quais, no seu entender e à luz de um contexto contemporâneo, um dado acontecimento se torna noticiável ou ganha, pelo menos, uma maior probabilidade de ver o seu conteúdo mencionado e retratado pelos meios de comunicação social.

Wolf definiu dois grandes grupos de valores-notícia: os de selecção e os de construção. Os valores-notícia de selecção encontram-se subdivididos em critérios substantivos e contextuais. Os critérios substantivos relacionam-se com a avaliação das características de uma dada ocorrência e qual a sua importância valorativa. Os critérios contextuais dizem respeito ao espaço e à conjuntura temporal em que o acontecimento que dá lugar à notícia se dá. Para além disto, como foi referido, existem os valores-notícia de construção que se prendem com o modo como uma determinada notícia é elaborada. Wolf (1995, pp.190-192) faz sugestões sobre o modo como o jornalista deve construir uma notícia, explicando que tipos de factos devem ser empolados ou ocultados acerca de um acontecimento para uma maior adesão dos leitores à peça noticiosa. Estas ideias são também aproveitadas por Nelson Traquina (2002, pp.186-201) nos seus estudos relacionados com os critérios de noticiabilidade.

No seguimento da análise que foi efectuada acima, para os critérios referidos nos estudos jornalísticos por Galtung e Ruge e da sua repercussão na tipologia noticiosa no *Mercúrio*, far-se-á, de seguida, algo semelhante para alguns dos pontos relevados por Traquina. Os princípios que foram seguidos manter-se-ão e consistem, no essencial, em aferir quais os valores-notícia introduzidos por Nelson Traquina que se reflectem no processo de selecção e produção informativa do periódico em estudo.

Alguns dos valores-notícia salientados por Traquina coincidem com aqueles que Galtung e Ruge também estabeleceram e, por isso, já encontram efectuada nesta dissertação a sua relação com o *Mercúrio Português*. Assim, apenas aqueles critérios que constituam algo de novo ao anteriormente escrito serão abordados de seguida.

7.1. Morte

No campo dos critérios substantivos de selecção, Nelson Traquina relevou a presença da morte nos acontecimentos como um factor de noticiabilidade. De algum modo, o valor-notícia ligado à morte vai ao encontro do tópico associado à negatividade noticiosa por Galtung e Ruge. No entanto, Traquina é mais específico e faz notar que aquelas ocorrências que, mais do que aportarem ocorrências negativas, relatem a existência de mortos, têm uma probabilidade maior de serem noticiadas pelos órgãos de informação. A morte surge, nos estudos deste autor, como ligada aos critérios substantivos dos valores-notícia de selecção. (Traquina, 2002, p.187)

No *Mercúrio Português*, a referência ao número de mortos foi uma constante em muitas das edições do periódico. O facto de o jornal ter existido num período de grande agitação bélica, com a Guerra da Restauração como pano de fundo, propiciou naturalmente a que não faltassem situações envolvendo mortos e feridos e que tal fosse encarado com naturalidade. Se a isto se juntar o facto de alguns desses mortos serem pessoas proeminentes no contexto do conflito ibérico, melhor se entenderá a menção recorrente à temática da morte.

Vejam-se a propósito disto os seguintes exemplos:

Mercúrio Português, Novembro de 1663

De um castelo forte que a Vila tinha atiraram-se arcos que feriram três homens levemente, porém foi morto Inácio Arnaut, capitão pago de infantaria, que mal convalescido das feridas que recebeu de balas na batalha do canal se quis achar nesta ocasião e era soldado tão bizarro que nos fez menos festejado este sucesso.

Mercúrio Português, Abril de 1664

Então rebentou o inimigo das emboscadas, mas sendo batido da nossa artilharia e mosquetaria e vendo que não podia cortar a nossa gente se retirou com muita perda; viram-se cair alguns de casacas de veludo, que eles retiraram e entre outros foi morto o tenente do Conde de Aguilar, chamado Castilho, soldado de valor, ao qual matou o alferes Domingos Martins da companhia do capitão de cavalos Alexandre de Sousa, que era cabo dos batedores, e se houve muito valorosamente, matando-se-lhe o cavalo entre os inimigos; porém, como tinha bons companheiros, livrou com duas feridas.

Mercúrio Português, Maio de 1665

No mesmo dia nove deste Maio vieram quarenta infantes castelhanos da guarnição de Frexeneda ao nosso Forte de Escalhão. O capitão António de Araújo, que o governava, saiu com parte da sua companhia e alguns moradores: matou cinco e de entre eles dois traidores; trouxe alguns prisioneiros e os mais, deixando as armas, escaparam pelas asperezas de junto ao rio Águeda.

Os três excertos, datados de anos diferentes, convergem no que à presença da morte como unidade temática noticiosa diz respeito.

No primeiro trecho apresentado, é noticiada a morte do capitão Inácio Arnaut, na sequência das confrontações com as forças castelhanas. Tal sucedido foi suficiente, segundo é relatado pelo *Mercúrio*, para que a vitória que o exército português havia logrado tivesse festejos menos retumbantes. Na transcrição de Abril de 1664 é referida a morte do tenente Castilho, que se encontrava às ordens do Conde de Aguilar. No último excerto é feito o balanço do ataque realizado pelos espanhóis ao Forte de Escalhão. Mais uma vez, destaque para a menção às mortes, neste caso, sem nomear quais os defuntos, provavelmente devido à sua irrelevância social e militar.

Em resumo, o factor morte marcou de um modo transversal toda a actividade informativa do *Mercúrio Português*. As transcrições acima são apenas uma pequena parte de uma múltipla alusão feita pelo periódico a esta matéria durante toda a sua publicação.

7.2. Conflito

Nelson Traquina refere que as ocorrências que contenham conflitos – sejam eles de carácter militar ou político – têm uma probabilidade elevada de serem noticiadas pelos meios informativos de comunicação (Traquina, 2002, p. 192).

O *Mercúrio Português* fez incidir quase todo o seu reportório noticioso na Guerra da Restauração. Partindo deste princípio, já mencionado em tópicos anteriores, não é difícil perceber que os acontecimentos que denotassem situações de turbulência e frenesim eram noticiados pelo periódico.

Mercúrio Português, Novembro de 1663

Naquela mesma tarde de treze houve uma escaramuça de cavalos nossos com o inimigo e nela muitos feridos de ambas as partes; mas os nossos ficaram no campo e o inimigo se retirou deixando prisioneiro o barão de Buz (...)

Mercúrio Português, Junho 1665

Hasta que el enemigo juntando una gran multitud determino esforzarse más: y con obstinación persevero en nuevo y terrible combate; ofreciendo desesperadamente los pechos de los cavallos al bote de las picas de nuestros tercios por romperlas.

No *Mercúrio* os conflitos bélicos e políticos foram sempre mencionados de um modo minucioso e contínuo. A própria temática central do jornal (a Guerra da Restauração) mais não foi – como se percebe pela própria conjuntura de Portugal, apresentada no primeiro capítulo – do que um momento histórico de grande alvoroço militar e político. Por um lado vivia-se a confrontação entre as forças portuguesas e castelhanas, por outro existia a disputa política inevitavelmente associada ao movimento independentista português contra o domínio da realeza castelhana.

Conclui-se, portanto, que o *Mercúrio Português* fez deste critério de noticiabilidade, realçado por Traquina, o seu principal factor de abordagem e publicação noticiosa. Nesta dissertação podem encontrar-se diversas transcrições, retiradas de publicações do periódico, que atestam este facto. Nos pontos 6.4. e 6.8. respeitantes aos valores-notícia de Galtung e Ruge no *Mercúrio*, bem como no 8.1., estão expostos excertos que correspondem ao que foi escrito e que dão conta de algumas das disputas existentes.

7.3. Disponibilidade

No campo dos critérios contextuais, associados aos valores-notícia de selecção, a disponibilidade e a sua relação com o *Mercúrio Português* é um tópico cuja reflexão é merecedora de uma análise mais cuidada.

Nelson Traquina entende que disponibilidade, neste contexto, se afere pela facilidade com que é feita a cobertura de um dado acontecimento. No caso do *Mercúrio*, importa entender como foram conseguidas as informações publicadas (Traquina, 2002, p.196).

Os condicionalismos, criados pela época histórica em que se deu a publicação do periódico, fizeram com que a cobertura dos assuntos principais – a Guerra da Restauração – não fosse possível *in loco*. Isto ao contrário do que acontece no presente, em que as novas tecnologias de informação facilitam o acesso a fontes de informação e proporcionam a presença dos jornalistas nos locais nevrálgicos.

Para que se entenda a razão da minúcia dos relatos da Restauração no *Mercúrio Português*, não é despiciendo que se olhe para o estatuto de António de Sousa Macedo. No ponto 2 deste terceiro capítulo é feita uma descrição do percurso de Sousa Macedo e das suas ligações à causa restauradora. Como foi referido, o redactor do *Mercúrio* manteve uma estreita relação com a casa real e o governo portugueses, designadamente com o conde de Castelo Melhor.

Com efeito, é possível estabelecer-se uma causa directa entre a facilidade que Sousa Macedo parece ter tido para aceder às informações que publicou e a sua posição no seio do governo. Não estando presente nos palcos de guerra, onde se deram as batalhas, o redactor apenas poderia ter conhecimento do que se passava graças aos relatos que lhe eram prestados *a posteriori*.

Por outro lado, o *Mercúrio* recorreu por diversas vezes a gazetas de outros países para poder, entre outras coisas, aceder a informações sobre o que se sucedia noutros reinos. Exemplo disto é a publicação de Março 1667 - já mencionada nos pontos 5 e 6.6 deste

capítulo - em que são dadas várias notícias sobre as diferentes realidades de diversas nações estrangeiras.

Por saber fica que tipo de disponibilidade informativa terá havido, nesta matéria, durante os últimos sete números deste jornal que foram publicados. Como já foi explicado, António de Sousa Macedo já não era o redactor e não se soube nunca com exactidão quem lhe sucedeu no cargo.

7.4. Concorrência

Ainda nos valores-notícia de selecção há a realçar o factor da concorrência entre meios de informação. A este propósito, Traquina enalteceu o seguinte:

Todas as empresas são concorrentes, mas cada empresa jornalística tem os seus concorrentes de estimação, isto é, os seus concorrentes directos, como, por exemplo, o Jornal Público em relação ao Diário de notícias e vice-versa. (Traquina, 2002, p.197)

Também o *Mercúrio Português* viveu numa relação de concorrência constante. No caso, a concorrência de estimação eram as gazetas oriundas de Castela. Sem nunca nomear nenhuma em particular, o periódico português procurou constantemente desvalorizar tudo o que nos jornais castelhanos era publicado.

Já nos pontos dedicados à objectividade e às fontes no *Mercúrio* - o quarto e o quinto respectivamente – se deu conta da recorrente crítica por parte deste órgão de informação àquilo que os periódicos espanhóis afirmavam. Nomeadamente, a tudo o que tivesse a ver com os acontecimentos acerca da Guerra da Restauração.

Para além dos já referidos excertos, expostos na temática que levanta a questão da objectividade e das fontes no *Mercúrio Português*, é interessante que se repare nas seguintes transcrições:

Mercúrio Português, Abril de 1663

Entre outro se chegou um português velho de presença venerável a saber a causa daquele ajuntamento e quando viu o que era disse com algum enredo: *Guides que se liam algumas novas;*

inventaram os castelhanos comédia e relações semelhantes não são novas, é já coisa muito ordinária e velha. Respondeu-lhe o cônsul de Inglaterra: Antes há muito que ver nisto, porque nunca se viu tanta mentira em tão pouco papel. Acudiu um gentil homem francês que milita em Portugal: Entendo que não foi tenção dos autores mentir tanto; isto foi sonho, porque os castelhanos sonham (e têm razão) com o conde de Cantanhede que ali nomeiam por general daquele exército. Replicou-lhes um moço português de muito engenho vivo: Sim senhores estrangeiros, mas os castelhanos sabem mais que vossas mercês, imprimem estes papéis para os enganar e o conseguem, sustentando-se na opinião do que metem em cabeça às nações estranhas, sem elas se desenganarem com tantas experiências. Disse então o cônsul dos estados de Holanda muito pausado: Vossa mercê e eles são os que se enganam, porque estamos tão firmes que nunca falamos verdade, que ainda que alguma vez a queiram falar, não lhe daremos crédito. Ora senhores (tornou um cavaleiro do hábito de Cristo) daqui me fica grande consolação em que depois de ver estas relações, não hei-de crer as que vir de seus bons sucessos em outras partes, cujas novas me poderiam dar pena. E que lhe parece a v.m. (acrescentou um capitão reformado) da ignorância com que falam das pessoas, sítios e distância das nossas praças? Parece-lhe a vossa mercê que quem sabe tão pouco delas nos há-de conquistar?

Esta é talvez a passagem do *Mercúrio Português* em que o ataque à imprensa castelhana é maior. António de Sousa Macedo faz o relato de um diálogo resultante de um ajuntamento entre dois cônsules e outras pessoas. Em toda a conversa perpassa o tom jocoso com que os indivíduos envolvidos se referem ao que as gazetas espanholas publicavam. Com ironia, e até troça, as pessoas iam comentando os relatos castelhanos. Saliente-se aqui a intervenção do cônsul holandês, ao afirmar que mesmo que dos jornais castelhanos saíssem informações verdadeiras, estas não teriam crédito da parte dos portugueses.

Seguem-se mais dois exemplos destas menções depreciativas aos órgãos de informação espanhóis:

Mercúrio Português, Setembro de 1664

Chegou-nos impressa uma relação de Castela, intitulada: *Noticias de los años de 1663 y 1664, omitense por este año los sucesos particulares de la guerra por la brevedad del despacho*. Bom expediente para não referir suas misérias; famosos são os castelhanos nisto e se lhes podem perdoar algumas coisas, por outras tem galantíssimas. A brevidade do despacho impediu de dar notícias dos sucessos de guerra e a relação, por brevidade, é de quatro folhas de papel de letra miúda, que só contém impertinências.

Mercúrio Português, Dezembro de 1666

Conseguiu o intento que o incitou a escrever, que foi tapar a boca aos castelhanos, que vendo-nos mudos, imprimiam licenciosamente relações fantásticas do que desejavam, fiados em que os estrangeiros lhes davam crédito, parecendo-lhes que em calarmos consentíamos e que depois Mercúrio escreveu não se atreveram a prosseguir; certo que se estivermos no tempo daquela cega gentilidade se reputara por milagre deste seu Deus o haver posto silêncio (bem necessário para o nosso século) a tais faladores, sobre os mais porque era venerado.

Na primeira transcrição, a mensagem veiculada é novamente de menosprezo em relação aos conteúdos das gazetas castelhanas. Neste caso, Sousa Macedo torna a acusar explicitamente a imprensa espanhola de desviar as atenções das derrotas sofridas na guerra com outras temáticas, no entender do redactor do *Mercúrio*, irrelevantes.

O segundo excerto retirado traz um conteúdo diferente acerca desta matéria comparativamente aos que foram já apresentados. Aqui é feita a revelação de uma das intenções primaciais do *Mercúrio Português*: estabelecer uma concorrência directa com Castela também a nível comunicacional.

As transcrições feitas acima são fundamentais para que se possa perceber com clareza e de um modo inequívoco, que a concorrência entre as gazetas portuguesas e espanholas era real. Assim, torna-se indesmentível a ideia de que não só nos campos de batalha e nas cortes se fez o conflito luso-espanhol. A rivalidade ia para lá da esfera política e militar e também nos jornais a concorrência se fez sentir com intensidade.

7.5. Dramatização

A respeito dos valores-notícia de construção, Traquina fez notar um critério cuja especificidade se encontra espelhada no *Mercúrio Português* por diversas ocasiões, o da dramatização. Para lá das temáticas presumivelmente interessantes para o público, o autor enaltece o papel da escrita e a forma como a exposição do conteúdo influi no interesse dos leitores:

Por dramatização entendemos o reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, a natureza conflitual. Na sua discussão sobre as notícias da imprensa e as notícias televisivas, Paul Weaver defende que são semelhantes pelo facto de «serem relatados melodramáticos de assuntos

actuais». Acrescenta Weaver: «Os modos e o sensacionalismo são tendências de ambos os media actuais». (Traquina, 2002, p.199)

No *Mercúrio*, o papel de uma escrita apelativa e hiperbólica foi fundamental para que a mensagem de apologia da restauração fosse passada com eficácia. Por outro lado, a emotividade e dramatismo empregues nalgumas passagens contribui para uma certa falta de objectividade nos relatos. Um exemplo disto pode ser encontrado na seguinte transcrição:

Mercúrio Português, Junho de 1665

Foi verdadeiramente gloriosíssima para Portugal esta defesa pela fraqueza da praça com tão poucos soldados, pelo grande poder e furiosa obstinação dos inimigos, que envergonhados da resistência pelejavam já pela reputação. Sempre viverá a memória de tais defensores, cujos nomes pregoará a fama, ainda que, ou forçada, ou mal cortada, os cale a pena.

Aqui é feito um elogio rasgado às forças portuguesas e ao seu heroísmo ao conseguir resistir, mesmo em inferioridade numérica, a um ataque espanhol a Vila Viçosa. Saliente-se a ideia subjacente de exaltação dos valores associados aos soldados portugueses contra a fúria do exército castelhano.

A dramatização literária no *Mercúrio* foi algo que marcou toda a publicação do jornal. No entanto, nem sempre esta hiperbolização discursiva tinha por objectivo o louvor da pátria. O seguinte trecho é disto um bom exemplar:

Mercúrio Português, Junho de 1667

Era impossível poder-se presidir e sustentar dos nossos, pela muita distância de nossas praças: pois não pode o coração fomentar os membros desproporcionalmente distantes e menos os desunidos e assim passando ainda a maior miséria, foi toda entregue aos incêndios do fogo que brevemente voraz a converteu em funestas cinzas metamorfoses cruéis e porém filhos de uma inexorável guerra. Acompanharam sua desgraçada sorte as povoações súbditas e circunvizinhas e como se fossem tantas, que por muitas lhe ignoram os nomes, ainda os mais práticos em aqueles países: tais e tão crescidas eram as labaredas que a seu horror e estrondo pareceu que o mesmo inferno e havia desafogado por alguma abertura da Galiza. Oh! Se tantas hórridas luminárias, quanto o céu mostra nas terras de Castela a conduzissem já ao dia aprazível do desengano! À contemplação do leitor deixa o *Mercúrio* o amargo pranto dos vencidos e o doce contentamento dos vencedores.

O trecho acima exposto difere a nível de conteúdo em relação ao de Julho de 1665. No entanto, a tipologia de escrita mantém o mesmo registo. Neste caso, o *Mercúrio* põe em evidência os horrores e as consequências nefastas da guerra. Concretamente, o incêndio de uma vila que havia sido submetida às confrontações luso-espanholas. O uso de uma interjeição, bem como de uma exclamação e de uma escrita emotiva, contribuiu para marcar e dramatizar ainda mais um acontecimento que já por si continha uma carga emocional elevada.

Convém que se refira que passagens como a segunda, em que de algum modo é feita uma alusão aos malefícios da guerra, foram uma excepção. A primeira transcrição deste ponto é bem mais exemplificativa da forma como o *Mercúrio* usou o estilo dramático em benefício das forças portuguesas. Por todo o periódico estão presentes menções a acontecimentos onde a valentia e a determinação dos soldados lusos são exaltadas, por oposição às forças castelhanas, por diversas vezes apelidadas de “inimigo”. O objectivo seria o de sensibilizar os leitores para a virtude da causa restauradora.

8. Os outros temas do *Mercúrio Português*

Já quando se tratou do factor ligado aos valores-notícia do *Mercúrio* foi feita uma reflexão sobre a sua vertente temática, ao referir-se o equilíbrio do leque noticioso do jornal. Agora, far-se-á uma análise mais detalhada aos diferentes aspectos que o *Mercúrio Português* focou ao longo das suas publicações.

O conflito que visou restaurar a independência de Portugal do domínio filipino foi o tema forte deste periódico do século XVII, como por diversas vezes foi referido. No entanto, existiram casos pontuais em que a matéria temática destoou dos desenvolvimentos do movimento que levaria a cabo a restauração da independência de Portugal.

De seguida, serão expostos mais detalhadamente alguns pontos que pretendem sustentar o que foi afirmado nos dois últimos parágrafos. Ver-se-á o que foi abordado e, concomitantemente, de que forma foi feita essa abordagem.

8.1. A Restauração e a política

Aliado aos relatos da Guerra da Restauração no *Mercúrio Português*, vinha com uma certa frequência uma análise ou referência a factos e acontecimentos políticos que influíam na corte, bem como no decorrer do conflito.

O *Mercúrio* caracterizou-se, de um modo geral, por referências e descrições minuciosas (já citadas anteriormente) de batalhas e das suas consequências a nível humano (mortes, número de soldados presentes) e estratégico (derrotas e conquistas ou reconquistas de território). Para lá disto, há a destacar um outro aspecto que se pode considerar como um subtema – ainda que a sua importância não seja de somenos para o desenrolar do movimento restaurador – a política.

Procurando manter a mesma linha do tópico anterior ligado à noticiabilidade, seguem-se algumas das transcrições em que são feitas, do jornal em que são feitas alusões à conjuntura e acção políticas:

Mercúrio Português, Janeiro de 1663

Foi a primeira acção do rei deliberar a experiência na contínua assistência de seis conselheiros de estado, entre os quais, por anos, erudição, manejo de negócios e vista de terras estrangeiras, se acham todas as notícias do militar e político, no secular e no eclesiástico.

As coisas maiores se vêem e propõem ao rei em Conselho de Estado pleno, quando se oferece: o despacho ordinário de consultas e petições faz o rei com seis dos mesmos conselheiros de estado deputados para isto e com os dois secretários, a que repartidamente tocam as matérias, todos os dias que não são santos à tarde, assistindo pelo menos hora e meia por relógio de área; como o Secretário de Estado, nas segundas, quartas e sextas-feiras; com o expediente e mercês nas terças, quintas e sábados, sendo as quintas-feiras destinadas particularmente para mercês em recompensa de serviços; mas nestas assistem de presente dos dois ditos conselheiros.

Por esta transcrição torna-se visível o destaque político no periódico. No caso em análise, é descrita a tomada de posse do rei que teria, como afirma o *Mercúrio*, atingido a idade para tal.

Saliente-se também as primeiras deliberações tomadas por este em Conselho de Estado. Estas visavam, como se pode ler, a nomeação de conselheiros de estado cuja experiência, sabedoria e conhecimento da realidade estrangeira fosse vasta.

Mercúrio Português, Fevereiro de 1663

Em consequência disto assim acertado, o rei de Castela nomeou por seus plenipotenciários o arcebispo de S. Tiago e D. Baltasar de Rojas Pantoja, Governador das Armas de Galiza e o dito D. Luís de Menezes. E logo o rei de Portugal nomeou por seus plenipotenciários o conde de Prado, Governador das armas de Entre Douro e Minho, o Conde de S. João, Governador das Armas de Trás-os-Montes, e João Nunes da Cunha.

No contexto em que ocorre este excerto – um mês após a última transcrição apresentada – o *Mercúrio* dá conta de uma tentativa de paz entre as duas facções. Concretamente, este breve trecho relata a nomeação por parte dos reis de Portugal e Castela daqueles que representariam ambas as coroas nas negociações de paz que ocorreriam sob mediação do rei de Inglaterra.

Avançando no tempo um pouco mais, encontra-se no *Mercúrio* uma passagem também ela reveladora do peso da política como uma das unidades temáticas fulcrais do periódico:

Mercúrio Português, Julho de 1665

Disse um bom juízo que sucedeu aos maiores ministros o que sucede aos malfeitores que contraem amizade para se unirem a cometer os delitos e ficam inimigos quando vem o castigo sobre si, lançando a culpa uns aos outros. Porque aqueles que, por se comprazerem ao rei e por seus interesses, se conciliaram a fomentar a guerra, supondo tesouros, descrevendo exércitos, maquinando traças, dando conselhos e facilitando a empresa, já se despedaçavam entre si como os filhos de Cadmo, acusando-se reciprocamente de que haviam faltado no que tocava a cada um, já por descuido, já por engano, já pelo que se furtava; e os mais atiravam ao alvo de Castriilho, dizendo que com embustes divertira o intento da paz, em que os entendidos e zelosos do em público começavam a falhar.

No caso, são dados a conhecer alguns desentendimentos no seio da corte castelhana. Relatos de acusações mútuas entre ministros, jogos de interesse por parte de pessoas influentes no reino e complôs entre altos responsáveis da coroa espanhola em prol dos

seus interesses pessoais. No fundo, a exposição do mal-estar e dos meandros da corte na perspectiva do *Mercúrio Português* e do seu redactor António de Sousa de Macedo.

Fica assim demonstrada a presença de assuntos políticos no *Mercúrio* e de como a sua interferência condicionava os acontecimentos da guerra.

8.2. As colónias e o comércio

Além das referências à guerra, o *Mercúrio Português* fez por várias vezes menção às colónias portuguesas e a assuntos ligados ao comércio com essas mesmas colónias. O Brasil e a Índia, principalmente, monopolizaram este capítulo temático. Atente-se, a título exemplificativo, nas seguintes transcrições:

Mercúrio Português, Setembro de 1663

Este aperto dava maior cuidado ao Conde de Castelo melhor, a quem Sua Majestade encarregou o principal manejo dos negócios; até que reduzida a melhor forma a Companhia geral do Comércio do Brasil, Deus, que visivelmente encaminha as coisas de Portugal, parece que inspirou ao Conde, que se podiam escusar aqueles assentos, administrando a mesma Companhia o dito provimento por conta de Sua Majestade, antecipando ela o dinheiro, não levando interesses e satisfazendo-se de consignaçaõ proporcionada; com o que cessariam os lucros dos Assentistas, ficariam livres as consignações que sobejassem, seria o pão e cevada por conta de Sua Majestade, na qual convinha e não haveria a murmuraçaõ de que se comprava por taxa para revender sem ela.

Mercúrio Português, Novembro de 1663

Em 14 aportou em Lisboa o Governador do Brasil Francisco Barreto, Restaurador de Pernambuco, deixando o governo ao Viso Rei Conde de Óbidos; veio com cinco naus carregadas de açúcar, tabaco, pão e outras fazendas do Brasil.

Mercúrio Português, Setembro de 1664

Neste mês conseguiu-se o que há muitos anos pediram os três Estados juntos em Cortes e aconselhavam todos os Conselhos e Tribunais; que foi tomar Sua Majestade por sua conta os efeitos e administração da companhia do Comércio geral do Brasil. Aos interessados em grandes quantias, deu Sua Majestade satisfação em juro de vinte o milhar, assentados nos direitos do tabaco, obrigando também os direitos do comboy da mesma companhia. Aos outros interessados em partidas pequenas se compram a dinheiro as acções; uns e outros se acomodam com muito boa vontade.

Nos casos expostos é ilustrada a importância que no *Mercúrio* se deu às relações comerciais com o Brasil. Tomando por base estes três excertos, é possível entender-se a menção feita pelo periódico relativamente aos negócios com o Brasil a dois níveis: o comercial e o administrativo.

Primeiramente, o *Mercúrio Português* dá conta da delegação de poderes no conde de Castelo Melhor por parte do rei no que confere à liderança da Companhia Geral do Comércio do Brasil (nível administrativo). No exemplo seguinte, é feita uma breve descrição dos produtos trazidos desta colónia (nível comercial). Por fim, um ano depois de Castelo Melhor ter assumido o controlo da Companhia Geral do Comércio do Brasil, o *Mercúrio* informa os leitores de que o rei passara a controlar a companhia (nível administrativo).

Veja-se agora o caso da Índia – um outro local fulcral a nível comercial para os interesses portugueses – e algumas das alusões que o *Mercúrio Português* fez a este respeito:

Mercúrio Português, Abril de 1664

Aos 19 pela manhã saíram deste Porto um galeão e um bom navio para a Índia com o Capitão-mor Bernardo de Miranda Henriques; levam mais de seiscentos homens; mais de trezentos mil cruzados de mercadores e quererá Deus dar-lhes boa viagem.

Aos 20 entraram no Porto de Lisboa dez navios Estrangeiros na mesma maré; quatro deles de Itália, carregados de sedas e outras fazendas riquíssimas.

Mercúrio Português, Dezembro de 1664

Finalmente recolhemos a nossa frota do Brasil e o que nos veio da Índia Oriental, fugindo à Armada inimiga e desistindo com a notícia da nossa, do intento com que saiu a esperar a dita Frota do Brasil.

Mercúrio Português, Janeiro de 1665

Acha-se Portugal opulento no comércio, com a frota que lhe chegou do Brasil e princípio das riquezas da Índia já pacificada.

A ida de embarcações portuguesas à Índia e a chegada de bens provenientes desse mesmo local ao Porto de Lisboa foi, por isso, outro dos temas referidos pelo *Mercúrio*

Português, como se pode ler nas duas primeiras passagens apresentadas. A propósito disto, o *Mercúrio* refere ainda que também de Itália chegaram outros produtos mercantis.

É relevante, porém, salientar que, pela leitura de algumas edições do *Mercúrio Português*, se dá conta de que o caso da Índia diferia um pouco do do Brasil. Se a conjuntura política no Brasil era estável, nas colónias portuguesas da Índia a situação era distinta. Pelo que se concluiu do curto excerto aqui apresentado, datado de Janeiro de 1665, Portugal encontrava-se ainda a aguardar pelos proveitos do território indiano.

Enquanto a Guerra da Restauração prosseguia, o *Mercúrio Português* dava conta de que na Índia se vivia um estado algo conflituoso. De um modo mais concreto, na cidade de Cochim:

Mercúrio Português, Setembro de 1663

E porque digamos de uma vez, antes de passar adiante, o que neste mês tivemos contrário (cumprindo com a obrigação de relatar todas as novas prósperas ou adversas) neste mesmo tempo chegou por cartas do Norte, certeza da perda da Cidade de Cochim na Índia Oriental.

Por isto se compreende que Portugal não tenha tido o usufruto dos bens provenientes do oriente. Os confrontos em Cochim, em que as forças portuguesas se envolveram, levaram tempo até atingir a pacificação. Algo que prejudicou, como reconhece o *Mercúrio*, os interesses portugueses na Índia e fez do Brasil o principal atractivo comercial para Portugal.

O *Mercúrio Português* fez também referência às colónias africanas, embora aí estas sejam citadas não apenas por razões meramente comerciais:

Mercúrio Português, Julho de 1666

Neste mês chegaram-nos novas da grande e importante vitória que em Angola alcançaram as Armas Portuguesas do poderoso Rei do Congo, para que em todas as partes do mundo experimentemos os particulares favores do céu.

Mercúrio Português, Janeiro de 1667

E outros se queixam que os Estados depois de fazerem grandes instâncias para que os Ingleses não mandassem a frota que tinham destinado para a Guiné mandavam recolher a sua, com esperança de acomodamento, pedindo juntamente ao rei que mandasse juntar os seus navios de guerra com os dos Estados, contra os piratas de Alger; passaram uma ordem a Ruyter para ir à Guiné fazer hostilidades aos Ingleses, tomar-lhes os navios que encontrasse e que tudo se fizera antes da guerra ser declarada, por onde claramente se via que os holandeses tinham sido os agressores.

Mercúrio Português, Janeiro de 1667

Em terceiro lugar justificam-se os ingleses de um Capitão inglês tomar um forte que os holandeses tem em Cabo Verde, dizendo haviam condenado a acção, com palavra dada de ser castigado o Capitão, se se achasse culpado, e que para esse efeito fora mandado vir e que tanto chegara, o prenderam na torre de Londres, até a declaração da guerra e que tem todo este tempo não alegara o Embaixador da Holanda coisa bastante para se lhe fazer em processo, antes alegara por sua parte do Capitão, que primeiro que tomasse o forte, havia entendido as ordens, que os Estados mandavam os seus Cabos para se apoderarem do castelo Cermantino, pertencente aos Ingleses, o qual pouco depois fora acometido.

Como se percebe por estas transcrições, as alusões aos territórios portugueses em África divergiam a nível temático do Brasil e até da Índia. Das colónias africanas os relatos remetiam-se para situações de confrontos bélicos.

O primeiro excerto menciona justamente um conflito em Angola, no qual as tropas portuguesas saíram vencedoras. Nas duas transcrições seguintes, o *Mercúrio* limita-se a fazer eco de uma carta escrita pelo rei de Inglaterra na qual este respondia ao seu homólogo holandês sobre a proposta que este lhe havia feito. Os conflitos ingleses com a Holanda estendiam-se, como dão conta ambas as transcrições, aos territórios portugueses na Guiné e Cabo Verde.

Também Moçambique aparece referenciado no *Mercúrio*, embora tal só aconteça por uma vez e num contexto em que apenas é descrito como passagem portuária:

Mercúrio Português, Outubro de 1664

Veio mais repartida pelos navios de guerra a fazenda, que à mesmo Baía chegou de Moçambique da nau de Dom Fernando Manuel, que vindo da Índia há anos, tinha ficado no dito Porto de Moçambique, e veio também a fazenda de outra nau, em que da Índia chegou ao Brasil o Capitão Mor Luís de Mendonça Furtado, que ultimamente foi um dos Governadores da Índia por sucessão.

Deste modo, fica patenteada a presença de outra unidade temática privilegiada pelo *Mercúrio Português*. Os assuntos que dissessem respeito às colónias, em particular ao Brasil e a alguns territórios portugueses na Índia, foram invariavelmente transmitidos pelo periódico. Para além da Guerra da Restauração, impunha-se que, de quando em vez, o jornal fosse publicando também as *novas* dos territórios ultramarinos portugueses.

8.3. As festas

No *Mercúrio Português* eram por vezes mencionadas algumas festas que ocorriam normalmente num contexto de cerimónias religiosas. Mesmo numa conjuntura de cariz marcadamente bélico, houve espaço no periódico para uma ou outra alusão a momentos festivos ou celebrações.

De seguida, serão apresentadas duas transcrições do *Mercúrio Português* que consubstanciam o que atrás foi referido:

Mercúrio Português, Março de 1664

Em nove, que era Domingo, foi o baptizado do filho do Conde de Castelo Melhor do Conselho de Estado do rei nosso Senhor, seu Escrivão da Puridade; no qual sua Majestade quis ser o padrinho. Às três horas da tarde saiu sua Majestade do seu quarto acompanhado do Senhor Infante, do Conde e mais Senhores, e Fidalgos da Corte, vestidos de gala com muitas jóias, que todos à saída da câmara beijaram a mão a S. Majestade, e S.Alt. por aquela mercê.

Mercúrio Português, Outubro de 1666

As festas ordenadas na Corte de Lisboa pelo casamento do rei nosso Senhor se dilataram até 15 deste Outubro. Na noite deste dia, que foi sexta-feira, se lhes deu princípio com luminárias no Paço e em toda a Cidade.

Na noite do dia seguinte houve no terreiro do mesmo Paço grandes invenções de fogo: fabricou-se madeira pintada, num bizarro castelo, com seus baluartes e tudo o mais que pede a arte de fortificação: contra eles fingiu uma investida e dele uma defesa com cargas contrafeitas da mosquetaria e artificios abrazados, tão continuados e horríveis que naturalmente se representou em mais um combate; estava para sair de dentro uma serpente a pelejar com um leão, ambos de fogo, acendeu-se ele por desastre mais cedo do que mandava a traça, mas ainda assim foi muito para ver como o leão se desfez em cinza, depois de haver despedido de si furiosos raios, brigando com

homens armados de espadas e rodela de fogo, que de si lançavam outros semelhantes; houve algumas girândolas, muitas, e montantes e grande número de foguetes de várias sortes, todas bem vistosas e os melhores que se viram até então. Com isto e com os muitos ternos de charamelas e trombetas, que soavam nos cantos da praça, foi aquela noite bem alegre.

No *Mercúrio* de Março de 1664 é feito o relato do baptizado do filho do Conde de Castelo Melhor que contou com a presença do rei. Já na edição de Outubro de 1666, o jornal faz alusão ao casamento do rei e das festas que por este motivo se realizaram.

No primeiro caso, os relatos do baptizado são justificáveis pela importância associada à família de Castelo Melhor. No segundo, o do casamento do rei, a mesma justificação pode ser dada. O destaque dado pelo *Mercúrio* ao casamento e às festas a ele associadas serve para sustentar não apenas a natural relevância que a figura do rei despertava junto do público, como a evidência de que não só de *novas* de cariz bélico se fez o reportório noticioso do jornal. O evento teve de resto honras tais por parte do *Mercúrio Português*, que marcou toda a edição do mês de Outubro de 1666. A transcrição acima apresentada corresponde apenas a um breve trecho de uma minuciosa descrição dos preparativos e divertimentos do casamento real.

Tanto a alusão ao baptizado do filho de Castelo Melhor como o casamento do rei, fortalecem a ideia expressada no ponto 6.7. A preponderância destas duas figuras na vida do reino e na causa da Restauração em particular, levou ao relato dos momentos festivos mencionados, algo que não aconteceria no caso de indivíduos com uma proeminência social menor.

8.4. As obras públicas

No *Mercúrio Português* houve igualmente espaço para uma referência à construção de uma rua em Lisboa, a Rua Nova de Almada:

Mercúrio Português, Maio de 1665

E porque o cuidado da guerra não embarça o do governo político, em treze deste mês começou-se em Lisboa a abrir uma formosa rua de 30 e 35 palmos de largo, que começa da calcetaria e sai ao Espírito Santo, muito conveniente para formosura e serventia do bairro baixo para o alto da cidade e sobe tão invisível e invisivelmente que quase parece que tudo fica plano. Por esta razão, há muitos anos que era desejada e tentou-se, mas nunca se conseguiu, porque era necessário

comprar e derrubar muitas casas que naquele lugar faziam vários becos estreitos, conforme a fábrica antiga das cidades. Pode consegui-lo com a resolução que tomou Rui Fernandes de Almada, que entrou a ser Presidente do Senado da Câmara e por memória do autor de obra tão útil, quis o senado que a rua ficasse com seu nome e se chamasse a Rua Nova de Almada.

A temática relacionada com as obras públicas que sucederam em Portugal durante a publicação do *Mercúrio Português*, cingiu-se a esta pequena e discreta passagem. Em mais nenhuma edição do jornal vem referida qualquer alusão a algum tipo de construção pública efectuada durante o período em que o *Mercúrio* foi publicado, algo que também reforça, uma vez mais, a ideia subjacente a uma homogeneidade temática do periódico.

8.5. A religiosidade

O *Mercúrio Português* fez perpassar, na totalidade das suas publicações, uma ideia associada à influência e até interveniência directa da religião na vida quotidiana das populações e nos acontecimentos militares. A tendência para uma não laicização informativa foi peremptória em muitos dos relatos noticiosos do periódico.

Não raras vezes, o redactor do *Mercúrio* atribuiu a Deus o desfecho de determinadas ocorrências e acções. Mesmo a restauração da independência de Portugal em relação a Espanha ficou a dever-se, no entender do jornal, não só ao brio e coragem das forças lusas e sagacidade e inteligência do rei, como à vontade de Deus, condição *si ne qua non* para que o conflito fosse ganho.

Mercúrio Português, Setembro de 1663

Entrando el rei nosso senhor no governo com este estilo de provimento, começaram os ministros que lhe assistem a experimentar os danos referidos e como todos os meios de dinheiro estavam esgotados e as necessidades de uma guerra são de cada dia, chegou-se quase a desesperar do remédio e verdadeiramente concorreu Deus com favor muito especial para as prevenções de campanha passada.

Mercúrio Português, Novembro de 1663

No mesmo tempo tocou o inimigo arma ao nosso exército rijamente por duas vezes e o Conde de Prado ouvindo as peças entendeu que aquela arma era diversão para alguma facção intentada por mar; pelo que, ainda que já de antes, com antecipada prevenção tinha enviado o mestre de campo Rodrigo Pereira Souto Maior com alguns infantes para aquela parte, agora mandou sem dilação

quatro companhia de cavalos e um terço de infantaria acudir a toda a costa. Porém Deus o nosso senhor com superior poder atalhou qualquer intento do inimigo; porque estando até àquela hora em que atirou a Fortaleza da Insua, o mar sem vento e a noite muito serena e clara, como se fora em Agosto, subitamente se levantou uma furiosa tormenta do Sul, com que se perderam alguns barcos e a gente deles e os mais arribaram à Vila da Guarda, dando-se por perdidos e logo no dia seguinte, que foram treze, dois mil homens, que neles escaparam, voltaram para o exército.

Mercúrio Português, Junho de 1665

Es muy de notar que entre los castigos que Dios da a Castilla en esta guerra se comienza ver el de los primogénitos, con que ya castigo a otro rey que no queria dejar su pueblo.

Mercúrio Português, Julho de 1665

Ao que se vê sobre um monte e à luz que a todos ilumina, comparou Cristo Senhor nosso o que não se pode esconder. Sobre Montes se deu a famosa batalha que vimos em Junho passado, sobre eles alcançaram os portugueses aquela insigne vitória, foram destruídos os castelhanos e nos mostrou Deus a sua glória.

Os excertos apresentados são sintomáticos da referida relevância e presença da vertente religiosa no periódico. De destacar particularmente o segundo trecho, no qual o *Mercúrio* atribui à vontade de Deus o levantamento de uma tempestade marítima que fez com que as forças castelhanas saíssem derrotadas de um ataque que haviam efectuado às tropas portuguesas. Ou seja, para além de funcionar como unidade temática, a religiosidade marcou também a narrativa do *Mercúrio*, mesmo dentro de outros assuntos, como por exemplo a guerra.

A presença do elemento religioso nas informações noticiadas não tinha apenas um cariz bélico associado – embora fosse este o predominante. O caso transcrito de seguida atesta isto mesmo:

Mercúrio Português, Agosto de 1663

A estas e a outras disposições humanas para a guerra, juntaram-se este mês novas esperanças de Deus nos continuar seu favor Divino, com o que se escreveu de Braga, que pela intercessão do seu grande Arcebispo Dom Lourenço da Lourinhã, fizera o Senhor algumas maravilhas; entre as quais foi, que dia de São Lourenço, dez deste mês de Agosto, foram duas mulheres cegas pedir-lhe vista e logo a alcançaram.

Das inúmeras alusões a Deus e à sua acção, este é provavelmente o caso mais paradigmático de um relato onde a alegada intervenção divina está presente. A passagem conta a história de duas mulheres invisuais que terão sido curadas, do ponto de vista do *Mercúrio Português*, graças à intercessão do arcebispo Lourenço da Lourinhã junto de Deus.

Em suma, o *Mercúrio* patenteou aquilo a que se poderá apelidar de tendência religiosa. A forma recorrente e submissa com que o jornal se reportou ao elemento religioso é mais um exemplo da sua falta de objectividade nalgumas passagens. De algum modo, esta abordagem serve como complemento ao ponto 4.

9. A visão do mundo no *Mercúrio Português*

Ao relatar diversos acontecimentos de uma dada maneira e ao valorizar determinados assuntos e matérias em detrimento de outros, o *Mercúrio Português* exerceu não só uma função informativa como interpretativa. Uma interpretação que se pode definir pelo enquadramento que o jornal e aqueles que contribuíram para a sua publicação, designadamente António de Sousa Macedo, estabeleceram em relação ao mundo que os rodeava.

Quando nesta tese se interrogou a objectividade do jornal e se pôs em causa o seu distanciamento relativamente aos factos sobre os quais produziu matéria de índole noticiosa, foi feita implicitamente uma primeira aproximação da concepção do mundo por parte do *Mercúrio*. O ataque cerrado às gazetas castelhanas, (ver ponto 7.4), bem como o estilo hiperbólico e dramático (ver ponto 7.5), que tantas vezes marcou a narrativa do jornal, são também ilustrativos de um determinado posicionamento em relação a uma certa conjuntura social e política. Uma realidade específica que, por sua vez, condicionou e definiu a maneira do periódico se posicionar perante o mundo.

Nos pontos de análise seguintes, será exposto o enquadramento que o *Mercúrio Português* evidenciou e ofereceu aos seus leitores. Seria possível discorrer sobre vertentes diversas como a pouca valorização da vida humana, numa época em que a guerra proliferava, ou a vincada estratificação social existente. No entanto, optou-se por

aclarar temáticas mais abrangentes e com uma preponderância política e histórica maior para o jornal.

9.1. A dualidade discursiva entre Portugal e Espanha

A leitura integral do jornal *Mercúrio Português* oferece uma visão dualista do mundo aos seus leitores, em função da conjuntura social e política já retratada. Este é, de resto, um aspecto já abordado em parte nalguns pontos desta dissertação. Este periódico seiscentista faz transparecer uma percepção informativa dicotômica, que surgiu devido ao conflito de interesses que a Guerra da Restauração impôs. Esta dicotomia, como é perceptível e entendível, reportava-se ao conflito Portugal/Espanha. Foi este o enquadramento do *Mercúrio Português* no que se relaciona com a mensagem passada para o exterior e, portanto, com o que se pretendia que os seus leitores apreendessem.

Contudo, mais do que estabelecer a dita dualidade perceptiva, o jornal reflecte por diversas vezes uma propensão maniqueísta assente em ideais nacionalistas que se materializavam no elogio desmesurado do povo português, em oposição à crítica feroz a Castela. Algumas das transcrições retiradas do *Mercúrio* expostas ao longo desta dissertação, onde o periódico faz um ataque cerrado a tudo o que de Espanha viesse (forças militares, cortes, imprensa, etc), evidenciam isso mesmo. Ainda assim é útil que se complete esta ideia com as seguintes transcrições:

Mercúrio Português, Novembro de 1663

Aos vinte e três o tenente da Vila de Aroche com setenta cavalos, levava uma boa presa dos nossos campos de Moura, saiu-lhe o capitão Luís de Saldanha em sessenta cavalos e foi tal o medo dos castelhanos que em sabendo que vinha largaram a presa. Foi Luís de Saldanha até à mesma praça de Aroche, que entrou e saqueou muito devagar e aos vinte e quatro (tornando-se os castelhanos de autores réus) se recolheu, trazendo daqueles campos uma presa considerável; da qual, desencaminhando-se a maior parte, como é ordinário, apareceram em Moura trinta e seis boys e dezanove cavalgaduras, quatrocentos carneiros, duzentas cabras, sessenta porcos; nomeia-se isto com tanta miudeza, por querer *Mercúrio* ser pontual em tudo e não parecer castelhano.

Mercúrio Português, Outubro de 1664

Conclui a relação querendo diminuir a perda, mas muitos prisioneiros, que ainda hoje estão em Portugal, desmentem o número que ela quer insinuar e o desamparo que as nossas tropas acham naquela parte de Castela, mostra bem o que ficou desta rota.

O bem estava do lado português, o mal pendia para Castela. De um modo sintético, esta visão simplista estava na génese do *Mercúrio*.

Um pensamento ainda mais abstracto e redutor que o *Mercúrio Português* também apresentou ainda nesta linha, foi o de uma centralização discursiva na realidade ibérica. Esta é uma ideia que também se encontra exemplificada no ponto 6.6, referente ao destaque dado às nações mais relevantes numa dada conjuntura. Eurico Gomes Dias espelha esta mesma realidade:

Dado que D. António de Sousa Macedo era profundamente conhecedor das problemáticas da sua actualidade, o *Mercurio Portuguez* recorreu a numerosos conhecimentos históricos directamente relacionados com a História de Portugal, optando por fazer referências quase inexistentes ao conjunto da História europeia. Opção eivada de patriotismo, como se poderá calcular. (Dias, 2010, p. L)

A falta de referência quase constante a notícias relativas a outros reinos, que não os de Portugal e Castela, atesta a ideia simplificadora que o *Mercúrio* transmitiu. Para lá da realidade vivida na Península Ibérica, muito pouco constituía matéria de interesse noticioso para o jornal.

9.2. Legitimidade real aos olhos do *Mercúrio Português*

Retomando a ideia de uma visão universal demasiado simplificada por parte do *Mercúrio*, importa reforçar o posicionamento do periódico a propósito da identificação do poder real. Uma vez mais, o *Mercúrio Português* denota uma posição partidária em favor dos interesses da Casa Real de Bragança.

O historiador Oliveira Marques (Marques, 2006) refere o seguinte:

(...) A necessidade de fortalecer novamente a autoridade central tornou-se numa das maiores preocupações do novo governo. Para mais, D. João IV era apenas o Duque de Bragança, «eleito» rei pelos seus pares. (p. 264)

Quando em 1640 o movimento de restauração da independência de Portugal estalou, nem todos os portugueses aderiram e se mostraram entusiasmados com o sucedido. Se o povo, fruto do seu nacionalismo inabalável, apoiava incondicionalmente a causa restauradora, na nobreza houve quem continuasse a prestar fidelidade a Filipe III (Filipe IV de Espanha). A burguesia, por seu turno, adoptou uma posição neutral, assim como o clero (Marques, 2006, p. 300). Esta foi uma situação que se manteve até à assinatura do tratado de paz de 1668, referido no ponto 1.3 do primeiro capítulo, algo que ajuda a entender a luta que o *Mercúrio* levou a cabo pela união entre os portugueses e contra possíveis divergências internas. Isso mesmo é constatado por Eurico Gomes Dias:

Direccionado e fomentado pelas modernas directivas decorrentes do desenvolvimento da actividade tipográfica e periodista, o *Mercurio Portuguez* travou ferozmente qualquer cisão na unidade portuguesa. Movido pela sua alma patriótica, impôs um estilo discursivo imbuído de uma vernaculidade combativa (...) (Dias, 2010, p. XLVIII)

A proclamação da separação do poder régio espanhol foi algo que não se afigurou difícil para Portugal. Já a sua manutenção constituía uma tarefa mais delicada, não só pela força militar espanhola, como pelo seu poderio diplomático:

Do ponto de vista teórico, tornava-se necessário justificar a secessão, mostrar a todos que o novo monarca, longe de figurar como usurpador, reavera simplesmente aquilo que por direito legítimo lhe pertencia. (Marques, 2006, p.299)

Urgia, portanto, conseguir apoios externos que sustentassem e legitimassem a independência portuguesa. Isto não se revelou fácil, pois a relutância de algumas nações e instituições proeminentes em reconhecerem e auxiliarem os intentos de Portugal foi grande.

Para esta indefinição de uma opinião transversal e unânime sobre quem teria legitimidade ao trono do território português, muito contribuiu a Santa Sé. O posicionamento do Papa em relação a esta matéria foi de apoio a Filipe III e às suas

pretensões. A influência de Espanha junto daquela instituição clerical foi fundamental nesta tomada de posição a favor dos interesses castelhanos. Durante o tempo de D. João IV foram enviados a Roma vários emissários com o objectivo de sensibilizar a Santa Sé para a causa restauradora. Uma intenção que foi sempre recusada pela Igreja. Com D. Afonso VI a situação também não sofreu quaisquer alterações. As tentativas de Portugal, por intermédio de várias pessoas influentes, de obter o apoio espiritual por parte de Roma saíram sempre frustradas. Só mesmo a restituição da paz viria a alterar a posição da Igreja, com esta a assumir a independência de Portugal (Ramos, Monteiro e Sousa, 2010, p. 308).

A propósito desta matéria, é interessante acrescentar a colocação das nações escandinavas perante o conflito restaurador. Portugal enviou diplomatas à Dinamarca e à Suécia com o intuito de obter apoio destas duas nações. Na Dinamarca, esta iniciativa não se revelou profícua, devido aos interesses dinamarqueses para com Espanha. Com a Suécia começou por haver um entendimento favorável aos desígnios portugueses, graças às facilidades comerciais prometidas por Portugal, que colocava os suecos em igualdade com os holandeses nos portos lusos. Porém, como argumenta Joaquim Veríssimo Serrão, os diplomatas espanhóis fizeram valer o seu poder e influência e “a coroa sueca entendeu reconhecer Filipe IV como rei de Portugal” (Serrão, 1980, p. 71-72).

O *Mercúrio Português* mostrou-se sempre indiferente às posições dissonantes para com o movimento restaurador assumidas pela Igreja e por outros reinos. Para o *Mercúrio*, D. João IV – que havia já falecido aquando da publicação do periódico – tinha exercido com total direito a regência de Portugal. Isto conclui-se pelas passagens em que o jornal se referiu a D. João como rei português:

Mercúrio Português, Junho de 1665

É verdade o sucesso se deveu principalmente a favor particular de Nossa Senhora da Conceição, cuja igreja, a primeira desta invocação em Espanha, está naquela Vila. O senhor rei Dom João IV em cortes lhe fez tributário e tomou Nossa Senhora da Conceição por protectora do reino.

Mercúrio Português, Julho de 1666

Também soube isto el rei D. João IV e se contentou com impedir que religiosos da dita nação passassem naquelas partes, permitindo contudo que fossem os de outras e tornou a aceitar as cartas de negação e satisfaçam o rei do Congo.

E se D. João IV tinha, no entender do *Mercúrio*, destituído Filipe III do trono, Afonso VI – o rei vigente, do ponto de vista português, durante a existência do jornal – era o seu herdeiro natural:

Mercúrio Português, Abril de 1664

Aos 17, também à tarde, à vista de sua majestade e alteza fez outra semelhante mostra e exercício no mesmo terreiro o terço novo da guarnição desta cidade de Lisboa, de que é mestre de campo Roque da Costa (...)

Mercúrio Português, Junho de 1664

Aos 27 sexta-feira foi sua majestade e o senhor infante D. Pedro dar graças a Deus à igreja da Sé; ouviram a *Te Deum* e a missa cantada, assistidos por toda a corte e de todos os tribunais que estiveram sem precedências.

Mercúrio Português, Fevereiro de 1665

Na relação que no mês passado se fez da jornada de el rei nosso senhor a Santarém faltou dizer que, no dia em que sua majestade visitou os santuários que se nomearão, o fez também ao convento dos religiosos de São Domingos (...)

Foi sempre do modo que as três transcrições de cima atestam, e das inúmeras vezes que tal sucedeu, que o *Mercúrio* se referiu a D. Afonso VI. O uso de vocábulos como “alteza”, “majestade” e “el rei”, próprios de figura máxima de uma realeza, foi uma constante. Faça-se agora a comparação com a forma como o jornal aludia a Filipe III:

Mercúrio Português, Março de 1663

Representando com grande eloquência e elegância e razões muito vivas o que padece Portugal e suas conquistas pela falta de pastorais espirituais: as continuadas diligências que se tem feito para os alcançar: a resistência que el rei de Castela faz em Roma a se acudir com o remédio.

Mercúrio Português, Maio de 1663

(...) Pode-se ter por certo que muitas terras de Castela se irão levantando pelas opressões que padecem, assim nos alojamentos, como nas contribuições para a guerra, não reparando aquele rei e seus ministros, em destruir o próprio para usurpar o alheio.

Fica assim exemplificada a orientação do *Mercúrio* respeitante a esta temática. D. Filipe III era “el rei de Castela”, o ilegítimo rei de Portugal. De um modo inverso, D. Afonso VI, à semelhança do que tinha sido D. João IV, era o rei de Portugal. Aquele cujo nascimento havia ocorrido em solo português – D. Afonso VI – era por isso reconhecido como rei, o líder natural. A Filipe III cabia-lhe o papel de “estrangeiro”, sem legitimidade para reinar nas terras lusas. Na óptica do *Mercúrio Português*, D. Filipe III de Portugal, não passava, afinal, de Filipe IV de Espanha, mesmo que, no limite, tal não fosse pacífico, nem sequer entre as hostes portuguesas.

O jornal seiscentista acentua assim o carácter nacionalista e dicotómico já descrito.

Conclusão

Após uma análise exaustiva do universo sobre o qual se debruçou o *Mercúrio Português* e do modo como o periódico perspectivou esse mesmo universo, importa que, sinteticamente, se reafirmem as principais ideias a extrair desta pesquisa.

A nível temático, a diversidade de assuntos existiu e foi evidente, muito embora tal não se possa assemelhar àquilo que, por exemplo, ocorre nos jornais generalistas dos tempos presentes. A Guerra da Restauração monopolizou as atenções do periódico e influenciou a acção deste, quer na sua objectividade quer no seu recurso às fontes. Não houve lugar para uma abordagem constante e consistente que assim permitisse uma análise mais aprofundada de outras vertentes temáticas (ver ponto 8).

As ocorrências políticas, as festas (muitas vezes religiosas e dadas por pessoas de relevância social elevada), ou a menção a assuntos relacionados com as colónias portuguesas assinalaram a excepção a uma regra que se definiu pelo privilégio de notícias sobre o conflito luso-castelhano. Mesmo quando esta regra diferia das habituais referências bélicas e eram mencionados acontecimentos ligados a outros temas, estes poucas vezes eram enfatizados e elevados pelo *Mercúrio*.

É importante também reforçar e sintetizar, a partir do que foi referido atrás nesta dissertação, quais foram os propósitos informativos pelos quais o *Mercúrio* norteou a sua acção noticiosa. Desde logo, o periódico procurou estabelecer-se como concorrente das gazetas sediadas em Castela, cujo compromisso com a imparcialidade e veracidade dos factos seria, no entender do jornal português, dúbio e até inexistente. A tentativa de contradizer a imprensa espanhola foi evidente e ocorreu de um modo transversal por todo o jornal. Esta foi, aliás, uma das marcas que podem ser reconhecidas no *Mercúrio Português*. Os relatos descritivos dos factos associados à Restauração (fossem eles políticos ou militares) não eram suficientes, o *Mercúrio* sentiu a necessidade de, por diversas vezes, consultar e dar conta daquilo que os jornais castelhanos publicavam de modo a poder contestar essas mesmas informações (ver ponto 7.4).

Conclui-se que o *Mercúrio Português* tentou sempre ir ao encontro daquelas que considerava ser as necessidades informativas dos portugueses, funcionando ao mesmo tempo como um veículo massificador de apologia das intenções de reposição da independência de Portugal. Para isto, o *Mercúrio* não hesitou em adoptar um tom discursivo hiperbólico (ver ponto 7.5) que assentava no princípio de uma legitimidade pré-adquirida da autonomia lusa em relação a Espanha. Uma posição nacionalista que toldou e comprometeu, em muitos casos, a objectividade que o jornal, apesar de tudo, apregoou.

O *Mercúrio Português* patenteou, além disso, um carácter excessivamente propagandístico e panegírico em redor dos interesses portugueses na Guerra da Restauração e das figuras dos reis D. João IV e D. Afonso VI. De resto, este registo foi ao encontro de uma conjuntura política, social, diplomática e militar que marcou a sociedade seiscentista portuguesa (Dias, 2010, p. XXXI). O *Mercúrio* procurou defender, ao mesmo tempo, os interesses de Afonso VI, ao assumir-se como órgão defensor da causa restauradora. Isto porque D. Afonso VI apenas poderia ser proclamado rei quando a restauração da independência de Portugal fosse oficializada.

A propensão nacionalista do *Mercúrio* é sustentada, de igual modo, pela referida fidelidade à Casa Real de Bragança. O jornal não aceitou nunca a soberania de Filipe IV de Espanha, nem acatou (apesar da importância que a vertente religiosa assumiu na sua narrativa) a posição da Santa Sé e de nações proeminentes sobre esta matéria (ver ponto 9.2). D. Afonso VI era visto como o rei português, ao contrário de Filipe III, mesmo tendo a Igreja uma posição oposta. Tudo isto serviu para oferecer uma visão que remeteu o *Mercúrio Português* para uma posição simplista e fora dos cânones analíticos do jornalismo da actualidade.

Por outro lado, a forma como o periódico espelhou a realidade que o circundava pode ser vista de uma maneira diversa. O primeiro facto a assinalar, e talvez aquele que mais salta à vista, é o modo redutor e limitado como o *Mercúrio* observou o mundo, circunscrevendo-o quase sempre à Península Ibérica e aos seus assuntos (ver ponto 9). Pouco mais existiu para lá desta área geográfica e destes dois reinos. Normalmente,

outras nações, que não as de Portugal e Castela, só eram referidas pelo jornal caso a sua acção ou o seu estatuto interferissem com o desenrolar da guerra.

O pensamento maniqueísta e dicotómico alicerçado no conflito entre Portugal e Espanha foi outra das marcas indeléveis deste jornal seiscentista. Segundo o periódico, os portugueses lutavam com fulgor e galhardia, com motivações de uma justiça indiscutível, enquanto os castelhanos procuravam, de uma maneira intolerável e ilegítima, contrariar as aspirações lusas (ver ponto 9.1).

Porém, se este simplismo foi evidente, há que realçar também a presença de critérios e marcas tidas, ainda nos dias de hoje, como intemporais ao abrigo dos estudos teóricos de jornalismo. Os acontecimentos que foram noticiados (valores-notícia), a necessidade de reafirmar o compromisso com a veracidade dos factos (objectividade) e a preocupação em sustentar o que era declarado (recurso às fontes de informação) são disto o melhor traço exemplificativo.

Também o registo linguístico assumiu uma certa alternância no seu estilo. As narrações dos acontecimentos que o *Mercúrio* destacou, primavam pelo detalhe, evidenciando uma tendência perceptível para uma escrita descritiva e que procurava, de forma precisa, informar os seus leitores. No entanto, este género mais sóbrio resvalava, em muitas ocasiões, para uma escrita dramática e hiperbólica, que abandonava a função puramente informativa para assumir um cariz politizado e sectário.

Esta dualidade estilística do *Mercúrio Português* fez com que o próprio estudo fosse, também ele, um exercício com marcas dualistas. De um lado os pressupostos comungados actualmente, do outro a necessidade de adaptação do pensamento perante uma concepção própria da época em que o jornal surgiu. Tudo tendo por base um período histórico conturbado para Portugal, que coincidiu com um tomar de consciência do poder do jornalismo por parte de vários reinos europeus.

Bibliografia

Albert, P. e Terrou F. (1970). *História da Imprensa*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Lda.

Ameal, João (1949). *História de Portugal – das origens até 1940*. Porto, Livraria Tavares Martins

Anselmo, Artur. (1988). Origens da Imprensa Periódica: Relações, Gazeta e Mercúrios. *In: Jornal de Notícias, suplemento da edição de 1 de Junho de 1988*. Porto, pp. 5 e 15

António Sousa de Macedo. *In Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume VI*. (1904-1915). Lisboa, João Romano Torres – Editor. [Em linha]. Disponível em <http://www.arqnet.pt/dicionario/sousamacedo1.html>. [Consultado em 16/05/2011]

Cruz, António. (1985). Imprensa Periódica. *In: Pereira, José da Costa. (coord.). Dicionário Ilustrado da História de Portugal. Vol. I*. Navarra, Publicações Alfa, pp.327-328.

Cruz, Maria Helena Braga da e Silva, José Alberto Matos da (org.). (1985). *Catálogo das Publicações em Série, 1641 – 1833*. Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Cunha, Isabel Ferin. (2004). *Repensar a investigação empírica sobre os Media e o Jornalismo*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.pdf>. [Consultado em 18/01/2012].

Dias, Eurico Gomes. (2010). *Olhares sobre o Mercurio Portuguez [1663 - 1667]. Transcrição e comentários*. Lisboa, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Galtung, Johan e Ruge, Mari Holmboe. (1973). A estrutura do noticiário estrangeiro. A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: Traquina, Nelson. (organ.) *et al.* (1993). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Vega. pp. 61-73

Hespanha António Manuel e Xavier, Ângela Barreto. (1993). As redes clientelares. In: Cardim, Pedro *et al.* *História de Portugal, Direcção de José Mattoso, IV volume – O Antigo Regime (1620 – 1807)*. Lisboa, Círculo de Leitores, pp.381-393.

Marques, A. H. de Oliveira. (2006). *Breve História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.

Mitton, Fernand. (1943). *La presse française. Tome I. Des origines à la Révolution, le Consulat, L'Empire*. Paris, Guy le Prat, Éditeur. [Em linha]. Disponível em http://classiques.uqac.ca/classiques/mitton_fernand/presse_francaise_t1/presse_francaise_t1.html. [Consultado em 11/05/2011].

Peres, Damião (dir.) *et al.* (1933). *História de Portugal. Vol. V*. Barcelos, Portucalense Editora, Lda.

Quintero, Alejandro Pizarroso (coord.) *et al.* (1996). *História da Imprensa*. Lisboa, Planeta Editora.

Ramos, Rui (coord.), Monteiro, Nuno Gonçalo e Sousa, Bernardo Vasconcelos e. (2010). *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros.

Serrão, Joaquim Veríssimo. (1979). *História de Portugal Vol. IV – Governo dos Reis Espanhóis. [1580 - 1640]*. Lisboa, Editorial Verbo.

Serrão, Joaquim Veríssimo. (1980). *História de Portugal. Vol. V – a Restauração e a Monarquia Absoluta [1640 - 1750]*. Lisboa, Editorial Verbo.

Silva, Francisco Ribeiro da. (2009). *D. João IV, o restaurador. Dinastia de Bragança 1640-1650*. Matosinhos, QN – Edição e Conteúdos, S. A.

Sousa, J. P. (coord.) et al. (2007). *A génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. (2008). *As relações de naufrágios do século XVI e a génese do jornalismo lusófono*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-as-relacoes-de-naufragios-secXVI.pdf> [Consultado em 17/01/12].

Sousa, J. P. (2008). *Os Estudos Jornalísticos após 1950: a consolidação de um campo científico*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa. [Em linha]. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-estudos-jornalisticos-apos-1950.pdf>. [Consultado em 10/12/2011].

Sousa, J. P. (coord.) et al. (2008). Uma História Breve do Jornalismo no Ocidente. In: *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia. Perspectivas Luso Brasileiras*. pp.12-93 Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. (2009). A acção jornalística dos gazeteiros portugueses da primeira metade do século XVII. In: *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, Nº 6, [pp.18 - 28].

Sousa, J. P. (coord.) et al. (2010). *O pensamento jornalístico português, das origens a Abril de 1974*. Porto, LabCom. [Em linha]. Disponível em www.livroslabcom.ubi.pt. [Consultado em 02/05 2011].

Sousa, J. P. (2010). Relembrando o contexto histórico: Portugal 1644 – 1974. In: Sousa, J. P. et al. (2010) *A Teorização do Jornalismo em Portugal até 1974: Visão global*. [Em linha]. Disponível em <http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/contexto>. [Consultado em 12/04/2011]

Sousa, J. P. (coord.) *et al.* (2011). *A Gazeta “da Restauração”: Primeiro Periódico Português. Uma análise do Discurso*. Covilhã, LabCom.

Tengarrinha, José. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa, 2ª edição revista e aumentada*. Lisboa, Editorial Caminho.

Traquina, Nelson (1988). As notícias. *In* : Traquina, Nelson. (organ.) *et al.* (1993). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega. pp. 167-176

Traquina, Nelson. (2003). *Jornalismo*. Lisboa, Quimera Editores, Lda.

Tuchman, Gaye. (1978). A objectividade como ritual estratégico : uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. *In*: Traquina, Nelson. (organ.) *et al.* (1993). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega. pp. 74-90

Warszawski, Jean-Marc. (2008). *Grenaille François de (sieur de la Chatounière) 1616 – 1680*. [Em linha]. Disponível em http://musicologie.org/Biographies/g/grenaille_francois.html. [Consultado em 22/05/2011].

Wolf, Mauro. (1995). *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Editorial Presença.

Vieira, António. (1735). *Cartas do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu Tomo Primeiro. Offerecido ao Eminentissimo Senhor Nuno da Cunha e Attayde*. Lisboa, Officina da Congregação do Oratorio. [Em linha]. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01950810#page/87/mode/1up> [Consultado em 06/06/2011].

Vieira, António. (1735). *Cartas do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu Tomo Segundo. Offerecido ao Eminentissimo Senhor Nuno da Cunha e Attayde*. Lisboa, Officina da Congregação do Oratorio. [Em linha]. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01950810#page/87/mode/1up> [Consultado em 06/06/2011].